

GOVERNO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

IARA ROQUE DUARTE

ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA
VALE DO JAVARI (1990-2001)

MANAUS/AM

2026

IARA ROQUE DUARTE

**ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA
VALE DO JAVARI (1990-2001)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Amazonas/AM como requisito para obtenção do título de Mestre em História. **Área de atuação:** Políticas, Instituições e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ale Rocha

MANAUS/AM

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D812e Duarte, Iara Roque
 Entre conflitos e resistências: a demarcação da Terra Indígena Vale do
 Javari (1990-2001) / Iara Roque Duarte. - 2026.
 120 f. ; 31 cm.

 Orientador(a): Rafael Ale Rocha.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em História, Manaus, 2026.

 1. Demarcação. 2. Resistência. 3. Vale do Javari. 4. Indígenas. 5.
 Conflitos. I. Rocha, Rafael Ale. II. Universidade Federal do Amazonas.
 Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

Termo de Aprovação

Iara Roque Duarte

Bolsista FAPEAM

Entre conflitos e resistências: a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (1990-2001)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, em atendimento ao requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Ale Rocha

Presidente da Banca

Prof. Dr. Davi Avelino Leal

Membro interno do PPGH/UFAM

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar

Membro externo da UEA

A todos que caminharam comigo nesta jornada. Às minhas irmãs, Iandra e Ieda, luzes que me guiam. À minha mãe, Eliane, que me ensinou a força da mulher. Aos meus avós Alvecy, Manoel e Sebastião Marubo, exemplos de ternura. À minha avó Noêmia, que brilha no céu. Ao meu amor, Francisco, pela alegria que trouxe à minha vida. Aos amigos, Glaciene, Allano, Thiago, Thayná, Luana e Naymê, que me inspiram com suas histórias de vida. Ao meu sobrinho Nicolas, anjo que ilumina nossos dias. Ao Bento, pelo companheirismo inigualável. Ao meu pai, Jorge Marubo, herói e inspiração deste trabalho. Ao Vale do Javari, território ao qual pertenço. Aos meus antepassados, que resistiram e derramaram seu sangue em nome da luta indígena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, pelo acolhimento e pelo espaço de crescimento acadêmico. Sou especialmente grata ao meu orientador, Professor Rafael Ale Rocha, pela paciência, pela orientação atenta e por não ter permitido que eu desistisse nos momentos de aflição;

À minha família, Jorge, Eliane, Iandra, Ieda, Nicolas e Matheus, meu alicerce, agradeço por sempre acreditarem em mim e apoiarem meus sonhos. Ao meu amado Francisco, por seu amor, cuidado e por segurar minha mão nos momentos mais difíceis. Aos meus amigos, família que se escolhe e constrói ao longo da vida, deixo minha gratidão por me inspirarem continuamente a ser uma pessoa melhor;

Registro ainda minha gratidão a Darcy Marubo, pela generosidade em conceder uma entrevista essencial a este trabalho, e ao Instituto Socioambiental, cujo acervo histórico tornou possível a reconstrução da memória do meu povo Marubo.

“É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. É nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos.”

TENÓRIO, Jeferson. *O avesso da pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 56.

RESUMO

A temática da presente dissertação trata da demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, no período de 1990 a 2001, como um ato de resistência e afirmação da soberania intelectual e cultural dos povos indígenas, baseada na análise de documentos oficiais e memórias de lideranças. O objetivo principal da pesquisa é analisar como os conflitos, a mobilização indígena, a atuação de agentes externos e o contexto político influenciaram a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari. Busca-se ainda compreender os fatores políticos, jurídicos e sociais que moldaram esse processo, com o propósito de fornecer uma visão abrangente sobre os desafios e avanços do reconhecimento territorial. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa de base crítica, combinando três pilares metodológicos: análise documental, história oral e autoetnografia. A análise documental investiga fontes primárias e institucionais, como legislações e notícias da época. A história oral, como eixo central da narrativa, utiliza entrevistas semiestruturadas com as lideranças indígenas Jorge Oliveira Duarte Marubo e Darcy Comapa Marubo, que buscam ir além dos fatos para registrar os sentidos e as emoções de suas memórias. Por fim, a autoetnografia utiliza a experiência pessoal para produzir uma análise acessível e reflexiva. Os resultados apontam que a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari não foi um ato espontâneo do Estado, mas sim o resultado de um longo e complexo processo de enfrentamento, decorrente da atuação autônoma de organizações indígenas, como a União das Nações Indígenas (UNI) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e o protagonismo de lideranças como Jorge e Darcy Marubo, que se articularam com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e movimentos internacionais para pressionar o Estado. A pesquisa demonstra também que a violência e a omissão do Estado foram barreiras constantes, mas a resiliência dos povos indígenas e o uso estratégico de ferramentas do sistema jurídico e da memória coletiva foram fundamentais para a conquista do território. Dessa forma, as conclusões relevam que a demarcação foi uma batalha pela preservação da existência cultural indígena e pela autodeterminação. A pesquisa confirma que a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari foi resultado direto da pressão e mobilização de lideranças e organizações indígenas. A memória histórica, as estratégias de articulação e o surgimento de profissionais indígenas são apresentados como ferramentas de resistência para garantir a soberania intelectual e cultural dos povos originários e permitir que suas vozes e direitos sejam ouvidos e respeitados de forma contundente.

Palavras-chave: Demarcação. Resistência. Vale do Javari. Indígenas. Conflitos.

ABSTRACT

The theme of this dissertation addresses the demarcation of the Javari Valley Indigenous Land from 1990 to 2001, as an act of resistance and affirmation of the intellectual and cultural sovereignty of Indigenous peoples, based on the analysis of official documents and leaders' memoirs. The main objective of the research is to analyze how conflicts, Indigenous mobilization, the actions of external agents, and the political context influenced the demarcation of the Javari Valley Indigenous Land. It also seeks to understand the political, legal, and social factors that shaped this process, with the aim of providing a comprehensive overview of the challenges and advances in territorial recognition. The research uses a critically based qualitative approach, combining three methodological pillars: documentary analysis, oral history, and autoethnography. The documentary analysis investigates primary and institutional sources, such as legislation and news reports from the period. Oral history, as the central axis of the narrative, uses semi-structured interviews with Indigenous leaders Jorge Oliveira Duarte Marubo and Darcy Comapa Marubo, who seek to go beyond the facts to record the meanings and emotions of their memories. Finally, the autoethnography uses personal experience to produce an accessible and reflective analysis. The results indicate that the demarcation of the Javari Valley Indigenous Land was not a spontaneous act of the State, but rather the result of a long and complex process of confrontation, stemming from the autonomous action of Indigenous organizations, such as the Union of Indigenous Nations (UNI) and the Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon (COIAB), and the protagonism of leaders like Jorge and Darcy Marubo, who worked with the National Foundation for Indigenous Peoples (FUNAI) and international movements to pressure the State. The research also demonstrates that state violence and inaction were constant barriers, but the resilience of Indigenous peoples and the strategic use of legal tools and collective memory were fundamental to the conquest of the territory. Thus, the conclusions reveal that demarcation was a battle for the preservation of Indigenous cultural existence and self-determination. The research confirms that the demarcation of the Javari Valley Indigenous Land was a direct result of pressure and mobilization from Indigenous leaders and organizations. Historical memory, coordination strategies, and the emergence of Indigenous professionals are presented as tools of resistance to guarantee the intellectual and cultural sovereignty of Indigenous peoples and allow their voices and rights to be heard and respected forcefully.

Keywords: Demarcation. Resistance. Javari Valley. Indigenous people. Conflicts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acervo do Instituto Socioambiental - ISA

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Comissão Especial de Análise - CEA

Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA

Conselho Geral dos Ticunas e do Rio Solimões - CGTSM

Conselho Geral das Tribos do Alto Solimões – CGTI

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Grupo de Estudo – GE

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Organização Não Governamental - ONG

Organização de Planejamento e Apoio aos Povos Indígenas - OPAN

Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras

Programa de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL

Postos Indígenas de Atração - PIA

Serviço de Proteção ao Índio – SPI

Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN

Secretaria de Saúde Indígena – SESAI

Sistema Único de Saúde - SUS

União das Nações Indígenas -UNI

União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA

Supremo Tribunal Federal -STF

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa dos Territórios Indígenas do Vale do Javari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Minha trajetória acadêmica	22
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E POLÍTICO DO VALE DO JAVARI.....	25
1.1 O Vale do Javari	25
1.2 Aspectos introdutórios sobre a Política Indigenista na Amazônia Portuguesa	28
1.3 Ciclos de invasão e impactos sobre os povos indígenas	31
1.4 Políticas indigenistas na ditadura militar (1964-1985)	33
1.5 A Campanha Javari: Redes de Mobilização e Denúncias Nacionais (1985–1987)..	38
CAPÍTULO 2 – ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO	47
2.1 Memória histórica de massacres e invasões	48
2.2 Conflitos territoriais, militarização e pressão política	53
2.3 Mobilização e protagonismo indígena.....	56
2.4 Conflitos interétnicos e violência direta	62
CAPÍTULO 3 – AS VOZES DO JAVARI.....	69
3.1 O Encontro com as Vozes	71
3.2 Entrevista com Darcy Marubo	73
3.3 Entrevista com Jorge Marubo	98
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

No contexto da redemocratização brasileira, a partir de 1985, a pauta dos direitos territoriais indígenas ganhou força com o fortalecimento do movimento associativo e da resistência organizada. O processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari constitui um estudo de caso paradigmático desse período, evidenciando a complexa articulação de múltiplos fatores: conflitos territoriais, pressões políticas e mobilização social. A presente pesquisa, intitulada “Entre conflitos e resistências: a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (1990-2001)”, explorando como a atuação de lideranças indígenas, o apoio de aliados e o embate com interesses econômicos e setores do Estado foram importantes para a garantia de um direito fundamental e historicamente negado.

Durante o período da ditadura militar (1964–1985), a política indigenista brasileira esteve profundamente articulada ao projeto desenvolvimentista do Estado, que concebia os povos indígenas como entraves ao progresso econômico e à integração territorial da nação. Predominou nesse contexto uma ideologia integracionista, segundo a qual os indígenas deveriam ser progressivamente assimilados à sociedade nacional, abandonando seus modos próprios de vida em nome da modernização. Conforme analisa Cunha (2012), o regime militar adotou uma concepção tutelar e autoritária, na qual os povos indígenas eram vistos como populações “transitórias”, destinadas a desaparecer enquanto sujeitos coletivos.

Nessa perspectiva, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967 em substituição ao SPI, passou a atuar como instrumento do Estado para viabilizar grandes projetos de infraestrutura, como rodovias, mineração e expansão agrícola, frequentemente sobre territórios indígenas (OLIVEIRA, 2016). Para Ramos (1998), a lógica do regime transformou os indígenas em obstáculos ao desenvolvimento, legitimando políticas de remoção, contato forçado e violação sistemática de direitos territoriais. Assim, a política indigenista da ditadura não se orientou pela proteção da diversidade cultural, mas pela incorporação compulsória dos povos indígenas ao projeto nacional, subordinando suas existências às demandas do capital e da soberania estatal.

No entanto, o reconhecimento desse processo de demarcação não se deu de forma espontânea. Foi resultado direto da pressão exercida por lideranças indígenas organizadas em articulações regionais e nacionais, como a União das Nações Indígenas (UNI), criada em 1980, e, posteriormente, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), fundada em 1989. Tais organizações atuaram ativamente durante a Assembleia

Nacional Constituinte, articulando alianças com setores progressistas da sociedade civil e disputando narrativas sobre o lugar dos povos indígenas na nação.

Durante o período de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985, os povos indígenas lançaram mão do associativismo étnico como um dos principais instrumentos de articulação política. Através desse mecanismo, eles foram capazes de reelaborar suas identidades culturais, adaptando-as estrategicamente às exigências de um Estado que ainda estava em transição democrática. Essa reelaboração cultural não significou abandono das tradições, mas sim uma adaptação criativa e assertiva que buscava a inserção efetiva dos povos indígenas no cenário sociopolítico brasileiro.

Os conflitos territoriais, alimentados por interesses econômicos, como o garimpo, a pesca ilegal e a expansão das fronteiras agrícolas, geraram tensões constantes entre os povos indígenas e os ocupantes ilegais de suas terras. A atuação de grupos econômicos, com o apoio de setores do Estado, tornou-se uma das principais barreiras à demarcação (Souza; Prioste, 2017). A presença de atividades ilegais, como a exploração de recursos naturais, não só ameaçava o modo de vida indígena, mas também fomentava disputas territoriais, dificultando o processo de reconhecimento e proteção das terras.

A mobilização indígena foi essencial para enfrentar esses desafios. A partir da década de 1990, as organizações indígenas começaram a se consolidar como um ator político relevante, atuando ativamente na busca pela demarcação das terras, promovendo a visibilidade de suas demandas e estabelecendo um diálogo mais direto com o governo. A articulação com a FUNAI e a colaboração com movimentos internacionais de direitos humanos contribuíram para pressionar o Estado a tomar medidas concretas (Tofoli, 2010). A participação ativa de ONGs e organismos internacionais também teve um impacto significativo, especialmente no que tange à visibilidade internacional das questões indígenas e à sensibilização da opinião pública (Cunha, 1992).

Contudo, a atuação de agentes externos, apesar de essencial para a promoção dos direitos indígenas, também foi vista com ceticismo e oposição por parte de setores mais conservadores da sociedade, que temiam uma “interferência estrangeira” nos assuntos internos do Brasil (Sampaio, 2009). Além disso, o contexto político brasileiro da época, com o processo de redemocratização e as tensões econômicas e sociais, fez com que a demarcação das terras indígenas fosse um tema de grande debate e controvérsia, com setores do governo e da sociedade civil tendo posições divergentes sobre a necessidade de garantir os direitos territoriais dos povos indígenas.

Foi nesse cenário de disputas e reorganização política que se inseriu o processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, que teve a sua conclusão com a homologação da demarcação administrativa do território pelo Decreto Presidencial nº 9193/2001. Entre 1990 e 2001, a região se tornou palco de embates territoriais envolvendo populações indígenas, agentes estatais, organizações indigenistas e grupos econômicos interessados nos recursos naturais do território. A luta pela demarcação refletia, ao mesmo tempo, os avanços legais conquistados após 1988 e os limites estruturais da política indigenista brasileira, marcada por contradições, omissões e violências históricas.

Portanto, a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari foi o resultado de um processo que envolveu disputas territoriais, mobilização indígena, apoio de aliados internos e externos e um contexto político e social marcado por tensões. As estratégias de mobilização, com a participação de aliados políticos e a pressão da sociedade civil foram fundamentais para o avanço do processo de demarcação. No entanto, elas também enfrentaram resistências políticas e econômicas que dificultaram a efetivação plena dos direitos indígenas.

A demarcação foi resultado de um processo que se estendeu por quase três décadas, envolvendo disputas territoriais, mobilização indígena e a atuação de aliados internos e externos, em um contexto político e social marcado por tensões. Diante disso, a pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: como os conflitos, a mobilização indígena, a atuação de agentes externos e o contexto político influenciaram a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari?

Para responder esse questionamento, o presente estudo tem como objeto de pesquisa a análise do processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, homologada pelo Decreto Presidencial nº 9193/2001, em uma área que se estende pelos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai e São Paulo de Olivença, todos no estado do Amazonas. O trabalho busca compreender os fatores políticos, jurídicos e sociais que influenciaram as decisões e os conflitos nesse contexto, entre 1990 e 2001.

A partir disso, os objetivos específicos direcionam a investigação para três frentes principais: a análise dos documentos oficiais, legislações e pareceres jurídicos que embasaram a demarcação, com atenção às mudanças nas políticas indigenistas ao longo do período; a investigação do papel das lideranças indígenas, em especial a atuação de Jorge Oliveira Duarte Marubo e Darcy Comapa Marubo, e das organizações indígenas na articulação política e jurídica pela garantia dos direitos territoriais; e a avaliação da participação de agentes externos, como ONGs, organismos internacionais e a mídia, na amplificação da luta pela demarcação,

considerando sua influência na pressão sobre o Estado brasileiro e na projeção internacional da causa indígena. Dessa forma, o estudo pretende fornecer uma visão abrangente sobre os desafios e avanços desse processo de reconhecimento territorial.

No campo da historiografia e das ciências sociais, diversos estudos têm se dedicado a analisar as políticas indigenistas no Brasil e os processos de reconhecimento territorial dos povos indígenas, com destaque para as contribuições de Cunha (2012), Oliveira (2016), Ramos (1998) e Baines (2004), que abordam criticamente o regime tutelar, a ideologia integracionista e as transformações jurídicas ocorridas a partir da Constituição de 1988. No âmbito amazônico, pesquisas como as de Verdum (2009), Albert e Ramos (2002) e Little (2002) têm enfatizado os conflitos territoriais, a atuação de organizações indígenas e o papel do Estado na mediação das disputas.

Entretanto, apesar da existência de um conjunto significativo de estudos sobre a política indigenista e os direitos territoriais, observa-se uma lacuna específica no que se refere a análises históricas sistemáticas sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, sobretudo a partir das vozes das próprias lideranças indígenas e de uma abordagem que articule história oral, autoetnografia e análise documental. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para a historiografia ao oferecer uma interpretação situada, produzida desde um lugar de fala indígena, que não apenas reconstrói os eventos históricos da demarcação, mas também problematiza as relações de poder, memória e resistência que estruturam esse processo.

O primeiro capítulo, “Contexto Histórico, Territorial e Político do Vale do Javari”, analisa a região do Vale do Javari como um vasto e complexo território, marcado por uma rica biodiversidade e diversidade etnolinguística, com destaque para a presença de povos de famílias como os Marúbo e Matis. A trajetória das políticas indigenistas, desde a colonização portuguesa até os devastadores ciclos extrativistas da borracha e da madeira também são objeto de destaque. Por fim, o capítulo aborda a política indigenista da ditadura militar, que, embora marcada pela integração forçada, viu a ascensão de um novo indigenismo, com a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972 e, que posteriormente culminou em ações estratégicas como a Campanha Javari (1985), evento que marca o início de uma nova era de resistência e luta pela demarcação e proteção do território.

Na sequência, o segundo capítulo, “Entre Conflitos e Resistências: A Luta pela Demarcação do Território”, contextualiza o processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari entre 1901 e 2001, com ênfase para os massacres e os conflitos territoriais que marcaram a região. Em meio às pressões de políticos regionais e militares, que frequentemente associavam

a demarcação a uma suposta ameaça à soberania nacional, é detalhada ainda as mobilizações que deram destaque ao protagonismo indígena e as organizações como a COIAB, o CIMI e o CIVAJA e os conflitos interétnicos e de violência direta ocorrido na região.

No terceiro e último capítulo, intitulado “As Vozes do Javari”, a história da demarcação do Vale do Javari é resgatada a partir da memória e dos relatos de lideranças indígenas, como Darcy e Jorge Marubo, que usam a história oral como um ato de resistência. Nesse capítulo, o protagonismo do movimento indígena é destacado por meio da capacidade de suas lideranças de se articularem internamente para buscar apoio externo apesar da inércia do Estado brasileiro, que falhou em cumprir sua obrigação constitucional, mesmo diante das ameaças e invasões ao território indígena.

A escolha do tema da dissertação intitulada “Entre Conflitos e Resistências: a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (1990–2001)” é resultado de uma intersecção entre minha trajetória pessoal, formação acadêmica e a urgência das discussões sobre as questões indígenas no Brasil contemporâneo. A justificativa desta pesquisa se baseia na articulação entre conceitos acadêmicos sobre identidade indígena, na história de luta dos povos originários e, de forma central, nos depoimentos de Darcy Comapa Marubo e Jorge Oliveira Duarte Marubo, irmãos e importantes lideranças indígenas, cujas trajetórias revelam as complexidades da experiência indígena contemporânea e do protagonismo político na luta pela demarcação territorial.

A escrita desta dissertação é, antes de tudo, um ato de alegria e orgulho, uma forma de honrar e eternizar o legado de meu pai, Jorge, um homem que abdicou dos estudos formais e da convivência familiar para se dedicar à luta do nosso povo. Seu legado, assim como o do meu tio Darcy Comapa Marubo, merece ser inscrito na história como parte de um movimento maior de resistência e afirmação territorial, desmistificando as caricaturas midiáticas que transformam o ser indígena em uma mera performance folclórica.

Minha experiência de vida, marcada pela distância do território e pelo crescimento na cidade, reflete a complexa natureza da identidade indígena como uma construção social e relacional. Na cidade, ser indígena é algo que precisa ser dito para existir, uma constante reafirmação que desafia as expectativas e os marcadores visuais que satisfazem o imaginário exótico dos não indígenas. A universidade, um espaço onde muitos veem apenas curiosidade ou desinteresse, tornou-se para mim um meio de resgatar e valorizar uma identidade que, apesar de atravessada pela dualidade e pela perda da convivência com a cultura viva e a língua, se mantém inabalável.

Esta dissertação é um ato de devolução, uma forma de retribuir a uma luta coletiva que tornou o meu acesso ao ensino superior possível. É uma missão e um dever, uma homenagem àqueles que vieram antes, especialmente a meu pai, a quem perdoo por suas ausências, compreendendo que sua luta era maior do que o desejo de estar fisicamente presente.

A formação de profissionais indígenas, como eu, não é um privilégio individual, mas um passo estratégico e crucial na luta por autonomia e na capacidade de atuar em nossos próprios termos. A trajetória de líderes como meu pai reflete a importância de formar pessoas que possam interagir diretamente com as instituições e a burocracia estatal, superando as limitações da comunicação mediada.

Nesse contexto, esta dissertação tem um impacto direto para a etnia Marúbo. Ao inscrever a história de lideranças na memória coletiva, a pesquisa não só valoriza a resistência e a ação concretas que moldaram as políticas indigenistas no Vale do Javari, mas também fortalece o senso de pertencimento e a identidade do grupo. O trabalho serve como um registro para as futuras gerações, garantindo que o conhecimento sobre a luta e as renúncias de nossos ancestrais não se perca, mas se perpetue como uma força de resistência.

A etnia Marubo, com sua complexa organização social e cultural, atua como uma instituição em si mesma, resiliente mesmo diante da negação de seu território, o que comprova que somos mais do que uma geografia: somos uma força, uma nação, uma resistência que não cabe em limites impostos. Ao reconhecer e valorizar a luta de suas lideranças, esta pesquisa contribui para a formalização e o fortalecimento de suas estruturas representativas, como associações e federações.

Para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), esta dissertação representa uma oportunidade de reavaliar sua própria postura e reformular seus métodos, abrindo espaço para a reflexividade indígena e a descolonização do pensamento. A presença de estudantes como eu, que carregam um vasto arcabouço cultural, desafia a academia a ir além das verdades científicas cristalizadas, permitindo que o conhecimento indígena seja revelado e sistematizado em termos próprios.

O meu acesso ao ensino superior é fruto da luta coletiva e, ao abraçar essa perspectiva, a UFAM se torna uma instituição mais justa e indenizada, que reconhece e valoriza o conhecimento dos povos originários, promovendo uma academia verdadeiramente diversa e inclusiva. Por isso, o ingresso no Mestrado em História e a pesquisa com a história oral são tão importantes: porque nos permitem ir além da narrativa estatal e reconstruir essa trajetória a partir das nossas próprias vozes.

É baseada nessa realidade, que o trabalho se alinha com a proposta de construir uma epistemologia indígena, onde a ciência é feita por indígenas, para indígenas e com indígenas, em prol de uma universidade melhor e mais completa. O paradoxo de ingressar na academia com uma “cabeça feita” pela educação formal ocidental é o ponto de partida para um processo de descolonização do pensamento. Minha pesquisa não se limita a observar, mas a devolver algo.

Em verdade, este estudo representa a desconstrução de verdades assimiladas, que abrem espaço para que minhas epistemologias nativas se manifestem, permitindo que o conhecimento Marubo, forjado por um modo de pensar distinto, seja sistematizado de uma forma que contribua para a ciência. Este é o meu papel como intelectual indígena: rachar as palavras, quebrar as verdades da ciência e usar o espaço acadêmico para que a voz e a história do meu povo sejam ouvidas, não como curiosidade, mas como um conhecimento legítimo e fundamental. Esta dissertação, portanto, não é apenas um trabalho acadêmico, mas uma ferramenta de transformação e afirmação da soberania intelectual e cultural dos povos indígenas.

O trabalho também se estrutura metodologicamente a partir de três pilares: (i) a análise documental de fontes primárias e institucionais, (ii) o uso da história oral como eixo central para a construção da narrativa e (iii) autoetnografia. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de base crítica, conforme a definição de Strauss e Corbin (2008), por não utilizar métodos estatísticos ou de quantificação e buscar extrair conceitos e identificar relações a partir de fontes não-numéricas, como documentos e entrevistas. De acordo com os autores, a pesquisa qualitativa é a mais adequada para este estudo, pois se aprofunda na investigação de experiências humanas, comportamentos e fenômenos sociais relacionados à demarcação da Terra Indígena Vale do Javari.

A análise documental é o primeiro pilar do trabalho e explora materiais que já existem, mas com o foco em documentos criados para fins diversos. Ela se distingue da pesquisa bibliográfica, que é um procedimento de investigação fundamentado na análise sistemática de fontes publicadas, como livros, periódicos, jornais, dissertações e anais de congressos, e que se expandiu com a inclusão de mídias digitais (Gil, 2017).

No caso deste estudo, são examinados documentos oficiais, legislações, notícias e matérias de jornais nacionais e regionais, produzidas entre 1988 e 2022, que retratam episódios centrais do processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, incluindo conflitos, mobilizações, ações judiciais, pressões políticas e ameaças a lideranças e sertanistas.

O segundo pilar é a História Oral, usada como eixo central para a construção da narrativa. Na perspectiva de Portelli (2010), a história oral não apenas registra fatos, mas atribui sentidos a partir da elaboração subjetiva da memória, constituindo um espaço de coautoria entre narrador e pesquisador. Tal concepção exige escuta atenta, disponibilidade afetiva e respeito às dinâmicas próprias da fala e do silêncio.

Da mesma forma que, na visão de Freitas (2006), a conversão do discurso falado para o escrito não é apenas um processo mecânico, mas envolve escolhas metodológicas que influenciam a representação da narrativa. Isso ganha especial relevância à luz do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2013), que propõe que as memórias pessoais são moldadas pelo tecido social. É a memória coletiva que dá coesão e identidade a um grupo. Portanto, lembrar não é um ato solitário; é uma atividade social na qual nossas memórias são compartilhadas e confirmadas em grupo.

O estudo compreende a História Oral não apenas como uma técnica de coleta de dados, mas como um modo de produção de conhecimento. O processo, conforme Meihy e Seawright (2020), inicia-se com um plano de trabalho contínuo, onde a entrevista é apenas uma etapa de um conjunto de procedimentos mais amplos que culmina na transcrição e difusão dos resultados.

Na Amazônia, autores como Renan Freitas Pinto e Maicon Douglas Holanda chamam atenção para os desafios e singularidades de se trabalhar com narrativas orais em territórios marcados por diversidade cultural, tensões territoriais e desigualdades históricas. Para Pinto (2020) essa abordagem é intrinsecamente dialógica e desestabiliza a centralidade do pesquisador, que é instado a se permitir ser influenciado pelos sujeitos da pesquisa e a importância de se ater às singularidades das narrativas amazônicas, que muitas vezes não se enquadram nos padrões acadêmicos tradicionais.

Neste estudo, as entrevistas foram analisadas considerando a estrutura discursiva dos entrevistados, respeitando suas expressões culturais e formas de organização do pensamento. Dessa forma, a história oral se mostra uma ferramenta essencial para dar visibilidade às vozes que historicamente foram silenciadas, permitindo a construção de uma memória mais plural e inclusiva sobre a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari. As entrevistas com as lideranças indígenas Jorge Oliveira Duarte Marubo e Darcy Comapa Marubo foram realizadas com base em roteiros semiestruturados, elaborados previamente, mas flexíveis o suficiente para permitir que os entrevistados conduzissem suas narrativas em seus próprios termos

Essa estratégia metodológica encontra respaldo nas lições de Holanda (2022, p. 54), que afirma que “entrevistar vai muito além de fazer perguntas e obter respostas sobre a vida de alguém” e, por isso, exige um planejamento rigoroso e a elaboração de um projeto de pesquisa para capturar a complexidade das experiências vividas, na qual a escuta do pesquisador, marcada por identificação e emoção, se torna um elemento constitutivo da investigação, transformando a entrevista em um espaço de diálogo recíproco.

A prática de escuta foi conduzida com base nas contribuições Pinto (2020), que defende que a escuta de sujeitos amazônicos exige cuidado metodológico e abertura a formas narrativas que nem sempre se enquadram nos padrões acadêmicos tradicionais, especialmente no que se refere às temporalidades, aos sentidos de pertencimento e ao papel da ancestralidade na construção do discurso histórico.

A autoetnografia, por sua vez, é o terceiro pilar metodológico deste estudo. Conforme definido por Adams, Bochner e Ellis (2011), autoetnografia é vista como um processo e um resultado de investigação que usa a experiência pessoal para produzir estudos significativos e acessíveis. Ela busca sensibilizar o leitor para as complexidades da identidade e dar voz a experiências silenciadas, incentivando a empatia.

As diretrizes centrais da autoetnografia, segundo Adams, Bochner e Ellis (2011), incluem a centralidade da experiência individual na pesquisa, o uso da reflexividade como pilar metodológico e a análise crítica de convenções culturais. A autoetnografia busca engajar o público e, segundo os autores, suas principais razões para ser adotada são: a capacidade de fazer críticas profundas, o uso da vulnerabilidade para a compreensão de emoções, a quebra de tabus e a acessibilidade dos resultados a diferentes públicos.

Para Takaki (2019), a pesquisa autoetnográfica é um processo de constante negociação entre pesquisador e leitor. Ela une a experiência pessoal à cultura, reconhecendo o conhecimento como parcial e valorizando a identidade e a reflexividade. Takaki ainda destaca que a autoetnografia pode usar recursos como metáforas e até o silêncio para expressar experiências que a linguagem convencional não consegue.

Por fim, o diálogo entre as fontes orais, documentais e jurídicas será realizado com base na análise de discurso conforme Helena Brandão (2013), considerando o discurso como prática social e política, produtora de sentidos e relações de poder. A partir dessa articulação entre diferentes registros e regimes de verdade, a pesquisa buscará compreender as formas como o Estado, os povos indígenas e seus aliados constroem narrativas em torno da terra, da identidade e da resistência.

O estudo também utiliza a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016), técnica que permite decifrar os sentidos e significados presentes nos textos, indo além do que é dito para desvendar o que está oculto e não-dito nas mensagens, como preconiza a abordagem de Bardin (1977). O objetivo é identificar os discursos, silenciamentos e disputas de sentido na cobertura midiática e institucional.

O processo de sistematização da pesquisa segue as etapas de Bardin (2016), que foram selecionadas com base na sua pertinência, ou seja, na sua relação direta com o objeto da pesquisa. Posteriormente, as hipóteses e objetivos específicos, como a análise de agentes externos e lideranças indígenas, orientam a investigação. Em seguida, na etapa de codificação, conceitos como conflitos, mobilizações e pressões políticas são transformados em unidades de análise significativas. Por fim, a categorização agrupa esses códigos em classes coerentes. Para o estudo da Terra Indígena Vale do Javari, as categorias incluem: agentes de pressão (ONGs e mídia), atores indígenas (lideranças e organizações), conflitos e mobilizações, e aspectos jurídico-Políticos (legislações e demais documentos).

Minha trajetória acadêmica

Com o nome Iara Roque Duarte, pertencente ao povo Marubo, nasci em 07 de junho de 2000, na cidade de Atalaia do Norte (AM). Sou a filha do meio de um casal formado por um indígena e uma não indígena. Morei com minha família em Atalaia do Norte até os seis anos de idade, onde iniciei meus estudos.

Em 2007, eu, minha mãe e minhas irmãs nos mudamos para o município de Tabatinga (AM). Naquele período, minha mãe iniciou o curso de Letras na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e eu e minhas irmãs demos continuidade à formação básica. Em 2010, com o objetivo de oferecer melhores condições de estudo a nós filhas e para que minha mãe pudesse cursar também a faculdade de Direito, nos mudamos para Manaus. Ressalto que, em todo esse período, desde a primeira mudança, meu pai permaneceu em Atalaia do Norte, dedicado à luta indígena.

A mudança para Manaus representou um marco decisivo na minha vida e na da minha família. A saudade dos familiares, da cultura à qual já estava adaptada, da cidade, dos sabores e até mesmo do clima tornou esse processo um desafio. O impacto cultural foi profundo: trouxe medos e receios, mas também uma excitação pela vida nova. Ao ingressar em uma escola

pública estadual, recorro-me de dizer às professoras que eu era indígena, mas muitas vezes essa informação não era recebida com credibilidade.

Embora tenha iniciado a formação no Instituto Federal do Amazonas, também concluí o ensino médio em escola pública estadual. Naquele momento, ao pensar no ingresso no ensino superior, cogitei cursar História ou Arquitetura e Urbanismo. Fui aprovada em Direito pela UEA, em Arquitetura e Urbanismo pela UFAM e em História pela UFRJ. Contudo, por razões financeiras e logísticas, optei por cursar Direito, iniciando a graduação em 2018 na Universidade do Estado do Amazonas.

No terceiro semestre da faculdade ingressei no meu primeiro estágio acadêmico, no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, onde tive contato com o Direito Administrativo — área que, posteriormente, se consolidaria como uma das minhas maiores afinidades. Ao longo da graduação, integrei o Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito Civil na Amazônia – DICAM, que tinha como propósito fomentar estudos voltados às questões amazônicas sob a perspectiva do Direito Civil. Em 2020, em plena pandemia, participei da Olimpíada Brasileira de Direito Civil, representando a instituição. Nesse mesmo período, também integrei a Clínica LGBT, idealizada pelos professores Denison Aguiar e Márcia Medina, espaço de aprendizado que ampliou minha sensibilidade social e jurídica.

Em 2021, iniciei meu segundo estágio, desta vez no Tribunal de Justiça do Amazonas, lotada na Vara do Meio Ambiente. Essa experiência reavivou meu interesse pelas questões socioambientais, ampliando meu olhar para a interface entre Direito, meio ambiente e populações tradicionais.

No último semestre da graduação, às vésperas da colação de grau, tive contato com o edital do Mestrado em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). A princípio, hesitei, pois não era graduada em História, o que me causava insegurança. Entretanto, decidi me candidatar, movida pelo interesse antigo na disciplina e pela convicção de que poderia contribuir para os debates históricos a partir do meu lugar de fala indígena.

Minha escolha de pesquisa foi inspirada pelo meu orientador, Prof. Dr. Rafael Ale Rocha, que me apresentou a possibilidade de estudar o processo de demarcação do Território Indígena Vale do Javari. Com entusiasmo, defini esse tema, não apenas como objeto acadêmico, mas como forma de homenagear meu pai, Jorge Marubo, liderança que dedicou sua vida à luta indígena e aos esforços para garantir a educação de suas filhas. Ao mesmo tempo, essa decisão expressa meu compromisso em contribuir cientificamente para a luta do povo Marubo e para a proteção do Vale do Javari.

Em 2023, iniciei oficialmente o Mestrado em História no PPGH/UFAM, com a pesquisa intitulada *Entre Conflitos e Resistências: a Demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (1990–2001)*. Esse percurso acadêmico tem sido marcado pelo desafio de conciliar minha formação jurídica com a pesquisa histórica, em um esforço de unir a sensibilidade do direito com a profundidade da história na defesa dos direitos indígenas e da memória de meu povo.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E POLÍTICO DO VALE DO JAVARI

Este capítulo aprofunda-se na trajetória de luta pela demarcação dentro de um longo histórico de políticas indigenistas, desde a colonização portuguesa até os ciclos extrativistas da borracha e da madeira. A temática destaca a política indigenista do período da ditadura militar (1964-1985), que, apesar de ser marcada pela integração forçada, viu o surgimento de um novo indigenismo, com a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972.

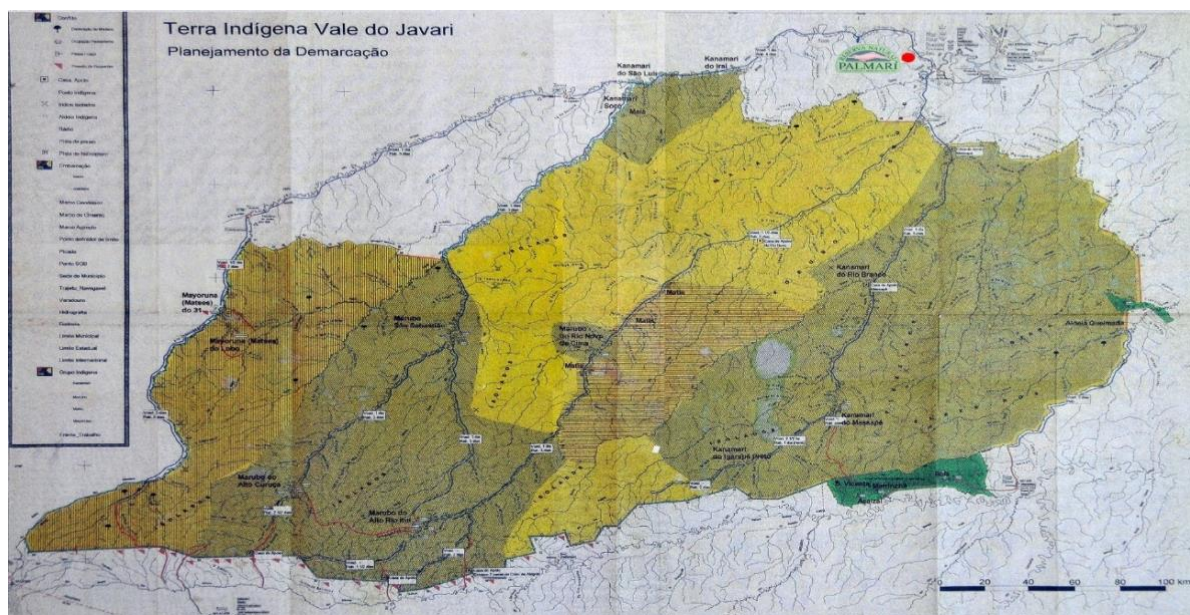
A abordagem também se estende as tensões constantes geradas por interesses econômicos e destaca como a resistência já existia e se manifestava em projetos como a Campanha Javari (1985). Em sua essência, este capítulo evidencia os desafios enfrentados pelo movimento indígena, com os ciclos de invasão e a situação de vulnerabilidade enfrentada pelos povos do Vale do Javari naquele período.

1.1 O Vale do Javari

O Vale do Javari está localizado na região sudoeste do estado do Amazonas, fazendo divisa com o Peru. Com uma extensão territorial de aproximadamente 8 milhões de hectares, abrange áreas pertencentes aos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai. A cidade mais próxima da região é Atalaia do Norte, onde estão situadas unidades da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), além de diversas associações representativas das comunidades indígenas locais.

O território é caracterizado por uma rede hidrográfica complexa, composta por diversos rios e uma biodiversidade rica em espécies de flora e fauna. O destaque fica para o rio Javari, que percorre grande parte da fronteira entre o Brasil e o Peru. Esse rio possui um curso sinuoso, limitando a navegação a embarcações de pequeno porte em determinados trechos, devido à sua profundidade e geografia (Becker, 2018). A presença desses rios é fundamental para a sobrevivência das comunidades indígenas, servindo como vias de transporte, fontes de alimento e recursos naturais essenciais para a vida na região.

Figura 01: Mapa dos Territórios Indígenas do Vale do Javari



Fonte: <https://www.palmari.org/de/kategorie-de-de/nachbarn.html>

A regularização dessa vasta área, atualmente uma das maiores do Brasil, com mais de 8,54 milhões de hectares e um perímetro de 2.068 quilômetros, foi formalizada pelo Decreto Presidencial nº 9193/2001, que homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Vale do Javari. Este processo envolveu uma rede diversificada de atores, incluindo comunidades indígenas (como os Kanamari, Marubo e Korubo), antropólogos, o órgão indigenista governamental (FUNAI) e entidades de apoio e mobilização indígena (Oliveira, 2016).

O *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari*, coordenado pelo antropólogo Walter Coutinho, apresenta informações relevantes sobre os povos indígenas que habitam o território (IBGE, 2010). Nos últimos anos, o Vale do Javari ganhou notoriedade por ser uma das áreas com maior concentração de povos indígenas isolados do mundo, o que despertou interesse nacional e internacional, muitas vezes marcado por uma visão exotizada dos povos indígenas.

Em sua análise mais aprofundada sobre as comunidades indígenas da região do Vale do Javari, Walter (2017) detalha que os grupos pertencem a pelo menos três grandes famílias linguísticas distintas, o que demonstra a rica diversidade cultural e linguística da região. Os Kulina, originários do rio Curuçá, os Marubo, os Matis, os Mayoruna, além de possivelmente os Korubo e os Mayá, falam línguas pertencentes à família Pano. Caracterizada por uma ampla distribuição na Amazônia Ocidental e por um conjunto significativo de línguas que

compartilham traços fonológicos e gramaticais, essa família linguística reflete as antigas tradições de mobilidade e intercâmbio entre os grupos que a compõem.

A população Marubo, por exemplo, demonstra essa dispersão, com a maior parte de seus 1.898 indivíduos habitando aldeias nos rios Ituí (17 aldeias) e Curuçá (9 aldeias), além de uma parcela significativa que reside em contextos urbanos, com cerca de 300 pessoas vivendo na cidade de Atalaia do Norte (AM) e, no mínimo, 72 em Cruzeiro do Sul (AC) e na cidade de Guajará (AM), sua vizinha (Ladeira, 2020).

Por outro lado, os Kanamari e os Tukano do Vale do Javari pertencem à família linguística Katukina, que se estende por várias áreas ao longo do rio Solimões e regiões vizinhas. As línguas dessa família, assim como as do tronco Pano, apresentam estruturas e raízes comuns que contribuem para a definição da identidade cultural desses povos. Coutinho (2017) destaca que, embora existam diferenças internas entre os Kanamari e os Tukano do Javari, ambos mantêm uma relação linguística estreita com as demais línguas da família Katukina, compartilhando elementos de vocabulário e sintaxe. Ressalta-se que esses grupos não devem ser confundidos com os povos Tukano do Alto Rio Negro, pertencentes à família linguística Tukano Oriental, localizados em outra região etnográfica da Amazônia.

Expandindo o panorama etnolinguístico, o grupo Kulina que habita os afluentes do rio Itacoáí oferece outro caso de destaque. Diferente do grupo Kulina do rio Curuçá, sua língua pertence à família Arawá, uma das famílias mais isoladas e com menor número de representantes no Brasil. A língua Arawá é falada por poucos grupos e tem sido considerada uma das mais raras e complexas da região amazônica. Sua presença no Vale do Javari traz à tona a importância da diversidade linguística da região e a necessidade de preservação dessas línguas, que carregam não apenas uma forma de comunicação, mas também modos específicos de ver o mundo e interagir com o ambiente.

No caso dos indígenas do Alto Jutá e dos do Jandiatuba, Coutinho (2017) observa que a afiliação linguística dos grupos indígenas do Alto Jutá e do Jandiatuba ainda é um mistério. Não há dados suficientes para determinar com precisão qual família linguística eles pertencem. No entanto, o autor supõe que, devido à proximidade geográfica e cultural, os povos poderiam estar ligados às famílias Katukina ou Pano, como outros grupos da região. A ausência de informações linguísticas precisas sobre esses povos ressalta a lacuna de conhecimento que ainda existe sobre as comunidades mais isoladas do Vale do Javari, que, até hoje, são em grande parte desconhecidas pela sociedade não indígena e que necessitam de maior atenção e respeito em seus direitos territoriais e culturais.

A riqueza linguística e cultural dos povos indígenas do Vale do Javari, portanto, não se limita apenas à diversidade de línguas faladas, mas também reflete a complexidade de suas interações sociais, históricas e ambientais. O estudo das línguas dessas comunidades, especialmente das famílias Pano, Katukina e Arawá, é essencial não só para a preservação da diversidade cultural, mas também para a compreensão de como os povos têm se adaptado e resistido ao longo do tempo às pressões externas, seja por meio do contato com grupos não indígenas ou da defesa de seus territórios. Esse conhecimento linguístico é, portanto, um componente fundamental na luta pela demarcação e proteção de suas terras (Marubo, 2023).

Em consonância com a análise de Marubo (2023) sobre a relação entre línguas e defesa territorial, a Terra Indígena Vale do Javari apresenta uma particularidade notável: a presença de grupos indígenas que escolheram o isolamento voluntário. Este cenário local reflete a situação mais ampla do Brasil, que registra 114 casos de povos isolados. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2019) indica que, destes, 28 são confirmados, enquanto 86 estão sob investigação. A maior parte desses grupos reside no bioma amazônico, com exceções de dois registros localizados fora da região: um na Ilha do Bananal, no Tocantins, e outro na região do Ava Canoeiro, no norte de Goiás (FUNAI, 2019).

O território, embora ocupado por diversas etnias, seguiu sendo, até certo ponto, preservado sob a soberania indígena, que resistia aos desafios impostos pela crescente presença de não índios. No entanto, essa ocupação não ocorreu sem desafios, pois apesar de sua localização geograficamente isolada, a TI Vale do Javari foi diretamente impactada por ciclos de extração de recursos, como a borracha, a madeira e peles de animais silvestres, que resultaram em sérios prejuízos tanto para a vida das populações indígenas quanto para a integridade de seus recursos naturais (Ladeira, 2020).

Nesse contexto, pode se observar que, embora a extensa diversidade etnolinguística e demográfica da Terra Indígena Vale do Javari demonstre uma notável história de resistência e de adaptação, essa resiliência é constantemente testada, visto que os ciclos de invasão por não indígenas, impulsionados pela exploração de seus recursos naturais, representam uma ameaça contínua à biodiversidade, à soberania e ao modo de vida das comunidades indígenas.

1.2 Aspectos introdutórios sobre a Política Indigenista na Amazônia Portuguesa

A historiografia tradicional sobre a legislação indigenista na América Portuguesa costumava interpretá-la como um simples reflexo das pressões exercidas por jesuítas e colonos

sobre a Coroa. Segundo essa visão, a monarquia, ao tentar conciliar os projetos desses dois grupos, por vezes incompatíveis, mas ambos vitais para seus interesses, acabava produzindo uma legislação ambígua e inconstante. Contudo, uma perspectiva mais recente sugere a existência de duas políticas indigenistas distintas ao longo do período colonial: uma para os aliados e outra para os inimigos (Rocha, 2018).

No contexto da documentação portuguesa, a legislação indigenista foi moldada de forma significativa pelas interações entre líderes indígenas, a Coroa e as elites coloniais. A presença de um chefe indígena na Corte de Lisboa em momentos cruciais (1648-1649 e 1661-1662) ilustra como a busca por mercês régias por parte dos nativos se entrelaçava com o processo de formulação legal. A partir de 1647, a Coroa iniciou uma regulamentação detalhada do trabalho indígena, definindo direitos como remuneração, tempo de serviço e a liberdade de escolha de padrões (Rocha, 2021).

A partir da década de 1650, as leis passaram a focar no uso da missão religiosa como ferramenta de conquista e na regulação das alianças comerciais que os indígenas mantinham com estrangeiros. Um claro exemplo disso são as leis de 1655, que buscavam mitigar as tensões relacionadas às missões e ao cativo. Nessa época, o protagonismo indígena somente veio a se manifestar de forma decisiva quando a recusa dos *nheengaíba* em aceitar a paz resultou em um conflito desfavorável aos portugueses. A pacificação só foi alcançada em 1659, com a intervenção do Padre Antônio Vieira e de líderes *nheengaíba* aliados (Rocha, 2018).

Ainda durante esse período, o controle exclusivo dos aldeamentos foi obtido pelos jesuítas, consolidando o poder missionário, ao mesmo tempo em que as regras para o cativo de indígenas eram estabelecidas de forma rigorosa. No entanto, a consolidação dessas políticas não dependia apenas dos interesses imperiais, mas também dos conflitos locais. A instabilidade gerada pela guerra contra os holandeses e as disputas pelo controle da mão de obra indígena, que levaram à expulsão dos jesuítas em 1661, evidenciaram que a aplicação das leis era profundamente influenciada pela dinâmica da sociedade colonial. Em consequência desses embates, um novo regulamento, promulgado em 1663, reestruturou a administração dos aldeamentos, ampliando a participação de colonos e das próprias lideranças indígenas (Rocha, 2021).

É nesse contexto que a trajetória de Antônio da Costa Marapirão exemplifica a conexão entre a política indígena e as políticas indigenistas na Amazônia Portuguesa do século XVII. Sua presença na Corte de Lisboa em 1648 e 1661 foi determinante para a consolidação da legislação sobre os índios, revelando a capacidade de líderes indígenas influenciarem

diretamente as decisões imperiais. Marapirão utilizou sua atuação na guerra contra os holandeses para negociar com a monarquia, obtendo mercês que legitimavam seu poder (Rocha, 2021).

Ele também se tornou um mediador e, por vezes, um opositor das autoridades portuguesas, como o governador Luís de Magalhães e o Padre Antônio Vieira, em defesa dos direitos e interesses de seu povo, e a complexidade de sua atuação é refletida nas fontes coloniais, que apresentam visões conflitantes sobre sua figura, já que, enquanto aliados o descreviam como um leal servidor da Coroa, seus detratores o acusavam de ser um traidor e um indivíduo manipulável. Apesar das divergências, as fontes convergem a sua capacidade de mobilizar um grande número de indígenas, o que o conferia poder e influência. Essa liderança, enraizada em seus laços com a sua nação e família, foi a chave para o seu protagonismo (Rocha, 2021).

Não por acaso, foi em resposta à necessidade de impor maior ordem que a Coroa publicou, em 1686, o Regimento das Missões, um documento que visava regular estritamente as atividades dos jesuítas nas aldeias, representando o primeiro controle oficial sobre a autonomia política dos padres. Além de objetivar a conversão, o Regimento alterou o sistema de trabalho dos nativos, seu nomadismo, seu agrupamento em núcleos urbanos e a administração da justiça. O documento, que permaneceu como a principal referência legal até 1757, foi estruturado em cinco grupos de dispositivos, detalhando o governo dos indígenas, a organização das aldeias, o povoamento, o comércio, e os critérios de descimento, um movimento de índios do sertão para as aldeias (Guzmán, 2008).

Complementando essa política, no ano de 1693, um Alvará de D. Pedro II dividiu a geografia missionária da Amazônia entre as ordens religiosas, conferindo aos jesuítas o controle de toda a margem direita do rio Amazonas por serem os mais antigos na região. Outras ordens, como os mercedários e carmelitas, ficaram responsáveis pela margem esquerda. Embora a divisão oficial tenha sido estabelecida, as disputas de poder persistiram, manifestando-se em confrontos contínuos entre as ordens religiosas e os colonos, nos quais as partes se acusavam mutuamente de cobiça e ganância e, por vezes, sabotavam a distribuição dos trabalhadores indígenas. Somente a reforma pombalina de 1757, que secularizou a administração das aldeias, e a expulsão dos jesuítas em 1759, colocaram um fim definitivo a essas disputas (Guzmán, 2008).

Apesar desse desfecho, as tensões em torno da mão de obra e a legislação indigenista que marcou a relação entre o Estado português e os povos indígenas no século XVII não se

encerrou com o fim do período colonial. Pelo contrário, ela estabeleceu uma continuidade histórica que vincula as disputas coloniais às lutas contemporâneas por autodeterminação e demarcação de terras. Como resultado, as disputas por mão de obra e os impasses que pautaram a legislação indigenista da época podem ser compreendidos como o pano de fundo histórico para os ciclos de invasão que assolariam as terras indígenas em períodos posteriores, como se verá seguir, como os ciclos extrativistas e de expansão das fronteiras agrícolas.

1.3 Ciclos de invasão e impactos sobre os povos indígenas

A utilização da mão de obra indígena na Amazônia, iniciada no período colonial, continuou de forma sistemática ao longo do século XIX. A política indigenista, formalizada no Regulamento das Missões de 1845, buscou utilizar a catequese religiosa como instrumento de controle e integração, como evidenciado pela vinda de missionários capuchinhos (Melo, 2007).

A partir da instalação da Província do Amazonas, em 1852, os relatórios de presidentes provinciais evidenciam a ineficácia e as falhas dessa política. Documentos de Tenreiro Aranha (1852) e Correa de Miranda (1853) apontavam a falta de missionários e a lenta evolução da catequese, enquanto priorizavam o uso do trabalho indígena para o desenvolvimento econômico da província (Melo, 2007).

Não foi surpresa que, na segunda metade do século XIX, a intensificação da produção de borracha agravou o conflito social. A demanda por mão de obra para a extração do produto, que se localizava em terras indígenas, tornou o trabalho nativo fundamental para os seringalistas. A invasão das terras indígenas em busca do produto e de trabalhadores tornou-se um fenômeno recorrente e violento, intensificando os conflitos e a exploração da força de trabalho indígena (Melo, 2007).

Foi nesse contexto que a presença de não índios, especialmente durante o ciclo da borracha, trouxe consequências devastadoras para as comunidades indígenas do Vale do Javari. Essa invasão ocorreu em três frentes de exploração distintas: a primeira, partindo do rio Amazonas e penetrando pelas fozes dos rios Javari, Jandiatuba e Jutai; a segunda, vinda do oeste através do rio Ucayali e seus afluentes; e a terceira, que chegava pelo rio Juruá, ao sul (Reis, 2024).

Diferenciando-se das incursões que se limitavam às margens dos rios principais, seringueiros e caucheiros avançaram para o interior do vale. A criação de trilhas e varadouros facilitou a interligação de áreas, estabelecendo novas rotas de comércio e abastecimento que

alcançavam desde o eixo Juruá-Purus até a cidade de Iquitos, no Peru. Essa intensa movimentação, motivada pela busca por recursos e por novas rotas comerciais, resultou em um contato mais frequente e direto com as populações indígenas, expondo-as a novas pressões e conflitos (Reis, 2024).

Tal intensificação do contato com as populações indígenas reflete a dinâmica de ocupação da bacia do Javari. O povoamento, em sua porção brasileira, consolidou-se a partir de meados do século XIX, movida pela exploração da seringa e do caucho. Essa ocupação se segmentou em focos de exploração distintos: os peruanos direcionaram sua atividade para o caucho (presente nas cabeceiras dos rios), enquanto os brasileiros se concentraram na seringa (encontrada nas várzeas) (Montagner Melatti; Melatti, 1975).

A partir da segunda metade do século XX, o Vale do Javari, assim como muitas outras regiões da Amazônia, manteve-se predominantemente sob o domínio das comunidades indígenas, apesar das invasões e pressões externas que, ao longo do tempo, começaram a ameaçar a integridade de seus territórios. No entanto, a presença de não-índios na região, especialmente devido ao avanço da exploração econômica, trouxe consequências devastadoras para as comunidades indígenas, especialmente no que se refere aos seus modos de vida, como é detalhado por Coutinho (1998).

Um dos principais mecanismos dessa exploração foi o sistema de aviamento, que operava como um regime de troca baseado no endividamento. Esse modelo de comércio, que se perpetuou por um longo período, foi sucedido pela atuação dos regatões, comerciantes que, a bordo de embarcações, mantinham as comunidades indígenas sob um domínio econômico e social, controlando os rios e, por extensão, as vidas dos povos da região. A transição para o extrativismo madeireiro, que se intensificou a partir dos anos 1950 deu continuidade à pressão sobre o território e as populações indígenas, com as interações muitas vezes culminando em exploração do trabalho e dos recursos naturais (Oliveira, 2016).

Nesse contexto de pressão e conflitos, a exploração madeireira impôs um nível de violência contra os indígenas isolados superior ao do seringalismo. As frentes de madeireiros invadiram áreas de refúgio, levando ao extermínio de vários grupos. Em resposta a conflitos que resultavam em mortes de não-indígenas, os madeireiros organizavam frentes de punição, que perseguiram os indígenas e promoviam o extermínio indiscriminado de comunidades inteiras, em uma prática que remonta às guerras justas do período colonial (Neves, 2024).

Soma-se a isso o fato de que os povos do Javari enfrentaram violências de outros tipos, incluindo os conflitos armados com os invasores, que muitas vezes eram financiados e armados

pelos próprios brasileiros e peruanos. Houve também migrações forçadas, como resultado da pressão dos colonizadores e dos seringueiros que buscavam expandir suas frentes de exploração. A escravização de indígenas e o extermínio deliberado durante as chamadas "correrias" – expedições militares e de caçadores de índios – também foram métodos empregados para subjugar e eliminar as populações indígenas que resistiam ou não se adaptavam ao modelo imposto pelos colonizadores (Ribeiro, 2017).

A devastação promovida pelos madeireiros não se restringiu aos massacres. A saúde das comunidades indígenas foi severamente impactada devido às doenças epidêmicas trazidas pelos colonizadores, como a malária e a varíola, que dizimaram grandes parcelas dessas populações. As epidemias de doenças desconhecidas para os indígenas, como a varíola e a malária, foram responsáveis por grande parte da redução demográfica, já que as comunidades não possuíam imunidade contra esses novos agentes patológicos trazidos pelos colonizadores (Balestra, 2013).

O quadro histórico da região, até então moldado por povos indígenas, resultou em uma nova realidade em que os indígenas passaram a ser minoria em suas próprias terras, fragilizados pela perda de suas bases territoriais, sociais e culturais. Muitos grupos foram forçados a se deslocar para outras áreas, enquanto outros praticamente desapareceram ou foram assimilados à força.

O período de colonização, especialmente no auge da exploração da borracha, permanece como um capítulo sombrio na história dos povos indígenas da região, cujas consequências continuam a reverberar na luta pela preservação de seus territórios e pela recuperação de suas culturas. A resistência das comunidades do Vale do Javari, no entanto, segue como uma prova da força e resiliência dessas populações diante das adversidades impostas por séculos de colonização e exploração.

1.4 Políticas indigenistas na ditadura militar (1964-1985)

O debate sobre a ditadura militar de 1964 é permeado por uma dualidade entre a denúncia de violações de direitos humanos e a defesa do regime. A proteção e normatização dos assuntos indígenas foi um processo gradativo, iniciado sob a tutela do Serviço de Proteção ao Índio - SPI (Cabral; Moraes, 2020).

A criação do SPI, formalizada pelo Decreto nº 8.072/1910, foi uma resposta à escalada de conflitos entre povos indígenas e as frentes de expansão capitalista do Brasil. As tensões,

que surgiram com a construção de ferrovias, o avanço das plantações de café no Sul e Sudeste, e o extrativismo de borracha e madeira no Norte e Nordeste, refletiram as consequências da instauração da República em 1891 (Oliveira, 2016).

Inicialmente nomeado como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e vinculado ao Ministério da Agricultura, o órgão teve seu nome alterado em 1918 para SPI, concentrando-se exclusivamente na proteção dos povos originários. O regulamento que acompanhou o decreto estabeleceu uma série de diretrizes de proteção e assistência, como a garantia da posse territorial, a prevenção de invasões, o respeito à organização tribal e a punição de crimes contra os indígenas (Melo, 2007).

Desde a sua criação, a política indigenista brasileira foi fundamentalmente orientada por uma abordagem positivista e paternalista, conhecida como proteção fraternal ao silvícola, liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Essa ideologia, que se prolongou nas décadas seguintes, buscava integrar os indígenas à sociedade, mas subestimava os conflitos gerados pelos interesses econômicos (Oliveira, 1995).

Entretanto, Melo (2007) pontua que a trajetória do SPI foi marcada por uma série de instabilidades e mudanças de orientação política. O órgão sofreu uma rápida redução de suas inspetorias, passando de 13 em 1910 para apenas 6 em 1914. Em 1930, sua transferência para o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio marcou o início de um período de franca decadência, devido à falta de recursos orçamentários. Essa situação se aprofundou com a nova diretriz de 1934, que subordinou o SPI ao Ministério da Guerra. Nessa fase, o órgão passou a instrumentalizar os indígenas para a defesa das fronteiras, em um claro desvio de sua missão original.

Sob essa nova tutela, a política indigenista passou a valorizar os indígenas como elemento precioso para a defesa das fronteiras nacionais. O Decreto nº 736/1936 formalizou a nova orientação, focando na nacionalização dos silvícolas e sua subsequente incorporação à sociedade brasileira. Por fim, em 1940, o SPI foi novamente transferido, desta vez para o Ministério da Agricultura, sob o argumento de que a proteção indígena estava intimamente ligada à questão de colonização. O SPI permaneceu sob a tutela deste ministério até sua extinção em 1967 (Melo, 2007).

A criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, por meio da Lei nº 5.371/1967, marcou a transição da política indigenista brasileira, sucedendo o controverso SPI. Esse novo órgão passou a atuar em um cenário de continuidade de conflitos, impulsionados por projetos

de grande escala, como a Rodovia Perimetral Norte e as operações da Petrobras, que ameaçavam o território e a autonomia dos povos isolados do Vale do Javari (Reis, 2024).

A presença oficial da FUNAI na região da Bacia do Alto Rio Solimões ocorreu em 1967, com a Portaria nº 212/1969. Este movimento foi realizado por meio da criação da Ajudância Móvel do Solimões, que estava diretamente subordinada à 1ª Delegacia Regional (DR) da FUNAI, em Manaus. A Ajudância tinha abrangência sobre várias áreas, incluindo as bacias dos rios Javari, Curuçá e Ituí (Brasil, 1969).

Atendendo à Ordem de Serviço nº 26, de 07 de outubro de 1969, o servidor Raimundo Pio de Carvalho Lima, acompanhado pelo chefe do Posto Indígena Tikuna, Bernardo Muller, realizou uma viagem de inspeção ao longo dos rios Javari, Curuçá, Itaquai e Ituí. Durante essa expedição, Lima elaborou um relatório que sugeriu a instalação de postos indígenas nesses quatro rios. Devido à vastidão da área fronteiriça, ele propôs a criação de subpostos. No caso do rio Javari, Raimundo Pio relatou que os indígenas estavam sendo influenciados por "elementos estranhos, provavelmente não brasileiros", o que estava colocando essas populações em uma situação perigosa. Ele destacou que isso estava resultando no despovoamento de grandes áreas e, em alguns casos, na morte de indígenas, o que afetava diretamente a vida e a cultura dos povos originários da região (Lima, 1969).

Apesar das recomendações de Lima (1969), um despacho relacionado ao processo FNI/BSB/3076/69, datado de dezembro de 1969, avaliou como "inoportuna" a criação dos postos indígenas nos rios Javari e Curuçá. Segundo o despacho, já existia um plano para a implantação de Colônias Indígenas de Fronteira, conforme o "Plano de Integração Indígena", que havia sido submetido ao Ministro do Interior. A decisão foi pela manutenção do projeto original, que previa a localização da Colônia Indígena do Curuçá na margem esquerda do rio, com o objetivo de atrair os grupos Maioruna e Marubo.

O projeto desenvolvimentista da época tinha como foco principal a construção de estradas, com o objetivo de integrar o país de norte a sul. Nesse contexto, a presença das forças militares do Exército nas fronteiras era essencial, mas a FUNAI também se tornava uma extensão do governo, atuando como um braço operacional nesse processo. Em 1971, a FUNAI passou a apoiar a construção da Rodovia Perimetral Norte, além de contribuir com as atividades de pesquisa e prospecção de petróleo e gás natural realizadas pela Petrobras. Com isso, a Fundação iniciou suas atividades na região do Vale do Javari, especificamente na área dos rios Javari, Curuçá e Ituí, criando os Postos Indígenas de Atração (PIA) próximos às aldeias dos índios considerados "arredios", ou seja, aqueles que estavam em situação de maior isolamento.

Esse movimento foi parte de um esforço governamental para integrar as populações indígenas ao desenvolvimento proposto, o que muitas vezes implicava o contato forçado com os indígenas. A instalação dos PIA tinha como objetivo atrair essas comunidades para áreas de colonização e para o convívio com o restante da sociedade. O trabalho de Walter Coutinho (2017) sobre a população Matsés no Vale do Javari destaca esse contexto, evidenciando a forma como a presença do Estado se intensificava na região e os impactos disso para as populações indígenas locais, que enfrentavam a pressão do avanço de projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais.

Em 1972, dentro da 1ª DR da FUNAI, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa propôs a criação do "Parque Nacional Indígena do Vale do Javari", abrangendo as áreas dos rios Javari, Curuçá, Ituí e Itaquai. Essa proposta tinha o objetivo de proteger as populações indígenas da exploração e da escravização por parte da sociedade não indígena, garantindo assim a posse e o usufruto das terras pelos próprios indígenas, conforme defendido por Costa (Coutinho, 1998).

Ainda durante a ditadura militar, foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972. A entidade, de iniciativa da CNBB, tinha como objetivo a defesa da vida e do território indígena. Em sua primeira assembleia, em 1975, o CIMI definiu seus princípios de ação, centrados na luta pelo direito à terra, no reconhecimento da cultura e na autodeterminação dos povos indígenas, diretrizes que continuam a orientar sua atuação como um aliado fundamental (Steiner; Paloschi, 2024).

Steiner e Paloschi (2024) destacam que a política de ocupação e integração da Amazônia, conhecida como Plano Nacional de Integração, ignorou por completo o modo de vida dos povos originários. Impulsionado pela construção de estradas e pela lógica militarista, a viabilização do projeto se deu em torno da apropriação das terras indígenas, o que incluía massacres, remoções compulsórias e a disseminação de doenças.

Em 1973, o CIMI publicou o manifesto “Y Juca-Pirama. O índio: aquele que deve morrer”, uma denúncia veemente da situação dos povos indígenas no Brasil e da política governamental da época, que defendia a necessidade de um processo de imersão e respeito às culturas locais para demonstrar a validade da mensagem evangélica, refutando a imposição de uma visão de mundo eurocêntrica. Anos mais tarde, o segundo denominado de “Povos indígenas. Aqueles que devem viver”, sinalizaria um novo paradigma, no qual os indígenas são reconhecidos como sujeitos de direitos, e suas culturas, como valores a serem preservados (Melo, 2015).

Nesse mesmo ano, a FUNAI, com o objetivo de dar continuidade à construção da estrada e aos trabalhos de prospecção de petróleo na bacia do rio Jaquirana, iniciou suas ações de atração dos Matsés, que habitavam o igarapé Lobo. No ano seguinte, o referido órgão indigenista instalou um posto indígena na foz desse afluente do médio Jaquirana. Contudo, o posto começou a operar sem a infraestrutura adequada e sem os recursos materiais e humanos necessários para um funcionamento eficiente.

No contexto das operações de atração organizadas pela 1ª Delegacia Regional (DR) da FUNAI, em 1974, cinco frentes de atração foram estabelecidas, das quais três estavam localizadas no Vale do Javari, abrangendo os rios Javari, Ituí e Curuçá. No entanto, diante dos ataques realizados por grupos indígenas isolados, como os Korubo, na área do rio Itaquai, a FUNAI começou a planejar a concentração de seus esforços em uma "superfrente de atração", que seria destinada a atuar nessa região. Os funcionários da FUNAI acreditavam que a retirada de sertanistas da frente de atração do Jaquirana não traria riscos, pois, segundo eles, havia uma grande presença de trabalhadores da Petrobras na região, realizando pesquisas em pontos próximos ao território peruano. Eles avaliavam que, embora houvesse índios potencialmente hostis na área, não era provável que houvesse ataques a esses trabalhadores, já que os grupos indígenas isolados evitavam confrontos quando havia muitas pessoas presentes.

Após as visitas realizadas ao igarapé Lobo por Sebastião Amâncio da Costa, sertanista responsável pela atração dos Matsés, em 1973 e 1974, a FUNAI optou por manter um número reduzido de funcionários no local. No entanto, essa decisão foi temporariamente revista em 1978, após um conflito interno entre os próprios Matsés, que envolveu também parte dos índios do igarapé Choba (Coutinho, 1998).

De acordo com Coutinho (1998), a FUNAI enviou equipes para a região com a missão de estudar a situação das terras e a viabilidade de criar um Parque. Como resultado das propostas apresentadas por essas equipes, a FUNAI implementou uma medida significativa: restringir a entrada de regatões (extrativistas e outros invasores) na área, proibindo-os de ultrapassarem os PIA que estavam localizados nos rios Ituí e Curuçá, no médio curso desses rios.

No Amazonas, esse processo de mobilização começou em 1982, com a criação do Conselho Geral das Tribos do Alto Solimões (CGTI), que pavimentou o caminho para o surgimento de outras organizações representativas, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Conselho Geral dos Ticunas e do Rio Solimões (CGTSM), ambas criadas em 1986. O ápice dessa organização regional foi a fundação da Coordenação das

Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) em abril de 1989 (Cruz; Bruno; Silva, 2007).

A entidade surgiu como uma expressão da luta dos povos da Amazônia Legal, integrando associações locais, federações regionais e organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas. A COIAB abrange organizações dos nove estados (Pará, Amazonas, Acre, Maranhão, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Roraima). A sua influência impulsionou o crescimento do movimento indígena, com a afiliação de 75 organizações na Amazônia Brasileira, representando um total de 165 povos indígenas (Oliveira, 2012).

Embora a Ditadura Militar tenha formalmente terminado em 1985, a arbitrariedade e a violência contra os povos indígenas não cessaram, já que o desrespeito aos seus direitos fundamentais persistiu na transição para a democracia. A organização política desses povos e sua articulação com os missionários foram decisivas para o avanço de sua causa (Santos, 2024).

A região do Vale do Javari era especialmente vulnerável à invasão de grupos de madeireiros, garimpeiros e outros interessados em explorar os recursos naturais sem considerar as necessidades e os direitos das populações indígenas. Bem por isso que articulações dessas organizações geraram grande pressão para a retirada de invasores da região e a demarcação definitiva da Terra Indígena Vale do Javari.

A mobilização da sociedade civil, como a criação de campanhas como a “Campanha Javari”, foi um marco nesse contexto, pois tinha como principal objetivo denunciar o descaso do governo brasileiro com relação à região e a urgente necessidade de ações concretas para proteger os povos indígenas e seus territórios. Tal movimento, como se verá a seguir, marca o início de um novo capítulo na história de resistência ao simbolizar o protagonismo desses povos em sua luta pela demarcação territorial e pelo reconhecimento de sua autonomia.

1.5 A Campanha Javari: Redes de Mobilização e Denúncias Nacionais (1985–1987)

No ano de 1985, diversas lideranças e organizações ligadas à Igreja Católica, como a Operação Anchieta (OPAN) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), uniram-se para apresentar o projeto da Campanha pela sobrevivência dos índios do Vale do Javari. A mobilização começou nos primeiros meses do ano e buscou pressionar a FUNAI por ações concretas. Cartas de líderes como Ivar Luiz Vendruscolo Busatto, da OPAN, e Antônio Brand, do CIMI, atestam a pressão exercida por esses atores para a demarcação da área e a cessação das agressões de seringueiros e madeireiros (Reis, 2024).

O documento intitulado *Campanha Javari – Informações Suplementares*, representa um registro preliminar das estratégias de mobilização voltadas à defesa dos povos indígenas do Vale do Javari. Em verdade, trata-se de uma comunicação interna da equipe da Campanha Javari, elaborada com o objetivo de organizar, de forma emergencial, ações de proteção e visibilidade para as populações indígenas ameaçadas na região (Campanha Javari, 1985).

Desde as primeiras linhas, o texto evidencia o caráter emergencial da Campanha. A equipe reconhece que, diante da situação crítica enfrentada pelos povos indígenas do Javari, seria necessário alterar o planejamento inicial para responder com mais rapidez aos desafios que se agravavam. O boletim ainda informa que o levantamento da realidade indígena seria iniciado na segunda quinzena de abril de 1985, com uma duração aproximada de três meses, que percorreria os principais rios do Vale do Javari e as aldeias dos grupos já contatados. Essa expedição teria como foco “obter todas as informações necessárias para a elaboração do material didático de divulgação da Campanha” (Campanha Javari, 1985, p. 1).

Esse levantamento, portanto, tinha dupla função: por um lado, tratava-se de uma pesquisa diagnóstica para identificar as condições de vida, as ameaças externas e as necessidades dos diferentes grupos indígenas da região; por outro, tinha como objetivo gerar uma base de informações que pudesse ser convertida em material de mobilização e sensibilização pública. Assim, a Campanha Javari já se estruturava como um projeto de comunicação política, articulando dados de campo e registros visuais para pressionar instituições governamentais e engajar a sociedade civil.

Um elemento significativo do documento é a preocupação explícita com a produção audiovisual. Durante a viagem, um cinegrafista acompanharia a equipe para registrar imagens fotográficas e em vídeo, de modo a criar um acervo visual que servisse como “subsídio para a própria Campanha” (Campanha Javari, 1985, p. 1). Essa escolha revela a consciência de que, além de relatórios técnicos, seria fundamental impactar a opinião pública por meio de narrativas visuais, capazes de transmitir de forma mais direta a gravidade da situação. Ao mesmo tempo, havia a previsão de realizar, posteriormente, um filme em 16 mm, todavia, essa iniciativa dependia de financiamento e condições logísticas mais favoráveis, o que, segundo o texto, só seria possível no ano seguinte.

Outro aspecto que merece destaque é a adaptação do cronograma da Campanha. Inicialmente, a mobilização pública estava prevista para um momento posterior, após a sistematização do material. Contudo, “devido à situação sempre mais crítica em que se encontram os índios desta área”, a equipe decidiu acelerar o lançamento, estimando que ele

ocorreria “provavelmente, no início do segundo semestre de 1985” (Campanha Javari, 1985, p. 1), uma antecipação que demonstra não apenas a flexibilidade da estratégia indigenista, mas também a percepção de que o tempo era um fator determinante para evitar que as violações se agravassem.

A fim de reforçar a centralidade do território e a necessidade de chamar a atenção para a especificidade do Vale do Javari como região crítica de conflitos fundiários e de ameaça à sobrevivência de povos indígenas isolados, o lema definido para dar identidade à mobilização foi simples e direto: “Campanha Javari”. Ao final, o documento convida ao apoio externo e reafirma a confiança da equipe na solidariedade de parceiros e aliados, com uma linguagem marcada por urgência e expectativa coletiva: “Confiantes no vosso apoio, estamos à vossa inteira disposição para qualquer informação ou esclarecimento a respeito do desenvolvimento da Campanha Javari” (Campanha Javari, 1985, p. 1).

Quando analisado como fonte histórica, a *Campanha Javari – Informações Suplementares* (1985) também revela ao menos três dimensões importantes. Primeiro, ele evidencia que a Campanha Javari não surgiu de forma improvisada, mas foi fruto de um planejamento cuidadoso que incluía etapas de levantamento de informações, produção de material de divulgação e mobilização política. Em um segundo momento, demonstra a percepção de que a defesa dos povos indígenas exigia estratégias articuladas entre campo e comunicação, transformando dados e imagens em instrumentos de pressão social. Por fim, explicita o clima de emergência e vulnerabilidade vivido pelos povos do Vale do Javari, cujas terras estavam sendo sistematicamente invadidas e cujas vidas corriam risco iminente.

Além disso, o documento reflete uma relação dialógica entre conhecimento e ação política. Ao propor a produção de materiais didáticos e audiovisuais, a equipe não pretendia apenas documentar a situação, mas transformá-la em argumento público contra o avanço de frentes extrativistas e contra a omissão do Estado. Nesse sentido, o planejamento apresentado em 1985 antecipa as denúncias mais explícitas que seriam formalizadas em boletins posteriores, como o de dezembro de 1986.

Também se percebe, ainda que de forma implícita, a relação entre atores locais e redes nacionais de apoio. Ao mencionar a necessidade de apoio e articulação, o texto sinaliza que a Campanha Javari se projetava para além da região, buscando eco em instituições, movimentos sociais e meios de comunicação de maior alcance. Por fim, é relevante notar que o documento situa o Vale do Javari como território estratégico de resistência indígena, ainda antes de seu reconhecimento oficial como Terra Indígena. Em paralelo, demonstra a consciência, por parte

dos indigenistas, de que os povos isolados e contatados do Javari estavam sob uma ameaça permanente e que sua sobrevivência dependia de ações urgentes e articuladas.

O documento, apesar de sua brevidade, revela elementos cruciais para a compreensão da origem da mobilização indigenista no Vale do Javari, que permite reconstruir o momento de organização da Campanha e como a articulação entre levantamento de campo, produção de registros audiovisuais e lançamento público foi planejada como uma estratégia integrada de defesa territorial.

Dando continuidade a esse trabalho, o *Informativo da Campanha Javari*, produzido em janeiro de 1986, constitui uma das principais fontes documentais da mobilização indigenista voltada à proteção dos povos do Vale do Javari na transição do regime ditatorial para a abertura democrática (Cavuscens, 1986).

Como um documento político e organizativo, o boletim foi elaborado por agentes ligados ao CIMI e por membros da Campanha Javari para comunicar os avanços e entraves enfrentados na articulação em defesa do território indígena. Já em sua abertura, os autores explicam que as ações planejadas a partir de junho de 1985 incluíam tanto o lançamento público da campanha quanto o posicionamento político diante das violências praticadas contra os povos indígenas da região (Cavuscens, 1986, p. 1).

Entre maio e agosto de 1985, um dos eixos centrais da Campanha foi a realização de um levantamento etnográfico e territorial no interior do Vale do Javari, onde seus integrantes, em parceria com outras instituições, percorreram os rios Javari, Jaquirana, Curuçá, Itaquai, Ituí e Quixito, totalizando cerca de 650 horas de viagem em barcos e canoas motorizadas (Cavuscens, 1986).

Durante esse deslocamento, a equipe reuniu informações detalhadas sobre os povos Mayoruna, Marubo, Matís, Kanamari e Kulina, além de registros preliminares dos grupos Korubo e "Maya" e de outros povos isolados, trabalho esse que resultou em uma extensa documentação fotográfica e audiovisual, com destaque para as imagens dos povos Mayoruna e Marubo, que foram usadas na divulgação pública da campanha.

Apesar dos esforços institucionais anteriores, como a criação do Grupo de Estudo (GE) Javari, em 1984, e a assinatura da Portaria de Interdição da Área Indígena do Vale do Javari pela FUNAI, em abril de 1985, o boletim elaborado por Cavuscens (1986) denuncia a continuidade das invasões por madeireiros, seringueiros e regatões. O autor, agente vinculado ao campo indigenista e atuante na produção de relatórios e denúncias sobre a situação territorial dos povos indígenas, critica a ausência de estrutura e o desinteresse do órgão indigenista em

fazer valer a interdição, permitindo que grupos armados ocupassem áreas de presença indígena, inclusive em regiões já marcadas por episódios anteriores de violência. Trata-se, portanto, de uma fonte primária documental, produzida no contexto imediato dos acontecimentos, que expressa tanto dados empíricos quanto a perspectiva política dos movimentos de apoio aos povos indígenas no período da redemocratização.

Em resposta às contínuas invasões, o autor registra a persistência de conflitos entre madeireiros e indígenas isolados, sendo um caso emblemático a invasão do Igarapé São José (afluente do Rio Itaqui) por cerca de setenta madeireiros fortemente armados, que visavam à exploração ilegal de madeiras de lei, um local historicamente marcado por incidentes violentos, como a morte de madeireiros em 1983 e de funcionários da Funai e da Petrobrás em 1984.

Ainda em seu relato, Cavuscens (1986) menciona a descoberta do corpo de um indígena Korubo no Rio Itaqui, em agosto de 1985, e destaca a falta de responsabilização dos agressores e a inação das autoridades em proteger a vida desses povos, do qual as invasões se estenderam para além dessa área, alcançando os rios Ituí, Quixito, Curuçá e Javari.

Em uma abordagem mais ampla sobre essa mobilização, o documento intitulado *Povos Indígenas do Vale do Javari – Pela sobrevivência dos povos indígenas do Vale do Javari*, também publicado em 1986, é um dos registros mais completos da mobilização indigenista na Amazônia durante a Nova República. Produzido pelo CIMI, pela OPAN e por equipes indigenistas das prelações do Alto Solimões e Tefé, o material articula dados etnográficos, denúncias políticas e análises históricas para evidenciar a situação de vulnerabilidade extrema enfrentada pelos povos do Vale do Javari naquele período (Campanha Javari, 1986).

Logo na apresentação, assinada por Ailton Krenak, coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), o texto adota um tom crítico e mobilizador, que questiona o modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro e denuncia a contínua expansão econômica sobre os territórios indígenas. Ao afirmar que não haverá progresso construído sobre a destruição de povos e culturas, Krenak alerta para a necessidade de solidariedade nacional em torno da defesa do Javari, o que faz com que a abertura do documento cumpra a função de contextualizá-lo como parte de uma luta política mais ampla, conectada às redes indígenas e indigenistas que surgiam em diversas regiões do país nos anos 1980 (Campanha Javari, 1986).

Na introdução, há menção aos objetivos da Campanha Javari, que vão além da mera denúncia, descrevendo o Vale do Javari como uma das regiões mais isoladas da Amazônia ocidental, que abriga uma diversidade de povos indígenas, muitos deles em situação de isolamento voluntário. Ao mesmo tempo, o texto enfatiza que a intensificação das invasões por

madeireiros, seringalistas e pela Petrobrás criava um cenário de colapso iminente, o que contextualiza a Campanha como uma estratégia emergencial para chamar a atenção de autoridades, universidades, movimentos sociais e da opinião pública sobre a gravidade da situação (Campanha Javari, 1986).

Uma parte significativa do documento é dedicada à descrição dos povos indígenas do Vale do Javari, apresentando quadros detalhados sobre os Matsés (Mayoruna), Marúbo, Matís, Kanamari e Kulina, que abordam aspectos como distribuição geográfica, população estimada, organização social e o impacto das relações de contato. Os Matsés, por exemplo, são descritos como um povo de origem pano que habitava as margens dos rios Javari e Yaquerana e que sofreu forte pressão de seringalistas desde o início do século XX, enquanto os Marúbo aparecem como um povo que conseguiu manter relativa autonomia, refugiando-se em áreas mais afastadas, mas que enfrentava, à época, crescentes ameaças de madeireiros (Campanha Javari, 1986).

O documento *Povos Indígenas do Vale do Javari* também destaca, de forma contundente, a situação dos povos isolados, como os Korubo, os chamados “flecheiros” do Igarapé São José, os grupos do rio Jandiatuba, os Tsohom Djapá e os povos das cabeceiras do Jutáí. Fundamentada em relatos de expedições da FUNAI, depoimentos de indigenistas e informações de indígenas contatados, a descrição de cada grupo narra episódios de resistência, como os ataques a frentes madeireiras, demonstrando que a violência desses povos era uma forma de defesa contra a invasão territorial, e não uma ação gratuita (Campanha Javari, 1986).

Na seção sobre o histórico do contato, o documento reconstitui as diferentes frentes de invasão que marcaram o Vale do Javari. O ciclo da borracha (1870–1910) aparece como o primeiro grande vetor de destruição, responsável pela morte de milhares de indígenas e pelo desaparecimento de etnias inteiras. Em seguida, o texto aborda a retomada das invasões a partir dos anos 1940, com a exploração madeireira e a abertura de estradas, que culminou, nos anos 1980, com a presença da Petrobrás para prospecção de petróleo e gás, uma sequência de eventos que reforça a visão de que a ocupação do Javari não foi um fato isolado, mas parte de um processo contínuo de expansão econômica do Estado e do capital privado (Campanha Javari, 1986).

Outro ponto relevante é a análise da situação sanitária e cultural dos povos contatados. O documento denuncia que, após as frentes de contato da FUNAI nos anos 1970, os Matís e os Kanamari sofreram graves epidemias de gripe, hepatite e tuberculose, resultando na morte de grande parte de suas populações. Além disso, o texto evidencia falhas estruturais no

atendimento de saúde, como a carência de medicamentos, a falta de preparo de profissionais e o uso inadequado de vacinas, mostrando que, ironicamente, o próprio Estado, que deveria proteger, tornou-se um agente de desestruturação social e de disseminação de doenças (Campanha Javari, 1986).

Um dos capítulos mais fortes do material é o que trata das invasões e conflitos contemporâneos. Relata-se no documento confrontos entre indígenas isolados e madeireiros, mortes de trabalhadores e a destruição de equipamentos, com ênfase na presença ilegal das frentes econômicas como a raiz do problema. Nesse ponto, o documento responsabiliza diretamente a FUNAI, que devido à falta de fiscalização das portarias de interdição, permitiu que invasores continuassem atuando livremente naquela localidade (Campanha Javari, 1986).

O documento *Pela sobrevivência dos povos indígenas do Vale do Javari* revela não apenas a ameaça vivida pelos povos indígenas na década de 1980, mas também a capacidade de articulação de redes indigenistas em resposta à omissão estatal, que permite a compreensão do Vale do Javari como um território de resistência, onde coexistiam povos em diferentes níveis de contato e as estratégias de mobilização se deram de forma simultânea no campo político, midiático e jurídico.

Essa fonte também possibilita a identificação de antecedentes diretos da demarcação oficial do território, homologada anos depois, pois, ao documentar detalhadamente as invasões, epidemias, deslocamentos forçados e estratégias de resistência indígena, o documento se torna uma peça-chave para reconstruir a trajetória de luta que culminou na proteção legal do Vale do Javari. Assim, ao mesmo tempo o mesmo tempo em que denuncia o projeto colonial e desenvolvimentista que avançava sobre a Amazônia, o que o torna um registro histórico essencial para a compreensão dos conflitos e das resistências na fronteira amazônica dos anos 1980, pela sua articulação de memória, dados técnicos e mobilização política.

A Campanha Javari, articulada inicialmente no Brasil, não se restringiu ao território nacional. Seu impacto e alcance revelam uma dimensão internacional que, ao mobilizar redes europeias, transformou a luta pela sobrevivência dos povos indígenas do Vale do Javari em uma pauta global de direitos humanos, preservação cultural e defesa ambiental, um movimento que ganhou força na Itália, especialmente em Perugia e Assis, com a criação do *Gruppo Insieme Tikunas* por organizações laicas e missionárias em parceria com os missionários capuchinhos da Úmbria (Gruppo Insieme Tikunas, 1987).

A partir de 1987, o grupo lançou uma série de eventos de sensibilização pública – conferências, exposições fotográficas, debates e apresentações culturais – com o objetivo de

denunciar a situação crítica das populações indígenas do Vale do Javari e pressionar o governo brasileiro. A campanha italiana também denunciava a omissão do governo brasileiro que, mesmo após emitir portarias de interdição, não retirava os invasores, um discurso reforçado por uma reportagem da *Natura Oggi* que descreveu em detalhes a destruição da floresta, a proliferação de serrarias ilegais e o risco iminente de genocídio cultural e físico (Gruppo Insieme Tikunas, 1987).

Para sensibilizar o público europeu, um dos argumentos mais utilizados era a comparação com campanhas ambientais já consolidadas, como exemplifica o material distribuído em Perugia, que afirmava: “*se accettamos una campagna patrocinata dalla Fiat per salvare il panda, deve esserci spazio per salvare esseri umani*¹” (Gruppo Insieme Tikunas, 1987, p. 4). Assim, a Campanha Javari era apresentada como uma causa que unia direitos humanos e proteção ambiental e revela que a extinção de culturas indígenas não era apenas uma tragédia local, mas um sinal do colapso moral e ecológico do mundo moderno.

A internacionalização da Campanha Javari só foi possível porque existia uma rede de articulação transnacional. O documento italiano cita explicitamente a parceria com organizações como o CIMI, a OPAN e a UNI. Nessa rede, Silvio Cavuscens, um estudioso suíço comprometido com a defesa dos povos amazônicos, atuava nessa rede como ponte entre o Brasil e a Europa (Gruppo Insieme Tikunas, 1987).

Ele, que havia vivido anos no Vale do Javari para documentar a realidade dos povos isolados e denunciar as violações cometidas por empresas e pelo Estado, teve uma presença essencial em Perugia, como palestrante e articulador, para legitimar a campanha aos olhos do público italiano, ao passo que a mobilização europeia também contava com a participação de lideranças indígenas brasileiras, sendo o documento um dos registros que inclui um texto de Ailton Krenak que afirmava:

Não será destruindo povos inteiros, com sua história e cultura, que se construirá o progresso e o desenvolvimento. Mais de setecentos grupos indígenas já foram sacrificados em quatrocentos anos. E se Marubo, Matis e Kanamari não podem manifestar suas reivindicações, há muitos indígenas e não-indígenas que se unirão à luta dos sem voz do Javari e a levarão aos ouvidos das autoridades e ao coração das pessoas que ainda têm respeito pela vida (Gruppo Insieme Tikunas, 1987, p. 17)².

¹ No original: “Se si accetta una campagna di sponsorizzazione lanciata dalla Fiat per salvare il panda, dovrà pur trovare un posto un appello per salvare degli esseri umani”.

² No original: (...) capire che non è distruggendo popoli interi con la loro storia e la loro cultura che si costruirà il progresso e lo sviluppo. Più di settecento gruppi indios sono stati sacrificati nel corso degli ultimi quattrocento anni. E se i Marubo, i Matis, i Kanmari non possono manifestare le loro rivendicazioni al Governo, ci sono molti indios e anche non-indios che entreranno nella lotta dei "senza voce" del Javari e la faranno arrivare alle orecchie delle autorità e al cuore delle persone che hanno ancora rispetto per la vita

Krenak não apenas criticava veementemente a ideia de que o progresso e o desenvolvimento de uma nação dependem da destruição de povos e culturas indígenas, como também contextualiza a violência como um processo histórico contínuo e estrutural. Por fim, o autor conclama a união de indígenas e não indígenas para dar visibilidade à causa dos povos do Vale do Javari, levando suas reivindicações a autoridades e ao público em geral.

A essência dessa mobilização é, portanto, reforçar a mensagem de que os povos indígenas não buscam contato, mas sim o direito de viver pacificamente em seus territórios, e é por essa razão que a campanha europeia assume a função crucial de ecoar suas vozes e ampliar sua ressonância política para além do Brasil.

Pelo que se percebe dos documentos que atestam a Campanha Javari, a mobilização não foi improvisada, pelo contrário, foi fruto de um planejamento estratégico que contou com a articulação de dados de campo, registros audiovisuais e denúncias políticas e expôs a vulnerabilidade extrema dos povos da região, que enfrentavam a omissão do Estado e a violência de madeireiros e seringueiros.

Tais fontes históricas mostram, inclusive, como a campanha soube conectar a realidade local, documentada por indigenistas como Silvio Cavuscens e por redes como o CIMI e a OPAN, com uma mobilização em nível nacional e, posteriormente, internacional, por meio de líderes como Ailton Krenak, que demonstram a capacidade de transformar a luta do Javari em uma pauta global de direitos humanos e ambientais, afim de não apenas pavimentar o caminho para a futura demarcação do território, mas também de consolidá-lo como um registro de resistência e resiliência dos povos indígenas e de seus aliados na defesa pela terra.

Sob a ótica de uma mulher Marubo, que transita entre a academia e a liderança indígena, o contexto histórico, territorial e político do Vale do Javari revela uma profunda dissonância entre a narrativa oficial do Estado e a memória viva dos povos originários. O processo de reconhecimento territorial, frequentemente retratado nos registros institucionais como uma sucessão de atos burocráticos e técnicos, como portarias, relatórios antropológicos e perímetros delimitados, contrasta drasticamente com a experiência comunitária, a qual considera como um capítulo de uma longa e contínua história de luta, resistência e reafirmação identitária.

A crítica a ser feita é que, apesar de a legislação formalmente garantir direitos, ela opera sob uma lógica colonial. Embora a autora desta dissertação tenha formação em Direito, a leitura de cada obra sobre o tema tornou cada vez mais consciente de que os instrumentos jurídicos, em vez de protegerem integralmente, reproduzem práticas assimilacionistas e tuteladoras. Essa constatação levou a buscar na história e na escuta das lideranças uma compreensão mais

profunda das violências e dos embates que moldaram a relação entre o Estado e os povos indígenas.

A demarcação, nesse sentido, não é um fim em si, mas um ato que condensa séculos de conflitos e de resiliência. A documentação oficial pode registrar datas e números, mas é a história oral que preserva a dor das invasões, a memória das doenças e a esperança de que a luta se transforme e persista nas novas gerações.

Diante desse contexto, a perspectiva como mulher Marubo pode ser traduzida na forma como se demonstra a luta pela terra, que é, acima de tudo, uma disputa de narrativas, pois, enquanto o Estado tenta impor sua memória oficial, centrada em um processo administrativo, os povos do Vale do Javari articulam e fortalecem uma “memória subterrânea”, que surge a partir dos relatos de suas lideranças.

CAPÍTULO 2 – ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO

Este capítulo tem como objetivo analisar os conflitos territoriais, as mobilizações indígenas e as disputas de narrativas em torno da Terra Indígena Vale do Javari, no período que antecede e acompanha o processo de sua demarcação. O recorte temporal compreende os anos de 1990 a 2001, momento marcado por intensa pressão política, militar e econômica sobre a região, simultaneamente à articulação inédita dos povos Marubo, Matis, Matsés, Kanamari e outros grupos para garantir a proteção de seus territórios e modos de vida.

As fontes primárias utilizadas neste capítulo foram consultadas no Acervo do Instituto Socioambiental (ISA), que reúne documentos jornalísticos, notas públicas, cartas e registros de assembleias realizados no contexto da política indigenista amazônica nas décadas de 1980 e 1990. Esse acervo constitui um material único para compreender as narrativas em disputa sobre a Terra Indígena Vale do Javari.

A escolha por trabalhar com documentos de circulação pública – como matérias jornalísticas, notas para imprensa, manifestos, cartas abertas e registros de assembleias indígenas – permite acessar múltiplas vozes e interesses. Neles, emergem discursos produzidos por diferentes atores: lideranças indígenas, organizações indigenistas, militares, políticos regionais, sertanistas, empresários madeireiros e ribeirinhos. Como argumenta Brandão (2012), o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas um espaço de produção de sentidos e

disputas de poder. Assim, a leitura dessas fontes não se restringe a um inventário factual; ela revela as estratégias narrativas que legitimam ou deslegitimam a presença indígena no território.

2.1 Memória histórica de massacres e invasões

O Vale do Javari é um território cuja história recente carrega, de forma indissociável, as marcas do ciclo colonial e da economia extrativista amazônica. As fontes documentais analisadas evidenciam que a memória dos povos indígenas da região não se limita a um relato estático sobre o passado, mas funciona como elemento estruturante da resistência contemporânea.

Ao evocar os massacres cometidos por seringueiros, caucheiros e, mais tarde, madeireiros e empresas estatais, as lideranças indígenas reafirmam que a violência não se encontra restrita a uma temporalidade remota. Ela é contínua e se reinventa em novos formatos, atualizando a lógica de extermínio e deslocamento forçado que acompanha a ocupação da Amazônia desde a colonização.

Um dos documentos mais reveladores dessa perspectiva foi intitulado Reivindicações das Lideranças Indígenas do Vale do Javari, elaborado para ser apresentado no I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas do Vale do Javari (EDEMJ), realizado em Atalaia do Norte entre 13 e 16 de março de 1993. Nesse documento, a invasão da região é descrita como uma sequência de ondas sucessivas que se iniciam com a busca pela borracha no final do século XIX, provocando o primeiro grande ciclo de violência contra os povos originários (EDEMJ, 1993a).

A economia gomífera penetrou profundamente as cabeceiras dos rios Javari, Ituí e Curuçá, provocando o desaparecimento de etnias inteiras. Os Marikawa são citados como exemplo de um povo que habitava as margens do Javari e foi totalmente dizimado no início do século XX. O impacto desse modelo econômico impôs um duplo efeito que resultou na destruição física dos que resistiram à exploração e na fuga forçada dos sobreviventes para regiões cada vez mais distantes.

Após esse primeiro choque, a memória coletiva aponta um segundo ciclo de invasão, marcado pela busca por madeira de lei e pela instalação de empresas e projetos de colonização a partir de 1945. O documento menciona a cidade de Remate de Males, na foz do rio Itacoáí,

como base logística para a extração da borracha e posteriormente para a entrada dos madeireiros.

Ao longo das décadas seguintes, as pressões econômicas se intensificaram, estimuladas por incentivos estatais que, em nome do desenvolvimento e da integração nacional, abriram espaço para o avanço da fronteira econômica sobre os territórios indígenas. Tal contexto revela que, para os povos do Javari, a chegada das frentes de expansão não foi sinônimo de progresso, mas de devastação, que incluíram a propagação de doenças, a imposição da dependência econômica e a consolidação de novas modalidades de exploração.

A chegada da FUNAI na década de 1970 é lembrada com ambivalência, pois, apesar do cenário de destruição imposto pela lógica extrativista, a agência, ao mesmo tempo que prometia proteção e assistência, foi responsável por introduzir novos problemas. Nas reivindicações, a Funai é acusada de ter facilitado a penetração da Petrobrás para pesquisas de petróleo nos anos 1980, além de permitir a atuação livre de madeireiros nas áreas indígenas. A presença estatal, ainda que justificada como protetiva, acabou introduzindo novas dependências, abrindo caminho para a atuação de outros agentes de exploração.

Na redação do documento, as lideranças do Vale do Javari recordam os massacres recentes de indígenas isolados, como os flecheiros do igarapé São José e os Korubo, assassinados por pescadores e madeireiros locais, sem qualquer providência por parte do governo. A narrativa conecta o passado colonial com as violências contemporâneas ao afirmar que os mesmos argumentos utilizados pelos invasores de outrora progresso, desenvolvimento e geração de riqueza continuam sendo mobilizados para justificar a destruição das florestas e dos povos (EDEMJ, 1993a).

A memória dos massacres funciona, assim, como instrumento político. Não se trata apenas de rememorar o sofrimento, mas de situar a luta pela demarcação como uma resposta a um processo histórico de longa duração. Quando Darcy Comapa, coordenador do CIVAJA, escreve que “não queremos mais que nossos filhos sofram como nossos antepassados, raptados e massacrados pelos invasores” (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993a, p.3), ele está reatualizando a narrativa de resistência que conecta gerações. Essa memória não é passiva: ela fundamenta o direito à terra e denuncia a continuidade das violências estruturais.

Outro ponto que emerge do documento é a relação entre invasão territorial e desestruturação cultural. O relato mostra como, ao serem forçados a abandonar suas aldeias ou a se engajar como mão de obra barata nos seringais e madeireiras, os indígenas perderam parte

de sua autonomia econômica e social. Nesse sentido, a perda de autonomia econômica e social dos indígenas, ao serem submetidos ao trabalho forçado, é vista como uma modalidade de escravidão moderna que ecoa diretamente (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993a).

É significativo que essa memória seja sempre coletiva. No documento, a voz é plural: os “nossos parentes” são citados como vítimas, e a comunidade é entendida como corpo único atingido pelas violências. Essa forma de narrar o passado difere da lógica ocidental individualizante e reforça o caráter comunitário da identidade e da resistência indígena. Ao mesmo tempo, ao inscrever esses relatos em documentos formais, assembleias e cartas abertas, as lideranças indígenas adaptam suas formas de memória para dialogar com o mundo dos brancos e produzir efeito político.

Por outro lado, a memória também denuncia o caráter cíclico da violência. O mesmo documento de 1993 que recorda os massacres antigos descreve como os madeireiros continuam avançando, provocando novas fugas e colocando em risco os grupos isolados. A frase “o que eles querem mesmo é a nossa morte e o nosso desaparecimento” (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993a, p. 3) sintetiza o sentimento de perseguição constante. Aqui, a fronteira entre passado e presente se dissolve, mostrando que a colonialidade não é um evento encerrado, mas um processo que se reconfigura a cada nova fase de exploração econômica.

O I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas resultou no relatório elaborado coletivamente pelo Conselho Indígena do Vale do Javari com a participação de lideranças Marubo, Kanamari, Matsés e Matis, além de representantes de prefeituras, câmaras municipais, empresários madeireiros, COIAB, Pastoral Indigenista, Igreja Católica e técnicos da Funai, um documento que reflete um momento decisivo em que indígenas e não indígenas foram chamados a debater de forma aberta os limites da demarcação e as tensões econômicas na região (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993b).

Logo na abertura do encontro, o coordenador Darcy Duarte Comapa, da liderança Marubo, fez um histórico dos antecedentes que motivaram a reunião, mencionando os massacres sofridos por grupos isolados, a expansão madeireira e o impacto social causado pela ausência de fiscalização do Estado. As falas das lideranças indígenas, registradas no relatório, retomam a memória de um território originalmente habitado por inúmeras etnias e progressivamente ocupado por seringueiros, madeireiros e pescadores. O cacique geral dos

Marubo, Alfredo Barbosa, lembrou que o Vale do Javari fora integralmente indígena e que, naquele momento, apenas doze povos permaneciam resistindo e reivindicando seus direitos (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993b).

O relatório revela ainda as contradições do encontro. Prefeitos e vereadores dos municípios vizinhos, como Benjamin Constant e Tabatinga, manifestaram preocupação com a “redução” territorial de seus municípios e defenderam um “reestudo” da área, argumentando que a demarcação afetaria a economia regional baseada na extração de madeira e na pesca. Empresários como Edmar Magalhães admitiram que a demarcação era uma conquista indígena garantida pela Constituição, mas pressionaram por alternativas que permitissem manter gradualmente a exploração econômica (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993b).

Por outro lado, os representantes da Funai e do CIMI reforçaram que a demarcação integral era essencial para garantir não apenas a sobrevivência física, mas também cultural dos povos. Técnicos como Isa Pacheco e Carmem Figueiredo destacaram que o Vale do Javari concentrava um dos maiores números de povos isolados do Brasil e que sua proteção era urgente para evitar novos genocídios. Eles também lembraram que as mortes recentes de indígenas Korubo por não-indígenas, em 1989, permaneciam impunes, realidade que demonstrava a vulnerabilidade da região (Encontro sobre demarcação, madeira e alternativas econômicas do Vale do Javari, 1993b).

A tensão entre as posições se tornou nítida no documento, pois, ao mesmo tempo em que setores da sociedade local exigiam compensações e participação no processo demarcatório, as lideranças indígenas reafirmavam que a terra não poderia ser negociada. Darcy Comapa deixou claro no plenário que o documento com as reivindicações era “dos índios” e não deveria ser questionado quanto à sua legitimidade, pois expressava a realidade vivida pelas comunidades do Javari.

O Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas (1993b) foi também um espaço simbólico de diálogo inédito, como reconheceu o padre Joseney Lira, coordenador da Pastoral Indigenista, ao afirmar que era a primeira vez que indígenas e não indígenas sentavam juntos para buscar soluções comuns para a região. Apesar das divergências e dos momentos de atrito, o relatório final registra tanto as propostas convergentes quanto as divergentes, mostrando o esforço de mediar interesses que historicamente foram colocados em oposição.

Assim, o relatório em questão não é apenas um registro administrativo, mas um documento que revela o embate direto entre diferentes concepções de Amazônia: de um lado, a floresta como território de vida, memória e cultura; de outro, a floresta como fronteira econômica e espaço de exploração, o que faz dele uma fonte essencial para entender como o Vale do Javari se tornou, ao mesmo tempo, palco de resistência indígena e alvo de pressões regionais e nacionais.

A análise desse embate dialoga com um famoso discurso de 1989, no qual Ailton Krenak, da Coordenação Nacional da UNI destacou a importância de olhar para o passado, reconhecendo as tragédias que haviam afetado mais de 700 grupos indígenas ao longo dos 400 anos anteriores. A sua fala foi um apelo para que a sociedade brasileira se engajasse na luta pela sobrevivência dos povos do Javari, aqueles que não tinham voz para se expressar diretamente ao governo, mas que encontraram nas organizações indígenas, como a UNI, a OPAN e o CIMI uma plataforma para reivindicar seus direitos. Krenak ainda enfatizou que a luta pela preservação dos direitos dos povos indígenas não se tratava apenas de uma questão local ou regional, mas de uma questão de integridade moral da nação brasileira (Krenak, 1989).

Nesse sentido, a análise das fontes resultantes do encontro demonstra que a luta atual pela demarcação da Terra Indígena Vale do Javari não pode ser compreendida apenas como demanda jurídica pós-Constituição de 1988. Ela é uma luta pela reparação histórica, enraizada na memória dos massacres, das epidemias introduzidas e das expulsões que marcaram os séculos anteriores e que também é utilizada de forma estratégica para sensibilizar aliados externos, legitimar as reivindicações e construir uma narrativa que se contrapõe ao discurso do desenvolvimento que domina a região.

Ao evocar os povos que desapareceram e os que resistem, os discursos articulam uma temporalidade que é ao mesmo tempo histórica e política. Eles denunciam que o Estado brasileiro, ao longo do tempo, alternou políticas de omissão e exploração, nunca garantindo plenamente o direito à autodeterminação e é essa luta que se converte em fundamento para a exigência da demarcação integral e imediata, vista não como concessão, mas como condição mínima para a sobrevivência física e cultural dos povos que ainda habitam o Vale do Javari.

Assim, a memória histórica dos massacres e invasões cumpre dupla função. É um instrumento de denúncia, que evidencia a continuidade das violências coloniais, como também um instrumento de resistência, que fortalece a identidade coletiva e orienta as estratégias políticas contemporâneas. A reconstrução desse passado sob a ótica dos povos indígenas permite subverter a narrativa dominante, que se reduz a Amazônia a um espaço vazio e

acessível para exploração econômica. Nesse sentido, o Vale do Javari, longe de ser uma fronteira desabitada, é apresentado como território ancestral, pleno de história, vida e significado.

2.2 Conflitos territoriais, militarização e pressão política

O processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari esteve, desde o início, marcado por uma complexa rede de pressões políticas, militares e econômicas. As fontes analisadas revelam que, muito além de uma disputa fundiária, a homologação do território indígena foi interpretada por diversos setores como um problema de soberania nacional e de controle geopolítico da Amazônia. Essa perspectiva, herdada diretamente da lógica militar da ditadura, permaneceu viva no imaginário político brasileiro durante os anos 1990, sendo mobilizada sempre que grandes áreas de fronteira estavam em jogo.

Um exemplo emblemático dessa narrativa aparece na ação popular movida pelo deputado federal Euler Ribeiro, do PMDB do Amazonas, em dezembro de 1991, que visava à suspensão da Portaria nº 548/1991, assinada pelo então ministro da Justiça Jarbas Passarinho, a qual tornava público o plano de demarcação de diversas terras indígenas, incluindo o Vale do Javari. Ribeiro argumentava que a medida era ilegal e inconstitucional por interditar uma extensa área de fronteira sem autorização prévia do Congresso Nacional, invocando o art. 20 da Constituição da República de 1988, que define a faixa de 150 km ao longo das fronteiras como área estratégica para a defesa nacional.

No centro de sua retórica, amplamente reproduzida pela imprensa, estava a associação entre presença indígena e ameaça à soberania, sustentada pela ideia de que “índios nômades, por natureza, ignoram a linha divisória Brasil-Peru”, o que colocaria em risco a integridade territorial do país (Correio Braziliense, 1991, p. 1). Esse tipo de discurso, recorrente entre políticos regionais, revela como a pauta da segurança nacional foi instrumentalizada para deslegitimar os direitos territoriais indígenas, mobilizando uma narrativa geopolítica que transforma os povos originários em potenciais inimigos internos e justifica, sob o argumento da defesa do Estado, a suspensão de processos de demarcação e a manutenção de interesses econômicos na região.

Nesse contexto, o Projeto Calha Norte tornou-se o principal símbolo da militarização da Amazônia. Criado no governo José Sarney e fortalecido no governo Itamar Franco, o programa

foi apresentado como uma política de “integração nacional”, mas, na prática, serviu como instrumento de ocupação militar da fronteira amazônica. O ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena, defendia o projeto como uma prioridade para “o desenvolvimento e a segurança nacionais” e sustentava a elevação do poder militar na região como uma forma de garantir a soberania nacional frente às teses de “soberania restrita” e “internacionalização da Amazônia”. Para ele, a atuação militar foi responsável pela “integração nacional” e pelo surgimento de diversos povoados em regiões de baixa densidade demográfica, o que justificava a implantação de pelotões em áreas como a Terra Indígena Yanomami (A Crítica, 1994a, p.1).

De acordo com matéria publicada pelo jornal *Brasiliense* (1992) e hoje preservada no Acervo do Instituto Socioambiental (ISA), durante o governo Itamar, o Ministério do Exército obteve novos aportes financeiros para ampliar os pelotões especiais de fronteira e construir pistas de pouso em áreas estratégicas. Ainda que oficialmente fosse descrito como interministerial – com previsão de ações em saúde, educação e transporte –, a maior parte dos recursos era absorvida diretamente pelas Forças Armadas.

Como resultado, essa expansão militar afetou diretamente terras indígenas e unidades de conservação. A reportagem destaca, por exemplo, que o Exército abriu estradas e pistas de pouso atravessando territórios indígenas e parques nacionais sem consultar a Funai ou o Ibama, e citava a estrada construída dentro do Parque Nacional do Pico da Neblina como caso emblemático de irregularidade. No Alto Rio Negro e na Terra Yanomami, os pelotões de fronteira foram instalados sem qualquer diálogo com as comunidades, o que criou tensões e facilitou a entrada de invasores (Brasiliense, 1992).

As críticas ao Calha Norte não se limitaram às organizações indígenas. Lideranças religiosas e missionárias, como o bispo Dom Erwin Kräutler, presidente do CIMI à época, denunciaram o programa como um instrumento de genocídio cultural, argumentando que a obrigatoriedade do serviço militar nos pelotões instalados em terras indígenas descaracterizava as culturas locais (Jornal de Brasília, 1986).

No Vale do Javari, situado na faixa de fronteira com o Peru, essa lógica era ainda mais evidente. A imensa extensão da região – com mais de oito milhões de hectares – e a presença de inúmeros povos isolados e de recente contato tornavam o território alvo de discursos conflitantes. De um lado, antropólogos, indigenistas e organizações como a COIAB defendiam a demarcação integral da área para garantir a sobrevivência física e cultural dos povos. De outro, os militares alegavam que homologar uma terra contínua tão grande comprometeria a soberania do Brasil, podendo criar nações independentes dentro do território nacional (Brasiliense, 1992).

O discurso militar, reproduzido pelo Comando Militar da Amazônia, também criminalizava as organizações de apoio aos indígenas. Nos documentos analisados, percebem-se expressões que associavam as ONGs e entidades missionárias a interesses estrangeiros, reforçando a narrativa de que a Amazônia estava sob risco de internacionalização. Ao mesmo tempo, os generais afirmavam que as terras indígenas imobilizavam grandes porções do território, impedindo o desenvolvimento econômico. Alguns chegaram a declarar, de forma provocativa, que “os índios e até os cupins eram os maiores destruidores da floresta” (Brasiliense, 1992, p. 1), numa tentativa de deslegitimar tanto os modos de vida tradicionais quanto as denúncias de desmatamento promovido por madeireiros e garimpeiros.

Para o Vale do Javari, a militarização representava um obstáculo direto à homologação. Durante os debates sobre a terra, que se arrastaram por mais de uma década, lideranças indígenas denunciaram que o Exército pressionava a Funai a rever os estudos de identificação, alegando que a área contínua na fronteira seria perigosa para a segurança nacional. A homologação da Terra Yanomami, concluída em 1992, foi usada pelos militares como exemplo do que não deveria se repetir, alimentando a resistência à demarcação integral do Javari.

É nesse contexto que se insere a manifestação da resistência militar, de forma mais explícita, no caso do sertanista Sydney Possuelo, chefe da Coordenação de Índios Isolados da Funai, em 1997. A matéria jornalística do Correio Braziliense (1997) relata que o Comando Militar da Amazônia pressionou o governo federal a afastá-lo de suas funções, chegando a ameaçar retirar o apoio logístico do Exército às operações da Funai caso Possuelo permanecesse no cargo (Correio Braziliense, 1997).

O estopim da crise foi a sua atuação firme na defesa da demarcação integral do Vale do Javari e de outras áreas estratégicas, como a Terra Yanomami. Os militares temiam que a homologação de territórios contínuos tão extensos estimulasse a criação de uma “nação indígena autônoma”, supostamente articulada por ONGs internacionais. Essa retórica não apenas criminalizava as organizações de apoio aos povos indígenas, como também reforçava o velho imaginário da Amazônia como fronteira ameaçada por potências estrangeiras (Correio Braziliense, 1997).

Nesse sentido, a análise documental evidencia que o Vale do Javari se tornou um palco simbólico da disputa entre duas concepções antagônicas de Amazônia. Para os militares, prefeitos e empresários, a região deveria ser integrada ao mercado, explorada de forma produtiva e vigiada como fronteira estratégica. Enquanto para os povos indígenas e seus aliados, o Javari é um território de vida, memória e futuro, cuja proteção não ameaça a soberania

nacional, mas a reafirma sob outra perspectiva: a de uma soberania pluriétnica e ambientalmente responsável.

A permanência dessa tensão ajuda a explicar por que a homologação definitiva da Terra Indígena Vale do Javari se arrastou por tantos anos, mesmo após a Constituição Federal de 1988 reconhecer, de forma inédita, os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A chamada “Constituição Cidadã” rompeu, ao menos no plano jurídico, com a lógica integracionista que orientava a política indigenista anterior, ao afirmar no artigo 231 que os povos indígenas são sujeitos de direitos próprios, detentores de organização social, línguas, crenças e tradições, cabendo à União demarcar e proteger seus territórios.

No entanto, como aponta Oliveira (2016), a positivação desses direitos não significou sua efetivação imediata, uma vez que a demarcação passou a se constituir como um campo permanente de disputa política, jurídica e ideológica, no qual interesses econômicos, pressões militares, agendas desenvolvimentistas e discursos de soberania nacional continuam a operar como obstáculos à concretização dos direitos constitucionais. Assim, mais do que um simples procedimento administrativo, a demarcação territorial deve ser compreendida como um espaço de conflito estrutural, onde se entrelaçam projetos locais, nacionais e globais em torno do controle da terra, dos recursos naturais e da própria definição do lugar dos povos indígenas no Estado brasileiro.

Por fim, é preciso destacar que a militarização do discurso sobre o Vale do Javari não é um fenômeno isolado, mas parte de um padrão histórico que acompanha a política indigenista brasileira que, ao longo do século XX, especialmente durante o regime militar, consolidou-se a ideia de que grandes terras indígenas na Amazônia representavam um risco para a integridade do Estado. Essa mesma concepção ressurge nas fontes dos anos 1990, mostrando que a transição democrática não foi capaz de romper completamente com a lógica tutelar e securitária. A luta dos povos do Javari foi, portanto, não apenas um desafio a economia extrativista regional, mas também o próprio imaginário nacional sobre a Amazônia e o direito de decidir o futuro de suas terras.

2.3 Mobilização e protagonismo indígena

Se, de um lado, o Vale do Javari foi e continua sendo alvo de pressões militares, políticas e econômicas, de outro, tornou-se um território exemplar para observar a construção de formas

autônomas de mobilização indígena. Os documentos produzidos pelas próprias comunidades, assim como as assembleias interétnicas e as cartas abertas de suas lideranças, evidenciam que a luta pela demarcação e pela proteção dos povos isolados não foi apenas uma resposta reativa às invasões, mas também um processo de articulação política que combinou memória, resistência e inovação organizativa.

Esse protagonismo ganhou força com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais especificamente, com o seu art. 231, que passou a assegurar não apenas o direito à terra, mas também o reconhecimento das organizações sociais, línguas, costumes, crenças e tradições dos povos indígenas (Brasil, 1988). A promulgação da CRFB/88 também representou um ponto de inflexão na política indigenista: ao passo que rompia com os paradigmas de assimilação, ao reconhecer a autonomia social e cultural dos povos indígenas, a nova ordem jurídica também os inseria em um processo de mediação burocrática (Silva, 2017).

Um exemplo dessa mobilização, como já mencionado no tópico anterior, se deu durante o I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas (1993b), onde os povos do Javari apresentaram um documento exigindo a retirada imediata dos invasores, a instalação de postos de vigilância e alternativas econômicas para reduzir a dependência dos padrões regionais. A declaração final do encontro conectava a defesa do território à defesa da cultura, denunciando que o discurso do progresso continuava sendo usado para justificar o genocídio físico e cultural.

Outro evento que ultrapassa os limites do território é a participação simbólica dos Marubo no plebiscito nacional de 1993, que decidiu a forma e o sistema de governo do Brasil. Mesmo em condições logísticas adversas, trinta representantes marubo viajaram dias de barco para votar, escolhendo a República e o presidencialismo. Segundo o coordenador do CIVAJA, Darcy Duarte, essa escolha se baseava na memória coletiva do período imperial, associado à escravidão e às violências sofridas durante o ciclo da borracha (Folha de S. Paulo, 1993). Esse episódio, aparentemente pontual, ilustra como a participação indígena em processos nacionais é filtrada pela experiência histórica própria e como a memória política informa decisões contemporâneas.

Essa reflexão sobre os rumos da mobilização se aprofunda na carta escrita por Darcy Duarte Comapa (1994), coordenador do CIVAJA. Nela, Darcy reflete criticamente sobre os rumos do movimento indígena, questionando a crescente burocratização das organizações e a influência excessiva das leis e estruturas do “mundo dos brancos” na luta por autonomia. Ele denuncia o risco de o movimento reproduzir, ainda que involuntariamente, as lógicas coloniais

que pretendia combater, transformando as organizações indígenas em “cabides de emprego” e afastando as lideranças de base.

Ao perguntar “será que este é o tipo de autonomia que os índios querem?”, Darcy evidencia uma preocupação com a autenticidade do movimento, propondo que a verdadeira autonomia deveria estar ancorada na prática comunitária, na solidariedade interna e na capacidade de resolver problemas sem depender da lógica estatal (Comapa, 1994, p. 1). Essa inquietação de Comapa é relevante, pois revela uma dimensão pouco explorada na historiografia: as tensões internas do movimento indígena, em que, ao mesmo tempo que se fortaleciam as articulações regionais e nacionais, surgiam dilemas sobre como conciliar os modos tradicionais de liderança com as exigências das instituições externas.

Outro marco simbólico desse protagonismo é a Assembleia do povo Marubo na aldeia Maronal, em janeiro de 1994, que reuniu trinta tuxauas de diferentes aldeias. Essa reunião, inédita em amplitude, resultou em reivindicações concretas dirigidas ao governo federal, como a criação do Distrito Sanitário Especial do Vale do Javari. Mais do que um evento administrativo, o evento representou a afirmação de uma identidade coletiva capaz de superar rivalidades internas e de articular as demandas dos Marubo com as de outros povos, como os Kanamari e os Matsés (A Crítica, 1994b).

Essa demonstração de protagonismo indígena contextualiza o fato de que o processo de identificação e reconhecimento da Terra Indígena Vale do Javari se estendeu por quase três décadas, atravessando diferentes conjunturas políticas e transformações nas políticas indigenistas brasileiras. Nesse sentido, chama atenção que uma série de ações institucionais tenha sido iniciada ainda durante a vigência do regime militar, por meio das Portarias nº 720/E, nº 721/E e nº 722/E, todas de 14 de maio de 1980, que instituíram grupos de trabalho responsáveis pela identificação e delimitação da área.

A primeira dessas portarias foi posteriormente alterada pela Portaria nº 737/E, de 13 de junho de 1980, ajustando a composição das equipes técnicas. Os grupos realizaram levantamentos em diferentes regiões do território, abrangendo os rios Ituí/Itaquai, Jandiatuba/Jutai e Javari/Curuçá. Embora o relatório da equipe responsável pelo eixo do rio Javari não tenha sido localizado nos arquivos consultados, a denominada *Proposta de Criação do Parque Indígena do Vale do Javari* foi elaborada a partir das informações das duas outras equipes, delimitando uma área de aproximadamente 5.800.000 hectares, com perímetro de 1.750 km.

O fato de tais portarias terem sido promulgadas em 1980, ainda sob a ditadura militar e muito antes da promulgação da Constituição de 1988, revela uma contradição significativa da política indigenista do período. Por um lado, o regime mantinha uma orientação integracionista e desenvolvimentista, marcada pela expansão de projetos econômicos e de infraestrutura sobre territórios indígenas; por outro, setores técnicos do próprio Estado reconheciam a necessidade de algum grau de proteção territorial frente ao avanço desordenado de frentes extrativistas, conflitos armados e denúncias internacionais de violações de direitos humanos. Nesse contexto, a criação dos grupos de trabalho pode ser interpretada não como expressão de um compromisso efetivo com os direitos indígenas, mas como parte de uma estratégia estatal de controle territorial e gestão de conflitos, buscando responder às pressões internas e externas sem romper, de fato, com a lógica autoritária e tutelar que caracterizava a política indigenista da ditadura.

As divergências quanto à proposta inicial levaram à criação do Grupo de Estudo Javari, instituído pela Portaria nº 1.791/E, de 24 de outubro de 1984, que sugeriu a interdição de uma área de 8.338.000 hectares e perímetro de 1.500 km, proposta que foi formalmente aprovada pela Portaria nº 1.849/E, de 8 de abril de 1985. Durante esse período, também foram realizadas ações de deslocamento de servidores e indigenistas para o Parque do Vale do Javari, com a missão de revisar limites e complementar os dados etnográficos da área, conforme disposto nas Portarias nº 1.848/E, de 23 de março de 1985 e subsequentes alterações nas portarias nº 1.855/E, nº 1.867/E, nº 1.886/E, nº 1.927/E, e nº 1.937/E, que ocorreram entre abril e setembro de 1985.

Com a publicação do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991, foi criada uma Comissão Especial de Análise (CEA), por meio da Portaria nº 398, de 26 de abril de 1991, para avaliar os trabalhos de identificação e delimitação das terras indígenas realizados anteriormente. No entanto, a CEA solicitou a anuência das comunidades indígenas do Javari sobre a área interdita, o que não foi concretizado na prática.

Dessa forma, a FUNAI, diante da necessidade de seguir com o processo administrativo de demarcação da TI, constituiu um novo grupo técnico com base nas Portarias nº 174/PRES, de 10 de março de 1995, nº 311/PRES, de 5 de abril de 1995, nº 354/PRES, de 19 de abril de 1995, nº 158/PRES, de 9 de abril de 1996, e nº 275/PRES, de 8 de maio de 1996, para complementar os dados relativos à Terra Indígena Vale do Javari. O relatório desse grupo culminou na edição da Portaria nº 810, de 25 de setembro de 1996, que estabeleceu a “restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI na Terra Indígena Vale do Javari”, por um período de três anos, conforme o estabelecido no artigo 7º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

A combinação de esforços de proteção territorial e mobilização indígena culminou na homologação da área como a Terra Indígena Vale do Javari, pelo presidente da FUNAI, por meio da Portaria nº 818/1998, que acolhendo os estudos realizados, estabeleceu a região como uma Área de Proteção Etnoambiental (Calheiros, 1998). Nesse mesmo ano, foi iniciado também o processo de cadastramento dos ocupantes da região, com a finalidade de realizar a remoção e a indenização das pessoas que estavam ocupando a área para garantir a proteção do território indígena e a preservação das condições de vida dos povos originários da região.

Para dimensionar a escala da demarcação, Coutinho Junior (1998) aponta que a população indígena residente na Terra Indígena (TI) Vale do Javari era estimada em 3.027 indivíduos. Importante ainda ressaltar que aproximadamente um terço dessa população era composta por grupos isolados, cujos números eram baseados em estimativas, já que os indígenas viviam em regiões de difícil acesso e mantinham pouco ou nenhum contato com a sociedade não indígena. No entanto, ao considerar também os indígenas originários das proximidades da TI, mas que habitavam fora de seus limites – nas terras indígenas de Lameirão e nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga – o número total de indígenas na região atingia 3.292 pessoas na época.

Indo além das formalidades burocráticas e dos debates institucionais, a conquista do território do Vale do Javari foi resultado de uma complexa articulação interétnica dos povos indígenas, que assumiram a responsabilidade de incluir os territórios de grupos isolados, como os Marubo, Matsés, Kanamari, Matis e Kulina, conforme destaca Silva (2017, p. 62):

Ao focar o processo de construção do território indígena do vale do Javari, realizado através do processo de demarcação da Terra Indígena, os Korubo que permaneciam na situação de isolamento obviamente não participaram da construção desta coletividade étnica que dialogou com as diversas esferas participantes do processo demarcatório. Entretanto os outros protagonistas indígenas, representantes das etnias de contato mais antigo, Marubo, Matsés, Kanamari, Matis e Kulina passaram a conceber a noção de território representada pela Terra Indígena, incluindo os territórios dos isolados, onde se destacava a presença dos Korubo, grupo que se tinha mais informações sobre suas dinâmicas territoriais. Neste sentido, o reconhecimento das distintas formas de organização social dos povos indígenas, incluindo a situação de isolamento, se juntou aos esforços dos povos indígenas de contato mais antigo se organizarem para que o processo de demarcação do território indígena vale do Javari fosse enfim consolidado.

A Terra Indígena Vale do Javari teve sua demarcação administrativa homologada pelo Decreto Presidencial nº 9193/2001. A partir desse marco legal, o território foi oficialmente

reconhecido com uma superfície de 8.457.000 hectares e um perímetro de 2.140 km, cuja extensão abrange os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai e São Paulo de Olivença, todos localizados no estado do Amazonas.

Os documentos históricos mencionados neste tópico revelam que a trajetória da demarcação do Vale do Javari não foi linear, sendo marcada por tensões internas sobre a autenticidade do movimento e por disputas narrativas com o Estado e setores econômicos. Apesar disso, a conquista pela homologação do território estende-se também à complexa dimensão das transformações ontológicas do ser indígena na contemporaneidade e a capacidade dos povos originários de se articularem politicamente para garantir o direito à terra e à cultura.

O estudo de caso sobre o Parque das Tribos, realizado pelo professor Denison Melo de Aguiar (2025), exemplifica como as próprias comunidades assumem o papel de definir o pertencimento étnico e ampliam essa reflexão para o campo da identidade, ao demonstrar que a resistência contemporânea também se manifesta na luta por definir e proteger o que significa ser indígena. Essa perspectiva ganha corpo com o relato do Cacique Ismael Munduruku, ao afirmar, quando questionado sobre a possibilidade de pessoas resgatarem suas ancestralidades, que é possível, mas com ressalvas, a distinção entre aqueles que, de fato, têm ascendência indígena e os "picaretas", que buscam uma identificação sem base familiar. Para o Cacique, a comprovação do pertencimento étnico se dá pelo reconhecimento comunitário, e não apenas por uma autodeclaração (Aguiar, 2025, p. 178).

Para Munduruku, a validação é obtida quando a pessoa afirma: “Eu sou filho da fulana de tal, do município tal, do rio tal e do povo tal”. Ele explica que, “por ser um grande estudioso e conhecer o movimento indígena estadual”, consegue distinguir o genuíno do falso, pois “cada região tem um rosto diferente e um falar diferente”. A autodeclaração, embora garantida por lei, é, para ele, apenas a primeira etapa de um processo que só se concretiza com o “reconhecimento das lideranças daquele povo com o qual ele se reconhece” (Aguiar, 2025, p. 178-179).

Ainda sobre as complexidades da identidade indígena, Munduruku aborda a realidade da vida na cidade, conceituando ser indígena em Manaus como uma luta constante contra a discriminação e a marginalização. Ele compartilha sua experiência pessoal, descrevendo a dificuldade de se manter como estudante e a necessidade de realizar trabalhos braçais, como o de estivador, para sobreviver. Para o Cacique, a resistência e a paciência são fundamentais para lidar com a sociedade não-indígena (Aguiar, 2025).

Se, por um lado, a conquista do Vale do Javari é a prova da vitória política sobre o direito à terra, por outro, a reflexão de Munduruku converge para uma mesma conclusão: que a luta

indígena não se restringe à conquista da terra, ao contrário, também se estende à preservação e à redefinição de sua própria existência cultural. Nesse sentido, a região do Vale do Javari pode ser encarada como um laboratório de resistência indígena, onde as comunidades, ao invés de meras vítimas das pressões externas, se tornaram protagonistas de sua própria história.

2.4 Conflitos interétnicos e violência direta

Os conflitos interétnicos no Vale do Javari, registrados nas fontes analisadas, expõem de forma crua a face mais imediata e visível da violência contra os povos indígenas e, simultaneamente, a reação desses povos às invasões e pressões externas. Esses episódios, que se materializam em assassinatos, emboscadas, confrontos e mortes de ambos os lados, não podem ser compreendidos como fatos isolados ou meros desentendimentos pontuais. Eles são resultado de um processo histórico mais amplo, enraizado na disputa territorial e no avanço predatório de atividades econômicas ilegais que forçam o contato entre indígenas isolados e não indígenas.

Um exemplo marcante ocorreu em 1997, quando o sertanista Raimundo Batista Magalhães Sobral, auxiliar de Sydney Possuelo na Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, foi morto a golpes de borduna por um grupo Korubo (Brasil, 1997). Sobral tinha mais de vinte anos de experiência na Funai, acompanhando expedições de contato na Amazônia, e integrava a equipe que desde 1996 tentava estabelecer uma aproximação gradual com os Korubo. Até então, o contato se limitava a visitas pontuais ao acampamento da Funai, com trocas de presentes, sem que a equipe tivesse ido à aldeia dos Korubo. A narrativa midiática que emergiu desse assassinato destacou sobretudo a suposta “agressividade” do grupo, apelidado de “caceteiros”, reforçando o estigma de que os povos isolados seriam “hostis” e “perigosos”.

Entretanto, ao analisar as fontes em conjunto, percebe-se que a reação dos Korubo não pode ser entendida fora do contexto de violências anteriores. Desde a década de 1960, madeireiros, caçadores e pescadores haviam invadido repetidamente a região do rio Ituí e do rio Itaquai, matando indígenas para garantir o controle da área. A memória desses massacres se perpetua entre os Korubo, que reagem com desconfiança a qualquer aproximação de não indígenas, mesmo quando mediada por sertanistas da Funai. Sydney Possuelo, em entrevistas, explicava que muitos ataques eram precedidos por rituais que incluíam o uso de substâncias alucinógenas, o que, somado ao trauma histórico, desencadeava surtos de agressividade. O

assassinato de Sobral, portanto, mais do que um ato de violência gratuita, expressa a continuidade de um processo de resistência à invasão e o medo coletivo de novas ameaças.

Outro episódio emblemático foi relatado em 2001, quando ribeirinhos que pescavam próximo às malocas Korubo no rio Ituí foram atacados. Um dos pescadores foi assassinado a golpes de borduna, enquanto o outro conseguiu escapar e relatar o incidente. A denúncia foi feita pelo Departamento de Índios Isolados da FUNAI por meio de um ofício à Polícia Federal, informando que o ataque havia ocorrido por volta das 20h30 de uma quarta-feira, próximo ao posto da FUNAI.

Um informante, Carlos Henrique Nantes, relatou que havia encontrado índios Korubos em busca de um "nawá" (não índio), que estaria pescando em um lago nas proximidades da maloca deles. Durante o retorno ao posto da FUNAI, Carlos Henrique e os Matis encontraram o homem que havia escapado do ataque. Ele revelou ter presenciado o ataque ao seu colega, que foi golpeado com cassetetes pelos índios Korubos. Quando Carlos Henrique e os índios Matis chegaram ao local indicado, os Korubos afirmaram ter matado um "nawá" e deixado o corpo às margens do lago. Eles também informaram que outro pescador havia fugido. A reação das autoridades locais foi enviar agentes para “evitar represálias”, pois a comunidade ribeirinha já se mobilizava para entrar na mata e matar os Korubo em vingança. (A Crítica, 2001).

O delegado João Valença, responsável pela operação, declarou que a investigação seria realizada para verificar as circunstâncias do crime e determinar se os responsáveis pelo ataque eram indígenas com algum nível de aculturação. Caso se confirmasse que os Korubos envolvidos no incidente eram de um grupo sem qualquer nível de contato com a sociedade, seriam considerados inimputáveis, ou seja, não seriam punidos, conforme a legislação brasileira, que reconhece a inimputabilidade de povos indígenas sem contato com a sociedade (A Crítica, 2001).

Esse caso escancara o ciclo de violência que se estabelece quando atividades econômicas ilegais ou não regulamentadas colocam populações ribeirinhas em contato com povos isolados. A ausência de políticas de fiscalização efetiva e a demora na demarcação integral do território criavam situações explosivas, onde qualquer incidente podia ser usado para justificar novos ataques contra os indígenas.

Para prefeitos, vereadores e empresários madeireiros, a presença de indígenas “arredios” representava um risco constante para os trabalhadores regionais, justificando a necessidade de “reduzir” a área protegida e permitir o avanço da exploração econômica, discurso que aparece repetidamente em encontros regionais, como no I Encontro sobre Demarcação, Madeira e

Alternativas Econômicas, em 1993, onde representantes políticos sugeriam que a Funai deveria “controlar” melhor os Korubo ou “confiná-los” em áreas menores para garantir a segurança dos ribeirinhos.

Décadas depois, essa realidade de conflitos persistia, já que a expedição do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips se inseriu em um contexto de intensos conflitos territoriais, marcado pela presença de madeireiros e garimpeiros ilegais no ano de 2022. Bruno, que atuava na defesa da proteção do território, e Dom Phillips, que realizava pesquisas para um livro sobre a conservação da Amazônia, uniram-se em Atalaia do Norte para uma série de reuniões com lideranças indígenas e ribeirinhas (G1 Amazonas, 2022).

A viagem, iniciada no início de junho daquele ano, levou Bruno e Dom Phillips a um posto de vigilância indígena no Lago do Jaburu. No dia 5, ao retornarem em direção a Atalaia do Norte, os dois fizeram uma breve parada na comunidade ribeirinha São Rafael e, após saírem de barco, não foram mais vistos, apesar de a viagem ser de curta duração. O desaparecimento, divulgado pela UNIVAJA e por outras organizações, desencadeou uma mobilização de buscas envolvendo a Polícia Federal, a Marinha e o Exército. A investigação subsequente levou à prisão de Amarildo da Costa de Oliveira, conhecido como “Pelado”, e seu irmão, Oseney da Costa de Oliveira, ambos suspeitos de envolvimento no crime (G1 Amazonas, 2022).

O presidente da FUNAI, Marcelo Xavier, manifestou uma perspectiva institucional sobre o ocorrido. Ele argumentou que Bruno Pereira e Dom Phillips não haviam solicitado a autorização necessária para entrar na Terra Indígena Vale do Javari. Segundo o presidente, o protocolo de autorização visa não apenas a segurança dos expedicionários, mas também a proteção dos povos indígenas isolados contra a disseminação de doenças e possíveis ameaças (Caramori, 2022).

Xavier ainda destacou que a FUNAI, mesmo não tendo missões oficiais com servidores licenciados como Bruno Pereira, participou ativamente das buscas, mobilizando uma força-tarefa em uma área de grande extensão e logística complexa, que ele comparou ao tamanho de Portugal. A UNIVAJA, no entanto, detalhou que a viagem tinha como objetivo visitar uma equipe de Vigilância Indígena, no contexto do trabalho do jornalista (Caramori, 2022).

No dia 15 de junho, a Polícia Federal informou que Pelado e seu irmão confirmaram o assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips. A investigação, conduzida pela Polícia Federal, revelou que os corpos das vítimas foram esquartejados e incinerados. Amarildo da Costa Oliveira, que se encontrava detido à época, indicou o local onde

os “remanescentes humanos” foram encontrados, o que facilitou as escavações e a confirmação do crime (Caramori, 2022).

Em novembro de 2022, a Polícia Federal concluiu o inquérito sobre o duplo homicídio de Bruno Pereira e Dom Phillips na Terra Indígena Vale do Javari. As investigações confirmaram que os crimes foram motivados pelas atividades fiscalizatórias de Bruno Pereira na região, em defesa da preservação ambiental e dos direitos indígenas. O relatório final da Polícia Federal revelou a atuação de uma organização criminosa na região de Atalaia do Norte, especializada em pesca e caça predatórias e indiciou nove indivíduos, identificando o mandante do crime, que forneceu o material para a execução, patrocinou financeiramente a organização e coordenou a ocultação dos corpos. Os demais indiciados desempenharam papéis na execução dos homicídios e na ocultação dos cadáveres (Caramori, 2022).

Do ponto de vista das lideranças indígenas, entretanto, a violência interétnica é interpretada como consequência direta da omissão do Estado. Documentos do CIVAJA denunciam que a FUNAI e a Polícia Federal falhavam em impedir a entrada de madeireiros e pescadores nas áreas interditadas desde 1985, criando o cenário para os confrontos. Além disso, as lideranças destacam que, enquanto os crimes cometidos contra indígenas raramente tinham punição.

Essa lógica de opressão e controle territorial não é exclusiva do contexto brasileiro, podendo ser analisada de forma comparativa com outros processos históricos em diferentes tempos e espaços. Um exemplo analiticamente produtivo é o caso da chamada *Lei Negra* de 1723, na Inglaterra, estudada por Thompson (1987), que instituiu a pena capital para uma ampla gama de delitos relacionados ao uso da terra e da floresta, criminalizando práticas tradicionais de camponeses e promovendo a consolidação do controle fundiário pelas elites. Embora se trate de contextos históricos profundamente distintos, a comparação permite evidenciar um padrão estrutural comum: o uso do aparato jurídico e coercitivo do Estado como instrumento de regulação do território, criminalização de populações subalternizadas e legitimação de projetos econômicos hegemônicos. Nesse sentido, assim como no caso inglês analisado por Thompson, a militarização da Amazônia e a política indigenista brasileira podem ser compreendidas como formas de imposição de uma ordem territorial que subordina modos de vida tradicionais às lógicas do poder estatal e do capital.

Portanto, as fontes aqui analisadas indicam que a violência interétnica não deve ser compreendida como um desvio pontual, mas como elemento estrutural da forma como o Estado brasileiro historicamente administra os territórios indígenas. Essa violência opera como

instrumento de pressão política e territorial, contribuindo para a reconfiguração dos espaços ocupados e para a fragilização dos direitos formalmente reconhecidos.

No entanto, diferentemente de uma criminalização penal propriamente dita, os povos indígenas, especialmente os grupos em isolamento voluntário, não são formalmente imputáveis do ponto de vista jurídico, não figurando como réus em processos criminais nem sendo submetidos a julgamentos regulares. O que se observa, na prática, é a atuação de múltiplos atores políticos, econômicos e institucionais como agentes locais do Estado, forças de segurança, empresários, madeireiros, pescadores e setores da imprensa que produzem uma ilegalização política e simbólica desses povos, associando-os a narrativas de ameaça, desordem e entrave ao desenvolvimento.

Nesse sentido, quando indígenas reagem para defender seus territórios frente a invasões e situações de contato forçado, não são propriamente criminalizados pelo sistema penal, mas passam a ser tratados discursivamente como um “problema” a ser contido, controlado ou removido, o que legitima intervenções militares, omissões institucionais e a permanência de atividades ilegais em suas terras. Assim, a violência direta não pode ser atribuída apenas à interação entre indivíduos, mas deve ser compreendida como produto de uma estrutura mais ampla, que combina omissão estatal, interesses econômicos ilegais e a produção de narrativas racistas e estigmatizantes.

Esse quadro se insere no que pode ser definido como uma racionalidade colonial de controle territorial, isto é, um conjunto de estruturas mentais e políticas herdadas do período colonial, mas continuamente atualizadas ao longo do século XX e XXI, que concebem os povos indígenas como sujeitos inferiores, tutelados ou obstáculos à soberania nacional e ao progresso econômico. Trata-se, portanto, não de uma reprodução literal do pensamento colonial dos séculos XVIII e XIX, mas da permanência de uma colonialidade do poder, conforme formulado por autores como Quijano (2005) e Santos (2010), que se manifesta na forma como o Estado e as elites nacionais continuam a hierarquizar populações, territorializar desigualdades e legitimar a subordinação de modos de vida tradicionais. Nesse contexto, a articulação entre povos como os Marubo, Matsés, Kanamari, Matis e Kulina representa não apenas uma estratégia política de resistência, mas também uma ruptura simbólica com essa racionalidade colonial, ao assumir coletivamente a defesa de territórios comuns e a proteção de povos isolados, como os Korubo, que não podiam participar diretamente das negociações.

No entanto, apesar da união entre os povos, a militarização do discurso foi um grande obstáculo. O Exército e políticos regionais, como o deputado federal Euler Ribeiro, viam a

demarcação de uma área tão grande, na faixa de fronteira com o Peru, como um risco à soberania nacional. Outro fator prejudicial foram os conflitos diretos e a violência entre indígenas e não indígenas, como os casos de assassinatos de sertanistas e ribeirinhos por indígenas isolados, conflitos que serviram para justificar a narrativa de que os povos isolados seriam “hostis” e “perigosos” e alimentar o discurso de que a área demarcada deveria ser reduzida ou controlada para garantir a segurança dos não indígenas.

A disputa constantemente relatada neste capítulo não pode ser compreendida apenas como uma luta entre dois polos homogêneos — indígenas de um lado e agentes externos de outro — mas como um campo complexo de relações envolvendo múltiplos atores, instituições e projetos políticos distintos. Trata-se, antes, de uma disputa em torno de diferentes formas de conceber o território: de um lado, perspectivas indígenas que entendem a floresta como espaço de vida, memória, circulação e reprodução cultural; de outro, racionalidades estatais e econômicas que a definem como área estratégica, recurso natural ou plataforma de exploração produtiva. No entanto, essa oposição não se organiza de forma linear ou binária, uma vez que envolve instituições do próprio Estado com posições frequentemente antagônicas — como a FUNAI, setores das Forças Armadas, órgãos ambientais e instâncias do Poder Judiciário —, além de organizações da sociedade civil, como ONGs e o CIMI, e os próprios povos indígenas, que também apresentam interesses, estratégias e formas de articulação diversas.

Nesse sentido, os episódios de violência direta, como a morte do sertanista Raimundo Sobral em 1997 e o assassinato de pescadores por indígenas Korubo em 2001, não podem ser interpretados como desvios isolados, mas como expressões extremas de um campo de conflitos estruturado por relações assimétricas de poder, omissões institucionais e disputas em torno da definição legítima do uso do território. Importa destacar, ainda, que a própria noção de *Terra Indígena* constitui uma categoria jurídico-administrativa produzida pelo Estado brasileiro, consolidada especialmente a partir da Constituição de 1988, que transforma territórios tradicionalmente ocupados em unidades legais de reconhecimento e gestão. Essa categoria, longe de ser neutra, passa a ser objeto de disputas entre diferentes agentes indígenas, órgãos estatais, forças militares, políticos regionais, empresários e organizações de apoio cada qual mobilizando a ideia de “Terra Indígena” conforme seus interesses específicos. Assim, mais do que um simples espaço físico, a Terra Indígena Vale do Javari deve ser compreendida como uma construção política e institucional em permanente negociação, na qual se confrontam projetos distintos de Estado, desenvolvimento e territorialidade.

Na visão de uma mulher Marubo em um ambiente ocidental, a memória de massacres e invasões ecoa como uma violência que se renova, usando a mesma lógica de extermínio para justificar a exploração da Amazônia. Por isso, a sensibilidade jurídica, unida à profundidade histórica, busca mostrar que o direito à terra não é apenas um documento, mas o resultado de um processo contínuo de resistência, memória e autodeterminação.

Tanto nos conflitos territoriais quanto nas mobilizações, fica evidente que a presença não indígena é motivada por interesses econômicos que desrespeitam as áreas protegidas. Essa realidade reforça que a falta de uma política pública efetiva – com demarcação, fiscalização e mediação de conflitos – perpetua o estado de violência na região. Nesse contexto, percebe-se que os povos do Vale do Javari, como os Marubo, não absorveram o pensamento ocidental de forma passiva. Pelo contrário, eles o usaram de forma consciente e estratégica para fortalecer a sua luta pela terra, contando com o apoio de aliados externos, como organizações indigenistas e técnicos da Funai e do Cimi, o que demonstra que os indígenas não apenas adotaram o pensamento ocidental, mas o fizeram com discernimento, avaliando seus prós e contras e buscando manter a autonomia de suas práticas comunitárias e tradições.

Lideranças como Darcy Duarte Comapa adaptaram as formas de memória e resistência para dialogar com as instituições estatais e com o chamado “mundo dos brancos”, apropriando-se de instrumentos políticos e jurídicos ocidentais, como cartas abertas, manifestos e registros de assembleias, a fim de denunciar publicamente as violências sofridas e construir uma narrativa indígena capaz de intervir no campo institucional. Essa estratégia não se limitou a um gesto simbólico, mas constituiu uma ação política situada em um contexto mais amplo de disputas territoriais marcadas por projetos geopolíticos do próprio Estado brasileiro, como o Projeto Calha Norte, a expansão das atividades da Petrobrás na Amazônia e a atuação ambígua da FUNAI. Conforme analisam Oliveira (2016) e Cunha (2012), tais iniciativas estatais produziram uma reconfiguração do território amazônico ao articularem segurança nacional, exploração de recursos naturais e presença militar, frequentemente em detrimento dos direitos territoriais indígenas.

Nesse cenário, o uso de documentos e registros formais por parte das lideranças indígenas pode ser compreendido como uma forma de tradução política, por meio da qual memórias coletivas e experiências de violência são convertidas em linguagem jurídica e administrativa, com o objetivo de confrontar o discurso dominante que concebia a Amazônia como espaço vazio, disponível à exploração econômica e à integração forçada ao projeto desenvolvimentista nacional.

O processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, conforme detalhado no Processo FUNAI/BSB/1074/80 e no relatório elaborado pelo antropólogo Walter Coutinho (1998), foi um dos marcos na trajetória de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas na região amazônica como demonstram os documentos oficiais, mas que não captam os significados profundos que a luta pela terra carrega para os povos do Javari.

Indo além, a demarcação do Vale do Javari é o ápice de uma mobilização combinou a memória histórica com a articulação política e que permitiu que os povos do Javari ressignificassem os conflitos e as violências como elementos de união e resistência; das vozes que superaram as rivalidades internas para defender o território comum e sua identidade. Para eles, o processo não se resume a atos administrativos: envolve memórias de invasões, doenças, conflitos e de alianças e mobilizações. Por isso, compreender a história do Vale do Javari exige ir além da narrativa estatal, para então ouvir aqueles que vivenciaram esse percurso de dentro.

CAPÍTULO 3 – AS VOZES DO JAVARI

Este capítulo apresenta as perspectivas de Darcy Marubo e Jorge Marubo sobre as estratégias de defesa do território, além das articulações políticas indígenas para enfrentar os desafios impostos. No contexto desta pesquisa, as narrativas dos indígenas sobre a demarcação do Vale do Javari não apenas resgatam a história, mas reafirmam o pertencimento e a resistência de seus povos diante dos desafios políticos e institucionais. A memória coletiva das lideranças indígenas entrevistadas, incluindo Jorge Oliveira Duarte Marubo e Darcy Duarte Marubo, apresenta uma perspectiva diferenciada sobre os desafios da demarcação, destacando a resistência política e cultural dos povos indígenas.

A metodologia adotada para este capítulo combina análise documental e história oral. Essa abordagem, em conjunto com o conceito de memória coletiva de Halbwachs (2013), demonstra como a memória dos povos indígenas não é apenas um registro do passado, mas uma ferramenta ativa na manutenção da identidade e da coesão social, que demonstra como a memória coletiva não apenas preserva o passado, mas também orienta ações políticas e jurídicas no presente. Assim, ao integrar fontes documentais e depoimentos orais, este estudo busca não apenas descrever os eventos, mas compreender como a memória da luta indígena é articulada e perpetuada dentro das estruturas sociais.

Para dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas, a história oral é utilizada para permitir, de acordo com Portelli *et. al* (1997), a reconstrução de narrativas a partir das experiências vividas pelos indivíduos, captando nuances como o tom de voz e as emoções, que são inacessíveis em documentos escritos. Essa abordagem, ao registrar os relatos diretos de Darcy e Jorge Marubo, permite acessar suas memórias e reflexões de forma a reconstruir o processo de demarcação não apenas como um fato jurídico, mas como uma experiência coletiva de luta e esperança.

A história oral amazônica, como uma arte dialógica (Holanda, 2022), vai além de ser apenas um elemento da pesquisa, constituindo a essência do processo de investigação. A metodologia da história oral valoriza a enunciação do narrador, reconhecendo a experiência vivida como a base para a compreensão dos eventos.

Esse tipo de metodologia, de acordo com Pinto (2020) se contrapõe à abordagem tradicional, que frequentemente se baseia em fontes documentais que carregam a perspectiva institucional do Estado. Ao valorizar os relatos dos protagonistas, a história oral destaca o papel das lideranças indígenas e suas organizações na construção de uma memória que desafia a “memória oficial”, muitas vezes centrada em interesses políticos e econômicos que marginalizam as reivindicações dos povos indígenas (Nora; Cuesta, 1998).

Outro ponto relevante na utilização da história oral como metodologia é a necessidade de transcrição e interpretação criteriosa dos depoimentos. Como destacado por estudiosos da área, a conversão do discurso falado para o escrito não é apenas um processo mecânico, mas envolve escolhas metodológicas que influenciam a representação da narrativa (Freitas, 2006).

Neste estudo, as entrevistas foram analisadas considerando a estrutura discursiva dos entrevistados, respeitando suas expressões culturais e formas de organização do pensamento. O tom de voz, a entonação e o ritmo do discurso carregam significados e emoções que enriquecem a compreensão dos eventos. Além disso, as pausas, hesitações e ênfases dos narradores indicam aspectos emocionais e interpretativos que contribuem para uma análise mais aprofundada da experiência vivida (Portelli, 2010).

No caso específico do Vale do Javari, essa metodologia possibilita compreender como os indígenas experienciaram e resistiram às imposições governamentais. O estudo analisa como o Estado moldou sua própria memória sobre a demarcação, estabelecendo fronteiras que impactaram diretamente as comunidades. Os relatos de Darcy e Jorge Marubo, com suas pausas e ênfases são tratados neste capítulo como uma fonte rica que expressa a experiência vivida, inacessível a qualquer registro escrito.

Dessa forma, as entrevistas com Darcy e Jorge Marubo são tratadas como fontes ricas que expressam a experiência vivida e inacessível a registros escritos. Ao valorizar esses relatos e as vozes daqueles que protagonizaram a luta, a pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla dos processos de constituição da memória coletiva e das dinâmicas que definem a disputa pelo reconhecimento dos direitos territoriais.

3.1 O Encontro com as Vozes

Embora a história do povo Marubo já exista em sua própria forma, a violência secular do contato com a sociedade não indígena impõe o registro como um ato de resistência e um meio de assegurar que a memória não seja apagada. Nesse sentido, os relatos de lideranças indígenas e documentos históricos atuam como elementos fundamentais para a reconstrução desse processo, pois refletem a continuidade e a transformação das reivindicações territoriais ao longo do tempo.

Essa não é uma visão romântica, mas a leitura crítica de um percurso secular de contato forçado e violência. A luta, eles afirmam, não se encerra, mas se transforma, e essa transformação exige uma presença que vá além da resistência no território físico para alcançar as instâncias jurídicas, decisórias e acadêmicas que historicamente negaram a existência e os direitos dos povos originários.

Tratar-se de uma experiência de escuta conduz esta autora a problematizar a própria ideia de tradução da história de seu povo para o campo científico, compreendendo que não se trata de acessar ou preservar uma suposta “essência” cultural fixa ou a histórica, mas de lidar com narrativas situadas, produzidas em contextos específicos de memória e negociação. A questão central não reside apenas no risco de “trair” sentidos ao transpor experiências para a linguagem acadêmica, mas na consciência de que toda tradução implica escolhas, recortes e posições políticas.

Nesse sentido, a história narrada pelas lideranças Marubo não é entendida como expressão de uma identidade cristalizada no tempo, mas como construção histórica dinâmica, atravessada por transformações, disputas internas, contatos interculturais e reinterpretações constantes. Assim, mais do que preservar uma essência, a proposta desta pesquisa é registrar processos de produção de memória e resistência, reconhecendo que tais narrativas não existem fora da história, mas são parte ativa da própria historicidade dos povos indígenas.

Ao encontrar e entrevistar as lideranças de seu povo, a experiência não se resume a um mero exercício acadêmico de coleta de dados. Em verdade, ela é profundamente marcada por um sentimento que transcende o relato individual: a esperança e o imperativo de que a nova geração assuma a continuidade de uma luta histórica.

Em suas falas, os entrevistados Darcy e Jorge Marubo expressam a necessidade de que os jovens indígenas assumam protagonismo em um novo patamar de resistência, apropriando-se de conhecimentos técnicos, jurídicos e científicos para intervir nos espaços institucionais de decisão. No entanto, essa estratégia não se configura como uma simples oposição externa ao Estado, mas como uma forma de atuação política situada no interior de suas próprias estruturas. Ao recorrer a instrumentos legais, documentos oficiais, audiências públicas e articulações com órgãos estatais, as lideranças indígenas não negam o Estado, mas disputam seus sentidos, seus dispositivos e seus projetos.

Nesse sentido, a trajetória de Darcy Comapa Marubo revela que a luta pela demarcação do Vale do Javari não se restringe a confrontos diretos ou atos de resistência simbólica, mas envolve uma estratégia de apropriação política do aparato estatal, por meio da qual os povos indígenas passam a utilizar as categorias, normas e instituições do próprio Estado para enfrentar grupos políticos, econômicos e militares que operam em seu interior e que historicamente se opõem à efetivação de seus direitos. Assim, mais do que confrontar o Estado como uma entidade homogênea, o movimento indígena atua na disputa interna por projetos de territorialidade, soberania e reconhecimento, transformando o Estado em campo de luta, e não apenas em objeto de enfrentamento.

A atuação de Jorge, por sua vez, representa um desdobramento da longa história de resistência de seu povo e uma prova de que a autonomia indígena se manifesta não apenas na proteção territorial, mas na ocupação e transformação das instituições que historicamente tentaram tutelar e silenciar as vozes do Javari.

Indo além, a experiência dos entrevistados se torna a voz que confronta a violência de madeireiros e traficantes com a coragem da organização, e denuncia a inércia e omissão do Estado, que pode servir de base para uma historiografia que ultrapassa a documentação oficial.

A memória viva dos protagonistas nos convida a compreender que a luta pela terra é inseparável da luta pela memória, e que a vitória não se limita à assinatura de um decreto, mas se expressa na capacidade de uma geração, munida de conhecimentos ancestrais e acadêmicos, de sustentar a continuidade de uma batalha histórica pela efetivação de direitos. Essa luta não se dirige contra o Estado concebido como uma entidade homogênea, mas se desenvolve no

interior de suas próprias instituições, por meio da pressão política, da mobilização jurídica e da produção de narrativas capazes de denunciar omissões, disputas internas e contradições estruturais.

Nesse sentido, os povos indígenas não se colocam fora do Estado, mas disputam seus dispositivos, suas categorias e seus projetos, reivindicando a aplicação concreta de direitos constitucionalmente garantidos, como a própria noção de Terra Indígena. A resistência, portanto, não se configura como negação do Estado, mas como uma forma de atuação política que transforma suas instituições incluindo a universidade, espaço de produção desta própria pesquisa em arenas de luta, negociação e reconhecimento.

Mais do que um relato sobre o passado, as entrevistas detalhadas a seguir são um alerta para o presente, que conecta a luta histórica às ameaças atuais, como o Marco Temporal, e reafirma que a demarcação não foi o fim do processo, e sim apenas um capítulo na contínua batalha por autonomia e sobrevivência, que configura como um ponto de partida para a construção de memória em uma disputa direta com as narrativas oficiais. Nós, que vivemos a luta, sabemos que o processo de demarcação não se resume a atos administrativos. Ele é o eco de memórias de invasões, doenças e conflitos, mas também de alianças e mobilizações.

3.2 Entrevista com Darcy Marubo

O entrevistado, Darcy Duarte Comapa Marubo, é liderança indígena do povo Marubo no Vale do Javari (AM), cuja trajetória política se construiu a partir de experiências de mobilização territorial e institucional desde a década de 1980. Participou ativamente da articulação que resultou na criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA) e da representação interétnica dos povos indígenas da região, ocupando espaços de liderança tanto no movimento local quanto em instâncias nacionais e internacionais. Ao longo do seu engajamento político, Darcy atuou em processos organizativos, assembleias e atividades que visavam a defesa dos direitos territoriais, inclusive no contexto de sua atuação como vice-coordenador e posteriormente coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e em representações junto a organismos internacionais, consolidando-se como uma figura central nas lutas por reconhecimento e proteção dos territórios indígenas no Brasil.

Os resultados da entrevista com Darcy Marubo trouxeram reflexões significativas sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, revelando tanto as dificuldades

enfrentadas pelas lideranças indígenas quanto os desafios impostos pelas estruturas estatais ao longo desse percurso. Em sua fala, Darcy contextualizou a intensificação da mobilização indígena no final da década de 1980, destacando o papel central da Constituição Federal de 1988 na ampliação do movimento e na criação de organizações indígenas que passaram a atuar de forma mais articulada na defesa dos direitos territoriais.

Ao rememorar sua trajetória, Darcy enfatizou que as articulações políticas indígenas não surgiram apenas como reação à promulgação da Constituição, mas antecederam e, em muitos casos, contribuíram diretamente para sua formulação, uma vez que lideranças indígenas participaram ativamente do processo constituinte, pressionando parlamentares, ocupando espaços de debate e apresentando propostas concretas de reconhecimento de direitos. Nesse sentido, observa-se uma relação dinâmica entre políticas indigenistas, formuladas no âmbito do Estado, e políticas indígenas, produzidas pelos próprios povos originários como estratégias de ação coletiva e intervenção institucional. Conforme relata Darcy:

“A partir de 1988, ou melhor, até antes disso, começou uma mobilização muito forte. Em 1987 eu tive a honra de conhecer a luta dos índios do Rio Negro, do Brasil, e participar da criação da União dos Povos Indígenas. Depois vieram a UNIACRE, a UNIVALE, e logo em seguida a criação da COIAB. A Constituição foi resultado dessa luta, mas também fortaleceu ainda mais o movimento.”³

A fala do entrevistado evidencia que a Constituição de 1988 não apenas produziu efeitos sobre os povos indígenas, mas foi, em grande medida, resultado de sua própria ação política organizada, revelando um processo no qual o movimento indígena não se limita a reagir às políticas estatais, mas atua como sujeito ativo na redefinição das normas, categorias e dispositivos jurídicos que passam a reger suas relações com o Estado.

O relato de Darcy Duarte Comapa evidencia que a luta indígena pela demarcação territorial não se inicia com a Constituição de 1988, mas se insere em um processo mais amplo de mobilização política que ganha força ao longo do período de abertura democrática no Brasil, especialmente entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980. No entanto, ao afirmar que “a partir de 1988” a mobilização se intensifica, Darcy também reconhece o peso central da Constituição como marco jurídico e simbólico fundamental para a reorganização do movimento indígena em escala nacional. Nesse sentido, a Constituição não pode ser compreendida apenas

³ Entrevista concedida por Darcy Comapa Marubo à autora, realizada via *Google Meet*, em 20 de janeiro de 2025, com gravação em vídeo, mediante consentimento do entrevistado.

como resultado da luta indígena, mas como um elemento que, simultaneamente, foi produzido por essa mobilização e passou a retroalimentá-la, oferecendo novos instrumentos legais, institucionais e discursivos para a ação política.

Esse processo deve ser situado no contexto mais amplo da redemocratização brasileira, período marcado pela emergência e fortalecimento de diversos movimentos sociais como o movimento negro, o novo sindicalismo, os movimentos de trabalhadores rurais, o movimento LGBT e as articulações indígenas que passaram a disputar espaços no cenário político e a reivindicar reconhecimento, direitos e participação institucional. A mobilização indígena, portanto, não ocorre de forma isolada, mas integra um ciclo histórico de lutas sociais que reconfigura as relações entre sociedade civil e Estado no Brasil contemporâneo.

Ao lembrar que “a gente começou a participar, a gente não tinha ainda uma organização”, Darcy destaca as dificuldades iniciais de articulação política em um contexto de ausência de estruturas organizacionais consolidadas. Contudo, essa narrativa deve ser interpretada de forma crítica, não como evidência de incapacidade política dos povos indígenas, mas como expressão das condições históricas específicas em que se deu sua inserção no campo institucional, marcado por categorias jurídicas, linguagens e formas de representação próprias do mundo ocidental. Ao mesmo tempo, sua fala revela o protagonismo pessoal e coletivo das lideranças indígenas na apropriação desses instrumentos, indicando que o arcabouço jurídico estatal, longe de ser apenas uma imposição externa, passou a ser progressivamente incorporado como recurso estratégico de luta. Assim, mais do que tomar o depoimento como uma verdade absoluta, importa compreendê-lo como uma narrativa situada, produzida a partir de uma trajetória específica, que ilumina tanto os limites estruturais quanto as possibilidades abertas pela entrada dos povos indígenas no espaço político institucional.

O relato também expõe os conflitos diretos com instituições governamentais, como a FUNAI, que, segundo Darcy, atuou de maneira equivocada ao retirar lideranças indígenas de suas próprias terras, em vez de expulsar os invasores. Ele descreve esse episódio com indignação ao afirmar: “Quem poderia expulsar os invasores era nós. Não a federal tirar nós da nossa própria área, que era a área do Ituí, dos americanos”. A referência à região como “dos americanos” não deve ser compreendida de forma literal, mas situada no contexto geopolítico da época, marcado por intensas preocupações militares com a soberania nacional, a presença de estrangeiros na Amazônia e os discursos recorrentes sobre a internacionalização da floresta. Desde os anos 1970 e 1980, setores das Forças Armadas e da política brasileira associavam a presença de missionários, pesquisadores estrangeiros, organizações internacionais e empresas

transnacionais à ideia de ameaça externa, especialmente em regiões de fronteira, como o Vale do Javari. Nesse sentido, a expressão utilizada por Darcy revela não apenas uma percepção local sobre a presença de agentes estrangeiros, mas também a internalização, reelaboração e crítica indígena de narrativas estatais de segurança nacional e controle territorial.

A crítica à atuação da FUNAI, por sua vez, evidencia uma contradição estrutural da política indigenista brasileira, na qual o órgão formalmente responsável pela proteção territorial acaba, em determinadas circunstâncias, operando como mediador de interesses estatais mais amplos, inclusive militares, deslocando lideranças indígenas em nome da “ordem”, da “segurança” ou da “gestão do conflito”. Essa inversão de responsabilidades não expressa apenas falhas administrativas, mas a permanência de um modelo tutelar que, historicamente, subordina a autonomia indígena às racionalidades do Estado.

A própria trajetória de Darcy contribui para compreender essa ambiguidade, uma vez que sua experiência no Exército o inseriu diretamente nesse universo discursivo e institucional marcado por categorias como fronteira, soberania e defesa nacional. Ao deixar a instituição militar e reencontrar o movimento indígena, Darcy passa a articular criticamente esses repertórios, transformando um saber adquirido dentro do Estado em instrumento de leitura política e contestação de suas práticas. Como ele afirma: “Aí, quando saio do Exército, eu me encontro de novo com o pessoal do Movimento Indígena. E encontro o Padre Josinei”. Sua fala evidencia, assim, como a experiência militar não apenas marcou sua trajetória pessoal, mas também influenciou sua compreensão dos conflitos territoriais, permitindo-lhe transitar entre universos institucionais distintos e produzir uma crítica interna às lógicas de segurança e controle que atravessam a política indigenista na Amazônia.

Além disso, a experiência de Darcy no Exército marcou profundamente sua trajetória política e sua forma de compreender os conflitos territoriais. Ao integrar temporariamente uma instituição central do aparato estatal, Darcy não apenas vivenciou diretamente as lógicas militares associadas à fronteira, à soberania e ao controle territorial, como também se constituiu, ainda que de modo transitório, como agente do próprio Estado brasileiro.

Após deixar a instituição militar, ele reencontra o movimento indígena e passa a mobilizar esse repertório institucional de forma crítica, reforçando sua atuação política e social e destacando a importância das alianças estabelecidas ao longo do tempo. Como ele menciona: “Aí, quando saio do Exército, eu me encontro de novo com o pessoal do Movimento Indígena. E encontro o Padre Josinei”. Sua fala evidencia, assim, uma trajetória marcada por deslocamentos entre universos institucionais distintos, na qual a experiência como agente

estatal não é negada, mas ressignificada como recurso político na luta indígena, permitindo-lhe transitar entre o interior do Estado e os espaços de mobilização coletiva.

A narrativa de Darcy Duarte evidencia um movimento indígena resiliente, que encontrou força para continuar sua mobilização não nas instituições governamentais, mas na articulação com figuras de apoio. O seu testemunho ressalta a importância de se fazer alianças com figuras de apoio, como religiosos e ativistas, que preencheram a lacuna deixada pelo Estado e garantiram a continuidade da mobilização.

A continuidade da entrevista com Darcy Marubo revela novos desdobramentos da luta pela demarcação do Vale do Javari, enfatizando a articulação política entre os povos indígenas da região e os desafios enfrentados para consolidar um movimento coeso. Em sua fala, Darcy destaca o momento crucial em que surgiu a oportunidade de estruturar formalmente essa mobilização: *“Aí falaram que tinha um recurso lá, que o CIMI tinha deixado, que era do Vale do Javari. Perguntou o que a gente queria fazer com esse recurso. Aí a gente disse que, ah, bora fazer uma reunião para criar o Movimento Indígena”*.

O testemunho de Darcy problematiza a lacuna deixada pela ausência de políticas públicas estatais efetivas ao revelar que o fortalecimento da mobilização indígena foi mediado por parcerias externas que supriram a negligência do Estado. A articulação política entre os povos indígenas, nesse contexto, transformou a falta de apoio em uma oportunidade para fortalecer sua própria base organizativa.

A criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA) foi um marco na luta pela demarcação, pois permitiu que diferentes etnias se reunissem em torno de um objetivo comum. Como Darcy explica: *“A gente fez essa reunião em Atalaia do Norte, onde se criou o CIVAJA, né? Conselho Indígena do Vale do Javari. Onde se reuniu todos os povos indígenas do Vale do Javari. E a nossa luta era aquela bandeira”*. Esse momento de criação do CIVAJA não apenas consolidou a união interétnica, mas também sublinhou a habilidade dos povos indígenas em transformar a ausência de apoio institucional em uma oportunidade para o fortalecimento de sua própria base. A formalização do movimento reflete, portanto, na habilidade dos povos do Javari de converter a lacuna de poder deixada pela omissão do Estado em uma ferramenta de mobilização e autonomia.

Darcy menciona ainda as dificuldades em estabelecer o diálogo com os Mayoruna, devido a conflitos históricos: *“Viajamos de canoa, de peque-peque... Contatando os Mayoruna, que nós tínhamos uma briga interna antiga. Guerra contra os Mayoruna. Não foi nem guerra, né? Foi um conflito entre etnias que nós anemizamos”*. O esforço para mitigar conflitos

históricos entre etnias revela que o movimento indígena não se restringe a embates externos ou ainda à oposição ao aparelho estatal, ao contrário, ele exige articulação dos povos indígenas para a construção de alianças interétnicas, fundamentado na capacidade de forjar consensos internos e superar antigas rivalidades para consolidação de uma frente política unificada na defesa tanto de suas raízes culturais quanto do território.

Outro aspecto relevante abordado na entrevista foi a resistência da FUNAI em apoiar o movimento indígena diante dos conflitos envolvendo a presença de missionários em territórios tradicionais. Darcy relembra como ele e outros líderes foram acusados de incitar conflitos entre os povos da região e de tentar expulsar missionários das terras indígenas: “Fomos acusados, né? Que estavam instigando indígenas. Eu e Clóvis, meu irmão, estávamos instigando indígenas. Conflitando para que... A expulsão dos missionários na terra indígena do Ituí e Maronal”.

A referência aos missionários deve ser compreendida no contexto da forte atuação de organizações religiosas na região do Vale do Javari, especialmente de missões evangélicas como a Missão Novas Tribos do Brasil, além de grupos católicos, que desde as décadas de 1960 e 1970 mantinham presença contínua em territórios indígenas, promovendo processos de evangelização, contato forçado e mediação cultural. Essas missões não atuavam apenas no campo religioso, mas desempenhavam papel político relevante, influenciando decisões institucionais, intermediando relações com o Estado e, em muitos casos, tensionando as formas de organização indígena. Nesse sentido, o conflito relatado por Darcy não se restringe a uma divergência pontual, mas expressa uma disputa mais ampla pelo controle simbólico, territorial e político das populações indígenas, na qual missionários, FUNAI e lideranças locais ocupavam posições frequentemente antagônicas.

O episódio narrado por Darcy ilustra não apenas processos de criminalização da luta indígena, mas sobretudo a existência de disputas internas no interior das próprias instituições estatais, especialmente na FUNAI. Ao serem acusadas de incitar conflitos e desestabilizar a ordem, as lideranças indígenas não se colocam simplesmente em oposição ao Estado, mas passam a confrontar projetos políticos distintos que operam dentro de sua estrutura institucional. Nesse sentido, a rotulação da defesa territorial como ameaça à segurança revela menos uma incoerência administrativa e mais uma estratégia recorrente de deslegitimação de determinadas formas de mobilização indígena em favor de outras racionalidades estatais, vinculadas à tutela, à pacificação e ao controle do território.

A fala de Darcy evidencia ainda a complexidade dessa dinâmica, ao revelar que sua própria família estava inserida nos quadros da FUNAI:

“A FUNAI era contra nós também, do Movimento Indígena. Na época, né? Ainda meu pai trabalha na FUNAI. Meu tio trabalha na FUNAI. Meus primos trabalhavam na FUNAI. Mesmo assim, a gente foi proibido de andar no barco da FUNAI para ir para a área.”

Longe de expressar uma simples contradição institucional, esse relato aponta para a existência de conflitos internos nas formações estatais, nas quais diferentes agentes — inclusive indígenas disputam posições, interpretações normativas e projetos de atuação. A FUNAI, portanto, não aparece como um bloco homogêneo, mas como um espaço atravessado por relações de poder, tensões políticas e hierarquias administrativas, no qual a presença indígena não elimina assimetrias, mas reconfigura as formas de conflito. Assim, mais do que uma oposição entre movimento indígena e Estado, o que se observa é uma luta pelo controle dos dispositivos institucionais, pela definição legítima das políticas indigenistas e pelo sentido da própria categoria de Terra Indígena.

Diante dessas dificuldades, as lideranças indígenas buscaram ampliar sua articulação política em nível nacional. Darcy descreve suas idas a Brasília e os desafios enfrentados ao reivindicar a demarcação integral do Vale do Javari:

A gente, eu e meu irmão Clóvis, fomos várias vezes em Brasília. Onde falaram para nós assim... Onde é a terra dos Marubos.... Que a gente já vai fazer o GT e mandar para lá para demarcar. Mas não, a gente não veio atrás de demarcar a área dos Marubos. A gente queria todo o Vale do Javari, para todo o povo.

A partir do relato de Darcy, observa-se que, em determinados momentos, a FUNAI tensionou a demanda territorial ao questionar a representatividade do movimento indígena e a presença de todas as etnias envolvidas no processo de demarcação do Vale do Javari. Segundo o entrevistado, indagações como “Cadê os Mayoruna? Os Matsés não estão aqui. Os Marubo não estão aqui. Como vocês querem demarcar a terra deles?” eram mobilizadas para colocar em dúvida a legitimidade da articulação interétnica.

Esse episódio não pode ser interpretado como reflexo automático de uma política institucional homogênea, tampouco como relato isolado destituído de densidade analítica. Trata-se de uma fonte oral situada, atravessada por memória e disputa política, cuja leitura, quando colocada em diálogo com documentos institucionais e registros do período, evidencia tensões entre o enquadramento burocrático da FUNAI e as formas indígenas de construção

coletiva do território. Nessas tensões, exigências formais de representação não se mostram neutras, produzindo efeitos políticos concretos sobre a legitimidade da mobilização interétnica.

Nesse sentido, a mesma fala atribuída à FUNAI admite interpretações distintas: de um lado, pode ter funcionado como mecanismo de protelação e deslegitimação, ao deslocar o debate do direito territorial para a suspeita sobre quem “fala” pelo coletivo; de outro, também pode indicar que, naquele contexto de reorganização dos movimentos sociais nos anos 1980, certas instâncias estatais passaram a reconhecer e até exigir formas ampliadas de protagonismo indígena — isto é, a presença e o consentimento articulado de diferentes povos como condição para decisões administrativas de grande impacto. Em vez de reduzir a questão à oposição “Estado versus indígenas”, torna-se mais produtivo compreendê-la como expressão de disputas internas nas formações estatais e de tensões entre diferentes concepções de representação, legitimidade política e gestão institucional do território.

A trajetória de Darcy ajuda a iluminar esse cenário ao indicar que, apesar das controvérsias e obstáculos, a articulação indígena se expandiu e se institucionalizou progressivamente em redes mais amplas. Ao afirmar que “a partir de 1995” passou a atuar na COIAB, Darcy marca um deslocamento importante: a inserção das lideranças do Vale do Javari em um espaço regional de coordenação política, capaz de fortalecer negociações, consolidar alianças interétnicas e responder às exigências estatais e não estatais de representatividade coletiva. Assim, mais do que contrapor o movimento indígena a um Estado homogêneo, o episódio evidencia como a luta pela demarcação se construiu na interação conflituosa entre agência indígena, dispositivos institucionais e disputas internas sobre quem pode representar legitimamente um território multiétnico.

A partir da coordenação da COIAB, Darcy Marubo e outras lideranças intensificaram a articulação política para garantir a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari. Nesse período, o movimento indígena passou a pressionar de forma sistemática a FUNAI, que, segundo o entrevistado, havia relegado a região a uma posição secundária na agenda institucional: “O Vale do Javari estava em 27º lugar para demarcar. Aí... Como a gente estava na COIAB, no movimento indígena... A gente sempre ia... E o Vale do Javari... O Vale do Javari encheu o saco da FUNAI. Encheu o saco da FUNAI por vários anos”.

A compreensão dessa fala exige, contudo, sua inserção em um contexto mais amplo: entre o final da década de 1980 e o início dos anos 2000, o Brasil vivenciou um crescimento significativo no número de terras indígenas reconhecidas, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu o dever do Estado de concluir as demarcações em até

cinco anos. Segundo dados da própria FUNAI e do Instituto Socioambiental (ISA), mais de uma centena de Terras Indígenas foram homologadas nesse período, ainda que de forma desigual e marcada por fortes assimetrias regionais.

Nesse cenário, a posição marginal atribuída ao Vale do Javari não pode ser interpretada apenas como resultado de uma herança colonial abstrata, mas deve ser compreendida no interior das disputas políticas e administrativas concretas que atravessavam a política indigenista brasileira no final do século XX. A lentidão do processo demarcatório expressa, sobretudo, as tensões entre diferentes projetos de Estado, a escassez de recursos institucionais, a pressão de interesses econômicos regionais e a centralidade estratégica atribuída a determinadas áreas em detrimento de outras.

Assim, mais do que uma simples continuidade de práticas coloniais dos séculos anteriores, o caso do Vale do Javari revela os limites e contradições do próprio modelo jurídico-administrativo contemporâneo de reconhecimento territorial, no qual a garantia formal de direitos convive com entraves burocráticos, disputas políticas e seletividade institucional.

Além disso, a posição do Vale do Javari na fila das demarcações deve ser analisada à luz das prioridades definidas internamente pela FUNAI e por outros órgãos estatais, o que torna indispensável o cruzamento do depoimento de Darcy com portarias, relatórios técnicos e pareceres administrativos produzidos no período. Somente a partir dessa articulação entre fontes orais e documentação institucional é possível avaliar se a marginalização da região decorreu de estratégias deliberadas de contenção política, de critérios técnicos de priorização ou da combinação de ambos os fatores.

A demora na demarcação também era agravada pela lentidão na elaboração dos relatórios técnicos necessários para o reconhecimento da terra. A respeito disso, Darcy menciona:

“Aí teve... Teve três relatórios sobre o Vale do Javari. Um relatório foi do Silvio. Outro relatório do Nino. O Nino... um antropólogo... eu só sei o nome Nino. Um antropólogo que fez pesquisa. Aí... tinha um levantamento antropológico da Delvair. E por último... Foi do Walter Coutinho. Só o Walter Coutinho levou 25 anos para poder terminar o relatório”.

A lentidão do processo demarcatório não pode ser interpretada apenas como um entrave burocrático, mas como expressão das disputas institucionais e políticas que atravessam a política indigenista brasileira no final do século XX. No entanto, mais do que atribuir tal lentidão exclusivamente à permanência de uma lógica colonial abstrata, é necessário compreender a FUNAI como um espaço institucional heterogêneo, atravessado por conflitos

internos, limitações administrativas, pressões políticas regionais e diferentes concepções sobre protagonismo indígena. Nesse sentido, o adiamento da demarcação do Vale do Javari pode ser analisado tanto como resultado de disputas sobre prioridades estatais quanto como efeito de um modelo jurídico-administrativo que, embora reconheça formalmente direitos, opera por meio de procedimentos lentos, seletivos e politicamente tensionados.

Diante dessas dificuldades no plano interno, as lideranças indígenas buscaram apoio externo, o que resultou no financiamento do banco alemão KfW para viabilizar a demarcação da Terra Indígena. Conforme relata Darcy: “A partir daí que a gente conseguiu, com o Banco Alemão, KfW, onde conseguiram o recurso de, parece que, 7 milhões de dólares, onde era para demarcar o Vale do Javari”. Esse apoio internacional, entretanto, não deve ser interpretado apenas como gesto técnico ou humanitário, mas também como parte de uma rede transnacional de governança ambiental e indigenista, na qual organismos financeiros, agências de cooperação e Estados estrangeiros passam a atuar como mediadores de políticas territoriais. Assim como o Estado brasileiro, esses agentes internacionais também operam por meio de critérios próprios, condicionalidades e racionalidades institucionais, que podem tanto ampliar margens de autonomia indígena quanto produzir novas formas de dependência e tutela.

Nesse sentido, a atuação do KfW e de outros financiadores externos deve ser analisada de forma simétrica à atuação do Estado nacional: não como instância neutra ou exterior às relações de poder, mas como parte de um campo mais amplo de governança global sobre territórios indígenas. A diferença fundamental não reside em uma oposição entre um Estado tutelar e um agente internacional benevolente, mas na forma como distintos dispositivos institucionais nacionais e transnacionais passam a disputar legitimidade, autoridade técnica e capacidade de intervenção sobre o território. É justamente essa complexa articulação entre agências estatais, movimentos indígenas e organismos internacionais que explica por que o apoio externo foi, simultaneamente, condição material para a demarcação e objeto de controvérsia política, sendo mobilizado por setores contrários como argumento para a narrativa da “internacionalização da Amazônia”.

A desinformação e a manipulação por parte de setores contrários à demarcação foram estratégicas para desacreditar as lideranças, como demonstrado no relato: *“Recebemos muitas denúncias, muita repercussão negativa contra nós, eu e Clóvis, que nós estávamos vendendo as terras para os alemães. Políticos usaram isso para fazer campanhas políticas na região”*.

Longe de ser um fato isolado, a instrumentalização de informações distorcidas, ao imputar às lideranças a suposta venda de terras, não apenas reflete uma prática comum em

conflitos fundiários, mas reitera a lógica colonial de tutela discutida anteriormente, reforçando os estereótipos de que a presença indígena é um obstáculo ao desenvolvimento.

A oposição à demarcação não se limitava a políticos locais, mas envolvia também figuras públicas de grande influência no cenário estadual, como o então governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho. Segundo o relato de Darcy, Mestrinho teria declarado publicamente, em entrevista à imprensa, que “se preciso for, usaria metralhadora contra quem fosse demarcar o Vale do Javari”.

A fala atribuída a Gilberto Mestrinho revela não apenas a gravidade do contexto político em torno da demarcação do Vale do Javari, mas também a centralidade da violência como instrumento de gestão territorial no interior do Estado brasileiro contemporâneo. Diferentemente do período colonial dos séculos XVII e XVIII marcado por uma lógica fortemente religiosa, missionária e de incorporação dos indígenas como vassalos cristãos, conforme analisa Perrone-Moisés (1992) o discurso do final do século XX se inscreve em outra racionalidade histórica: a do Estado nacional desenvolvimentista, que mobiliza argumentos de soberania, progresso econômico, segurança e exploração de recursos naturais para justificar a repressão às reivindicações territoriais.

Nesse sentido, mais do que uma simples continuidade do “extermínio colonial”, a ameaça de uso da força expressa a atualização de práticas autoritárias em um novo regime político e ideológico, no qual os direitos indígenas entram em conflito com projetos econômicos regionais e com a concepção de Amazônia como espaço estratégico de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma violência historicamente situada, própria do campo político brasileiro do final do século XX, e não da reprodução mecânica das lógicas do período colonial propriamente dito.

Apesar dos desafios, a mobilização continuou e resultou em reuniões com diversos povos indígenas da região, como os Mayoruna, Matsés e Kanamari. No entanto, garantir o entendimento e o apoio interno também se revelou um processo complexo, como relata Darcy: “O processo baseado na Lei 169 da OIT, procura essa lei da consulta prévia. Se é isso mesmo que os índios queriam, a demarcação, isso foi mais complicado ainda fazer os nossos parentes entenderem”. A referência à consulta prévia não deve ser interpretada como um dilema inédito entre “tradição indígena” e “direito ocidental”, mas como mais uma atualização histórica de práticas de mediação intercultural que marcam a experiência política dos povos indígenas desde o período colonial. Conforme demonstram estudos históricos e antropológicos, os indígenas sempre operaram processos de tradução, negociação e adaptação frente às diferentes formas de

poder — inicialmente com missionários e autoridades imperiais, posteriormente com o Estado nacional e, mais recentemente, com organismos internacionais e regimes de direitos humanos.

Nesse sentido, a dificuldade mencionada por Darcy não expressa uma incapacidade de compreensão ou um conflito entre mundos inconciliáveis, mas evidencia a complexidade intracomunitária da construção política do consenso. A consulta prévia, prevista na Convenção 169 da OIT, passa a ser apropriada pelas lideranças como mais um instrumento jurídico a ser traduzido, explicado e ressignificado no interior das comunidades, articulando formas tradicionais de deliberação coletiva com dispositivos formais do direito internacional. Assim, a autonomia não surge como oposição ao sistema jurídico externo, mas como resultado de processos históricos contínuos de negociação, mediação e reconfiguração das práticas políticas indígenas no interior de diferentes regimes de poder.

A FUNAI, que em outros momentos havia se mostrado resistente, passou a se envolver mais diretamente no processo, assim como a COIAB e o CIVAJA. Para Darcy, a demarcação só foi possível devido a um esforço coordenado, o que ele explica por meio de uma metáfora interessante:

Sempre eu falo, para as coisas funcionarem, tem que ter uma engrenagem de funcionamento. Sempre uso esse termo explicando que as coisas funcionam como um motor. Se faltar gasolina, ela não funciona. Se faltar vela, ela não funciona. Se faltar óleo, não funciona.

A visão de uma “engrenagem de funcionamento” para a luta indígena, expressa nas falas de Darcy e de outras lideranças, vai além da mera ideia de organização e deve ser compreendida como parte de uma narrativa política específica, produzida no interior do movimento indígena. Essa narrativa constrói a resistência como um processo deliberado, estratégico e consciente, capaz de preencher lacunas deixadas pelo poder público e de enfrentar agendas externas que buscam deslegitimar a autodeterminação dos povos.

No entanto, mais do que tomar essa formulação como descrição objetiva da realidade, importa analisá-la como uma versão situada, que disputa sentidos com outras narrativas igualmente presentes no campo político. Enquanto o movimento indígena se representa como sujeito ativo da história, instâncias estatais, agentes econômicos, setores militares e até organismos internacionais constroem leituras distintas sobre os mesmos processos, frequentemente enquadrando a mobilização indígena como problema administrativo, entrave ao desenvolvimento, questão de segurança ou objeto de tutela. Assim, o que está em jogo não

é apenas a luta pela terra, mas a própria luta pelo controle simbólico das interpretações legítimas sobre o território, a história e os direitos indígenas.

A estratégia de mobilização também envolveu a coleta de assinaturas para pressionar as autoridades. Como Darcy menciona: *“Nós viajamos em todo o Brasil, colhendo assinaturas, mais de 5 milhões de assinaturas que foram entregues no Ministério Público Federal, aqui em Brasília”*. Mais do que uma mera demonstração de força, a coleta de assinaturas e a articulação em escala nacional revelam a capacidade do movimento indígena de preencher a lacuna deixada pela omissão do Estado. O esforço, portanto, não apenas se contrapõe-se diretamente à lógica de extermínio e à militarização do discurso, mas também constrói uma nova narrativa que, ao buscar legitimidade em instituições ocidentais, expõe a falência do modelo de tutela e reafirma a soberania dos povos sobre seus territórios.

O relato de Darcy Marubo demonstra que a luta pela demarcação do Vale do Javari foi um processo longo, marcado por desafios políticos, institucionais e sociais. A memória e o testemunho das lideranças indígenas revelam a autonomia do movimento, evidenciando que a resistência não se deu de forma espontânea, mas como um processo político deliberado e sustentado ao longo do tempo. A história oral, nesse sentido, se mostra como instrumento para confrontar a narrativa dominante e a militarização do discurso, ao explicitar que, embora a demarcação se concretize por meio de atos estatais, ela não pode ser compreendida como mera concessão do Estado. Trata-se, antes, do resultado de um protagonismo indígena ativo, que tensionou, pressionou e disputou os marcos institucionais em defesa da terra, do território e da cultura. A luta, portanto, não se encerra com o ato administrativo, e novos desafios continuariam a se impor ao longo dos anos seguintes.

A fase final do processo de demarcação do Vale do Javari trouxe novas articulações e desafios para as lideranças indígenas, especialmente no que se refere à captação de recursos internacionais. Darcy Marubo relembra um dos principais acordos firmados com o governo alemão para viabilizar financeiramente a demarcação: *“Nós vamos dar o dinheiro para a FUNAI, mas nós vamos colocar um grupo de alemães para controlar o dinheiro”*. Esse episódio, entretanto, não deve ser interpretado apenas como evidência direta da “falência” da política indigenista brasileira, mas como parte de um campo mais amplo de disputas narrativas e institucionais sobre quem detém legitimidade para gerir, fiscalizar e conduzir processos de reconhecimento territorial.

Do ponto de vista das lideranças indígenas, o financiamento internacional aparece como solução prática diante da lentidão e das limitações administrativas do Estado brasileiro. Já do

ponto de vista dos organismos internacionais, como o banco alemão KfW, a exigência de controle externo pode ser lida como mecanismo técnico de governança, transparência e prestação de contas. Nesse sentido, o controle dos recursos não expressa necessariamente uma relação simples de tutela, mas a imposição de uma racionalidade institucional própria da cooperação internacional, baseada em critérios financeiros, jurídicos e administrativos específicos.

Assim, mais do que assumir a existência de uma hierarquia evidente entre um Estado tutelar e um agente externo benevolente ou vice-versa torna-se necessário investigar empiricamente como essas relações foram efetivamente construídas, por meio da análise de convênios, relatórios da FUNAI, documentos do KfW e registros institucionais do período. O mesmo se aplica à presença de missionários estrangeiros, especialmente norte-americanos, cuja atuação no Vale do Javari deve ser compreendida não apenas como ação religiosa, mas como parte de redes transnacionais de intervenção política, cultural e territorial. Em ambos os casos, o que está em jogo não é apenas a eficácia prática dessas parcerias, mas as diferentes narrativas em disputa sobre soberania, autonomia indígena, governança e legitimidade na condução das políticas territoriais

A metodologia adotada na demarcação do Vale do Javari seguiu um modelo que, segundo Darcy, se distinguia das práticas anteriores por incorporar de forma sistemática a participação direta dos próprios povos indígenas em todas as etapas do processo. Em seu relato, esse modelo é apresentado como uma experiência de protagonismo e coprodução institucional:

“Os próprios índios disseram onde é para demarcar, os próprios índios colocaram as placas, os próprios índios... Dez equipes que foram feitas para participar da demarcação, teve a participação indígena, tanto nas reuniões, como na demarcação física da terra indígena do Vale do Javari.”

Essa narrativa contrasta com interpretações que enfatizam exclusivamente a tutela e a submissão indígena às estruturas estatais, ao evidenciar que, ao menos em determinados contextos, a demarcação se configurou como um processo negociado, no qual as lideranças locais exerceram papel ativo na definição dos limites territoriais e na execução prática das atividades. Nesse sentido, o episódio revela que a política indigenista contemporânea não pode ser compreendida apenas como imposição vertical do Estado, mas como um campo de relações no qual indígenas, técnicos, agentes institucionais e financiadores internacionais coproduzem procedimentos, critérios e decisões.

Como visto, o processo de autodemarcação representa um marco de protagonismo indígena, que ressignifica o direito à terra para além da formalidade legal. A utilização de conhecimentos tradicionais para definir os limites da terra, os povos do Vale do Javari demonstram que sua resistência não é passiva, mas um processo político que utiliza a afirmação de autodeterminação para refutar as narrativas que buscavam deslegitimar sua luta.

No entanto, apesar dos avanços na demarcação, novos desafios surgiram ao longo do tempo, especialmente devido à interferência política e à desinformação sobre o processo. Como relata Darcy: *“Hoje tem uma briga tão grande, é fácil hoje. Fácil hoje, mas tem um desentendimento muito grande através da política, muita gente envolvendo na política, e isso deixou nós preocupados”*. Após a conquista territorial, o movimento indígena se depara com a mesma lógica colonial de tutela, materializada na interferência política e na desinformação. O que se observa é uma transição do conflito direto, ora discutido no Capítulo 2, para uma disputa simbólica e institucional, onde a manipulação e a disseminação de narrativas deslegitimadoras buscam esvaziar o protagonismo conquistado.

Além da questão territorial, Darcy destaca outro problema estrutural enfrentado pelas comunidades indígenas do Vale do Javari:

A dificuldade maior que a gente enfrenta no Vale de Javari é a educação. Nós não temos ensino médio na terra indígena, só primário, técnica séria, mas precisa ensino médio na terra indígena do Vale de Javari para que a gente possa avançar.

A carência de políticas públicas para a educação, portanto, evidencia que a demarcação é apenas uma vitória parcial, uma vez que a ausência de ensino de qualidade não só mantém as comunidades em uma situação de vulnerabilidade, mas também perpetua a omissão estatal discutida no Capítulo 1. Ao negar o acesso à educação, o Estado limita a capacidade dos povos indígenas de participar plenamente dos debates e de se defenderem contra as narrativas que buscam deslegitimar o seu protagonismo.

Ao refletir sobre o impacto da demarcação, Darcy questiona se a estratégia adotada foi a melhor: *“Não sei se a gente fez certo, eu e o Clóvis, não sei se a gente fez certo, porque a gente demarcou primeiro, e agora a gente vai lutar pela formação dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos parentes de outros povos”*. A dúvida de Darcy não é sobre a validade da luta, mas uma crítica à falência estrutural do Estado, posto que após a conquista do território, a mesma omissão estatal que historicamente alimentou os conflitos diretos agora se manifesta em uma violência institucional, que nega direitos como a educação e busca esvaziar o protagonismo conquistado em um novo campo de batalha, na qual a autonomia indígena continua sob ameaça.

Darcy também detalha o processo técnico e jurídico da demarcação, explicando suas diferentes etapas:

Primeiro, a declaração da terra. Quando tem a declaração da terra, quer dizer que o governo reconheceu que essa terra é dos índios. Ai tem a delimitação, a delimitação quando o governo está fechado, coloca uma placa lá, não pode mexer, porque a terra é indígena e tal. A delimitação. Ai tem a demarcação, física, né? Quando afundar, vai demarcar e tudo. Ai tem a homologação, que é o registro final. A terra homologada.

A narrativa sobre as etapas da demarcação por Camapo elucida que a vitória pela homologação do território não representa um fim, mas sim um momento crucial em um processo de resistência prolongada. O longo processo, minuciosamente detalhado por Darcy, evidencia que a conquista da terra, embora crucial, é o resultado de uma luta contínua contra um sistema que, apesar de protetor na formalidade, perpetua a vulnerabilidade ao retardar e burocratizar o acesso a direitos fundamentais.

A decisão de indenizar não indígenas que ocupavam ilegalmente a terra foi um dos pontos cruciais da entrevista, como relatou Darcy:

O recurso brasileiro foi para indenizar quem saiu da área indígena, né? E foi vários processos também, durante a demarcação, quando vai demarcar, quando declara que é a terra, já avisa os posseiros. Quando vão delimitar, avisa de novo os posseiros que a terra não é deles.

Apesar de ser uma tentativa de mitigar conflitos, a implementação desse mecanismo revelou a profunda tensão entre o direito originário e a lógica econômica que motivou a invasão. A decisão de compensar os posseiros ilegais sublinha a priorização do valor de mercado sobre a sacralidade do território indígena, uma prática que se alinha com a narrativa da militarização do discurso, que historicamente tem justificado a perda de vidas e de direitos em nome do desenvolvimento.

Esse cenário também deu origem a diversas disputas judiciais de pessoas que, como Darcy menciona, reivindicavam a propriedade de partes da Terra Indígena Vale do Javari:

O Vale do Javari teve dois. Uma mulher que mora em Minas Gerais, que diz que a terra Ituí é tudo dela. E Militão, tal de Militão, Militão não, é Chico Batista, diz que o Curuçá tudo é dele. O Vitor Magalhães diz que a terra é deles, mas não entraram na Justiça.

A tentativa de usurpar o território indígena por meio de disputas judiciais, mesmo sem comprovação de posse legítima, evidencia como as tensões em torno da política indigenista se manifestam também no campo jurídico. A decisão de indenizar posseiros considerados ilegais pelo próprio Estado, ainda que justificada como medida para mitigar conflitos sociais, não

produziu uma legitimação formal da posse, mas gerou **efeitos simbólicos e políticos de reconhecimento**, ao transformar ocupações irregulares em situações passíveis de compensação financeira. Nesse sentido, embora a ilegalidade jurídica fosse mantida, a indenização operou como mecanismo de validação social da ocupação, reforçando a narrativa de que a terra pode ser tratada como bem econômico negociável, em detrimento de sua dimensão territorial, cultural e cosmológica para os povos indígenas.

A luta pela demarcação do Vale do Javari, portanto, não se encerrou com a homologação. O processo foi marcado por desafios contínuos, desde a resistência política e a difamação das lideranças até a necessidade de garantir direitos fundamentais para as novas gerações. A memória coletiva construída através dessa entrevista revela não apenas os obstáculos superados, mas também os novos caminhos que ainda precisam ser percorridos para garantir a plena autonomia e qualidade de vida dos povos indígenas da região.

A fala de Darcy Marubo traz também reflexões fundamentais sobre os desdobramentos da demarcação do Vale do Javari e a continuidade da luta indígena. Ele enfatiza um dos aspectos mais delicados do processo de reconhecimento territorial, que envolveu a questão das benfeitorias dentro da terra indígena.

Para Darcy, havia uma distinção clara entre aqueles que se instalaram na região de má-fé, cientes de que se tratava de um território indígena, e aqueles que já ocupavam a área antes da demarcação, sem conhecimento sobre sua destinação oficial: *“Então isso são parceiros de má-fé. Então aqueles outros que já moravam antes de demarcação, tinham plantações e tudo, que não sabiam de nada, esses são parceiros de boa-fé, que eles estavam lá e não sabiam se era terra indígena”*. A distinção proposta por Darcy Marubo evidencia uma contradição fundamental: a necessidade de dialogar com um sistema jurídico que, por sua inércia histórica, permitiu a ocupação ilegal do território, tal como discutido em capítulos anteriores.

Ao longo da entrevista, Darcy reforça o longo tempo necessário para que todo o processo de demarcação fosse concluído. No entanto, diferentemente de leituras que interpretam a morosidade estatal apenas como falha institucional, o próprio entrevistado atribui um sentido positivo a esse percurso, ao reconhecer que a condução rigorosa dos procedimentos jurídicos foi fundamental para evitar contestações futuras: *“Então por isso que a gente reclamou, demorou muito tempo para demarcar o Vale Javari, mas valeu a pena porque teve processo por processo, andamento por andamento, julgamento por julgamento, para poder demarcar a terra indígena”*.

Essa fala revela uma narrativa distinta daquela que compreende a burocracia apenas como mecanismo de exclusão e tutela. Para Darcy, a lentidão não aparece exclusivamente como obstáculo, mas como recurso estratégico apropriado pelo próprio movimento indígena, que passou a instrumentalizar a legalidade estatal como forma de garantir segurança jurídica e estabilidade territorial. Nesse sentido, a morosidade do Estado não é interpretada apenas como inércia histórica, mas como parte de um processo no qual os povos indígenas aprenderam a operar dentro das estruturas institucionais, utilizando seus tempos, ritos e procedimentos a seu favor.

Assim, o sucesso da demarcação do Vale do Javari pode ser lido a partir de duas narrativas em tensão: por um lado, a crítica estrutural à burocracia indigenista, frequentemente lenta e desigual; por outro, a narrativa indígena que ressignifica essa mesma burocracia como ferramenta de proteção e legitimação jurídica. O que se observa, portanto, não é simplesmente a falha ou a eficiência do Estado, mas a capacidade do movimento indígena de se apropriar seletivamente dos dispositivos estatais, transformando a legalidade em instrumento político de resistência e garantia de direitos.

Outro ponto relevante abordado por Darcy é o impacto positivo da demarcação na infraestrutura e no acesso a serviços públicos dentro do território indígena. Ele menciona como a luta pela terra resultou na ampliação do acesso à saúde, com a presença da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), e na criação de oportunidades de trabalho para indígenas da região: “Temos avançado por quê? Porque te levou a SESAI, que emprega filhos de Atalaia do Norte, filhos de Benjamin Constant, até filhos de Manaus, enfermeiros, técnicos, médicos, agentes de saúde”. Essa fala constrói uma narrativa na qual a demarcação não aparece apenas como instrumento de defesa territorial, mas como meio de incorporar políticas públicas estatais ao interior da Terra Indígena, produzindo novas formas de inserção institucional.

Nesse sentido, diferentemente de leituras que interpretam a presença do Estado apenas como imposição externa ou mecanismo de controle, a narrativa de Darcy sugere que a luta indígena também se orienta para trazer o Estado para dentro do território, em termos negociados, transformando serviços públicos em instrumentos de fortalecimento comunitário. Ao ocupar cargos na SESAI e em outras estruturas, indígenas passam a atuar simultaneamente como beneficiários e como agentes das políticas estatais, o que complexifica a oposição entre “Estado” e “movimento indígena”.

Assim, o impacto social da demarcação deve ser compreendido como objeto de disputa narrativa: para o movimento indígena, representa conquista e ampliação de direitos; para o

Estado, pode ser apresentado como política de inclusão e integração institucional; para setores críticos, pode ainda ser interpretado como forma de ampliação da presença estatal em territórios indígenas. O que se observa, portanto, não é uma relação linear de enfrentamento, mas um processo de incorporação seletiva do Estado, no qual a autonomia indígena se constrói tanto pela resistência quanto pela ocupação estratégica de espaços institucionais.

Apesar das conquistas, Darcy destaca que muitos dos pioneiros dessa luta não estão mais presentes, reforçando a importância da continuidade do movimento:

O começo foi eu, Clóvis, eu e Clóvis, aí depois ouvindo o Sabá, que é pai do Jorge, aí o César, que começou junto com nós, no começo, e também o Zé Pajé, que já morreu, e as mulheres que também já morreram, a gente sente muito, a gente perdeu muita gente.

A lembrança desses líderes falecidos configura-se como um testemunho do ônus imposto às gerações que confrontaram a violência e a militarização do discurso. Longe de ser uma fatalidade, o reconhecimento de perdas significativas é uma consequência direta da omissão do Estado em proteger os territórios indígenas, que demonstram que a resistência por direitos fundamentais exige um sacrifício pessoal que o modelo colonial não assume.

Ao falar sobre o futuro da luta, Darcy enfatiza a importância da educação e da organização política, destacando a ausência de ensino médio no interior do Vale do Javari e a necessidade de construção de um sistema educacional estruturado no próprio território indígena. Sua fala não se limita ao reconhecimento formal da terra, mas aponta para a ampliação dos direitos sociais como dimensão fundamental da autonomia indígena: “Criar uma escola de ensino superior lá no Vale do Javari. Ah, não é possível. É possível, sim. O sonho, a gente tem que fazer o sonho funcionar”.

Essa demanda não expressa uma rejeição às políticas públicas, mas, ao contrário, uma reivindicação por outra forma de inserção no interior delas. A universidade imaginada por Darcy não se coloca fora do Estado, mas como parte de uma política pública que deveria ser reconfigurada a partir das realidades, demandas e projetos dos próprios povos indígenas. Nesse sentido, a noção de autonomia não se refere à ausência do Estado, mas à capacidade de disputar seus dispositivos, redefinir prioridades institucionais e produzir políticas educacionais situadas territorialmente.

O anseio por uma universidade no Vale do Javari, portanto, não se apresenta como utopia desvinculada da realidade estatal, mas como expressão de uma luta por reconhecimento pleno enquanto cidadãos de direitos, que inclui acesso à educação superior, formação de

quadros técnicos indígenas e ocupação de espaços institucionais estratégicos. Trata-se menos de negar o Estado e mais de transformá-lo desde dentro, convertendo a educação pública em instrumento de fortalecimento político, cultural e territorial.

A luta pela educação, portanto, torna-se um ato de insurgência, ecoando a resistência e a organização política abordadas no Capítulo 1, que demonstram como os povos indígenas buscam reverter um histórico de opressão por meio de suas próprias iniciativas.

A questão do controle do território também é um tema central em sua fala final. Darcy destaca a necessidade de um protocolo de consulta, um mecanismo para garantir que a entrada de pessoas externas ao Vale do Javari siga diretrizes definidas pelos próprios indígenas: *“O Vale do Javari entra quem quer, entra quem convida, não. Nós temos que ter um protocolo de consulta para que alguém que quiser ingressar no Vale do Javari, siga esse protocolo”*.

A demanda por um protocolo de consulta emerge como um pilar central na luta pela autonomia territorial e que confronta a histórica vulnerabilidade e a lógica predatória que, desde os primeiros contatos, subverteram a soberania dos povos indígenas. Mais do que uma formalidade administrativa, esse controle sobre o acesso à terra representa um ato de autodefesa contra a violência estrutural e um meio de garantir a reprodução física e cultural das comunidades.

Além disso, Darcy reforça o papel das novas gerações no fortalecimento jurídico da luta indígena. Ele destaca que hoje já existem advogados marubos, incluindo sua irmã e outros jovens que se formaram ou estão prestes a concluir seus estudos: *“Nós temos muita força, principalmente o povo marubo, né, que parece que nós temos três ou quatro advogados já”*.

A capacitação de novas gerações em campos como o jurídico e o educacional demonstra a resiliência dos povos originários em ressignificar as estruturas estatais para a sua própria defesa. Como já analisado no Capítulo 2, a mobilização indígena não se restringe à memória histórica de violência, mas se atualiza por meio da articulação política e da ocupação de espaços de poder. Assim, o surgimento de advogados Marubo é uma resposta pragmática para a persistência dos conflitos, reafirmando que a demarcação territorial é um campo de disputa política, e não apenas um ato burocrático.

Darcy Marubo reforça a necessidade urgente de continuidade da luta indígena, especialmente nas áreas de educação, saúde e autonomia econômica. Ele critica o fato de os indígenas precisarem sair do Vale do Javari para buscar formação em outras cidades, defendendo a implementação de cursos dentro do próprio território: *“A gente não tem que vir*

pra Brasília para fazer curso. Vamos fazer curso na nossa região. Vamos treinar os agentes de saúde na nossa região. Os professores têm que ir para lá fazer o curso”.

A defesa da formação local para os povos indígenas revela uma demanda por soberania educacional e sanitária, que possa romper com a narrativa hegemônica que ignora a historicidade da violência e do deslocamento. A crítica de Darcy se conecta diretamente com a memória de massacres e invasões por seringueiros e madeireiros, conforme aprofundado nos capítulos anteriores, onde a perda territorial e a imposição de um modo de vida não indígena foram os principais mecanismos de esvaziamento das culturas originárias. Trata-se, portanto, de um movimento de resistência que se materializa na busca por alternativas dentro do próprio território, em contraposição a séculos de extermínio físico e cultural.

A falta de estrutura educacional na região é um problema que Darcy sente de maneira pessoal, pois sua própria trajetória foi impactada pelas demandas da luta política, impedindo-o de completar seus estudos: *“Eu não tive tempo de estudar, né? Que era reunião, viagem, reunião, viagem. Acabei esquecendo dos meus estudos. Eu e Clóvis não tivemos essa chance de estudar. E vocês têm que estudar, que cuidem”.*

A fala de Darcy, ao contextualizar a educação como um instrumento determinante, se insere em uma estratégia política de resistência que ecoa a memória histórica da luta do povo Marubo. Longe de ser um apelo passivo, o incentivo ao estudo reflete a capacidade de adaptar e ressignificar as ferramentas ocidentais para fortalecer a autonomia e a articulação política indígena. Dessa forma, a educação é utilizada como um meio para contrapor o discurso dominante, transformar a violência histórica em um elemento de união e empoderamento, e reconfigurar o conhecimento ocidental como uma arma eficaz na defesa de sua identidade territorial e cultural.

Além da educação, Darcy aponta a necessidade de construção de alternativas econômicas no interior do Vale do Javari, especialmente por meio de iniciativas de turismo ecológico controladas pelos próprios povos indígenas. Em sua fala, ele propõe um modelo específico de atividade econômica, distinto das formas predatórias historicamente impostas à região: *“Turismo em área indígena, por exemplo, nós não temos. Dá para fazer essa região do Javari até São Sebastião. Tem várias aldeias. Faz um turismo. Turismo ecológico. Eu não quero turismo de pesca, não. Vamos fazer um turismo ecológico, observação de pássaro, navegação à noite para ver jacaré”.*

Essa proposta não deve ser interpretada como simples submissão à lógica clássica do desenvolvimento econômico, baseada na exploração intensiva dos recursos naturais, mas como

tentativa de redefinir o próprio sentido de desenvolvimento a partir de critérios indígenas. Ao recusar práticas como a pesca comercial e ao priorizar atividades de baixo impacto ambiental, Darcy mobiliza uma linguagem econômica para afirmar formas de autonomia territorial, controle dos fluxos externos e preservação dos modos de vida. Nesse sentido, o turismo aparece menos como inserção no mercado capitalista convencional e mais como estratégia política de gestão do território, na qual a atividade econômica é subordinada a valores culturais, ambientais e coletivos definidos internamente.

Considerando os conflitos históricos e a resistência contra interesses econômicos extrativistas, a viabilidade de tal projeto deve ser compreendida não apenas como uma fonte de renda, mas como um elemento de um debate maior sobre a soberania e o protagonismo indígena, que depende do fortalecimento da autonomia local e da gestão de seus territórios com a garantia de que não se tornará mais um vetor de exploração.

Darcy ainda destaca a necessidade de autonomia na área da saúde. Ele denuncia a dependência dos serviços públicos e a precariedade dos atendimentos oferecidos aos indígenas:

Nós temos que lutar para criar nossa própria economia, para a gente fortalecer, para a gente não está atrás da FUNAI, para a gente não está atrás da SESAI, que a SESAI compra o remédio básico. E nós temos que ter esse remédio de farmácia dentro da nossa área.

As propostas de Darcy sobre a autonomia da saúde indígena revelam uma crítica profunda ao modelo de tutela estatal. Elas apontam para a persistência de um paradigma paternalista que, historicamente, falhou em proteger as comunidades, perpetuando um ciclo de dependência. Ao exigir a gestão própria da saúde, os indígenas demonstram uma estratégia de resistência que ressignifica o conflito com o Estado em uma busca por soberania e autodeterminação.

A tecnologia também surge como um elemento essencial para garantir a proteção territorial. Darcy destaca a importância do monitoramento das terras indígenas e a necessidade de investimento na formação de jovens para lidar com novas ferramentas de fiscalização: “Por isso que a Univaja criou lá um grupo que nós mesmo podemos fiscalizar, podemos monitorar via satélite a nossa terra. Então, isso precisa de tecnologia, precisa de estudo de nossos jovens hoje”.

Ao investir na tecnologia e na formação de jovens, a comunidade afirma sua própria soberania sobre a terra, transformando-se de objeto da violência em agente ativo de sua própria proteção. Essa nova forma de resistência reforça que a demarcação é apenas o primeiro passo,

e que a luta pela permanência no território exige vigilância constante e uma mobilização política ininterrupta.

A entrevista também traz reflexões sobre o futuro da liderança indígena e a necessidade de renovação dentro do movimento. Darcy enfatiza que sua geração está envelhecendo e que é fundamental que novos líderes surjam para continuar a luta:

O teu pai está ficando velho, eu já tô velho, o Clóvis já tá velho. Precisa nascer outras lideranças para que possa avançar nessa complexidade imensa que é a educação, que é a saúde, que é o desenvolvimento sustentável dessas terras.

A percepção exportada por Darcy quanto a continuidade histórica da luta indígena sugere que o papel da nova geração vai além de consolidar conquistas. A atuação dos novos líderes deve ser a de contestar a narrativa oficial, enraizada em uma lógica extrativista, e reafirmar a memória dos povos do Vale do Javari.

Outro tema central discutido na entrevista é o Marco Temporal, uma ameaça direta aos direitos indígenas. Darcy explica de forma objetiva a lógica do projeto, que busca limitar o reconhecimento das terras indígenas àquelas que estavam ocupadas antes de determinada data: “Marco Temporal, os deputados delimitaram que a partir de cinco, de sei quantos aí, que não me lembro a data, só a terra só serve para quem morava de lá para cá. Aí de lá para trás não serve”. O alerta de Darcy, ao confrontar a tese do Marco Temporal, evoca a memória histórica de violência e usurpação, que submete os direitos originários à conveniência de um marco temporal arbitrário e legaliza a apropriação de territórios ancestrais.

Darcy também critica o posicionamento do governo em relação às negociações do Marco Temporal, mencionando a falta de representatividade indígena nas discussões recentes:

Aí nessa última reunião que foi agora, 18 de dezembro, que eu participei da mesa, onde se discutiu o governo, recebeu as pessoas que foram indicadas. Todos que foram indicadas eram todos bolsonaristas a favor da, contra, a favor do Marco Temporal, que é importante para o Brasil, os índios querendo agronegócio.

A maneira como o governo direcionou o debate, favorecendo o agronegócio e marginalizando as comunidades, constitui um desdobramento da violência estrutural e histórica que, como documentado no Capítulo 1, sempre alinhou os interesses do Estado e do capital à custa da subjugação dos povos originários.

A fala de Darcy Marubo encerra sua entrevista com uma análise crítica sobre os desafios políticos e ambientais que ameaçam os povos indígenas no Brasil, com destaque para a luta contra o Marco Temporal e a crescente influência do agronegócio em territórios indígenas. Ele traz um exemplo marcante da situação dos Yanomami, denunciando como recursos destinados

à comunidade são desviados para projetos que não correspondem às necessidades reais do povo: *“O Yanomami lá, um cara que é Yanomami mora aqui pedindo material agrícola para desenvolver máquinas pesadas para desenvolver a agricultura na área Yanomami. Enquanto que os Yanomami estão morrendo lá”*.

A crítica de Marubo evidencia a necessidade de se manter a coerência das demandas locais e resistir a essa instrumentalização. A afirmação de que lideranças se afastam das bases comunitárias revela a complexidade da luta pela terra, que é, em essência, uma disputa de narrativas. Essa dissociação, portanto, se enquadra na longa história de políticas paternalistas do Estado e de um pensamento colonial que ainda tenta instrumentalizar as pautas indígenas para fragilizar a sua autonomia.

Darcy reforça sua posição de que os povos indígenas precisam preservar sua autonomia política e não serem manipulados por interesses externos: *“Nós não podemos continuar sendo usado por nem governo A, nem governo B. Nós temos que ter a nossa autonomia de visão”*.

A demanda por autonomia política, conforme expressa por Darcy Comapa, não se restringe à recusa de alianças partidárias, mas se insere em um movimento mais amplo de contraposição à instrumentalização de corpos e territórios. O Capítulo 1, ao rememorar as invasões do passado, revela que a luta indígena sempre foi um contraponto direto a um projeto colonial que buscava esvaziar de sentido a existência dos povos originários para justificar a exploração econômica.

A preocupação com questões ambientais também é central em sua fala. Ele destaca como alertas sobre desmatamento e aquecimento global foram ignorados por décadas, resultando em crises ambientais graves: *“Sempre a gente falou, sempre a gente falou que vai dar problemas, questão de aquecimento global vai dar problema, a questão do desmatamento vai dar problema, tantos problemas”*.

A persistente inércia frente aos alertas sobre desmatamento reflete as violências e massacres do período extrativista. Tal cenário evidencia a continuidade histórica de uma lógica que enxerga o território não como berço da vida, mas como espaço de exploração, como se percebe nas violências contra os povos do Vale do Javari.

Darcy também critica a forma como o agronegócio tem se expandido sobre territórios indígenas, alertando sobre os riscos da adoção de um modelo de exploração intensiva da terra: *“A Globo ainda coloca agronegócio, agro é bom, agro é pop, não sei o que mais, aí parentes estão indo para esse rumo, querendo colocar tratores, maquinários”*. Ele argumenta que essa estratégia não é viável no contexto do Vale do Javari, pois exigiria um alto grau de

desmatamento e modificaria drasticamente a paisagem natural: *“Para a gente fazer isso tem que desmatar muito”*.

Em face da crítica de Darcy sobre a invasão de territórios por um modelo desenvolvimentista, torna-se visível que a expansão do agronegócio no Vale do Javari constitui uma ameaça que reaviva a memória de massacres e invasões passadas, atualizando a violência de ciclos econômicos predatórios.

Essa proposta de exploração intensiva da terra desconsidera que a luta pela posse territorial é, desde o início da política indigenista, um embate com a lógica estatal e militarizada. Nesse contexto, as lideranças Marubo têm demonstrado, historicamente, a habilidade de se adaptar para combater essas ameaças, utilizando inclusive a escrita ocidental para expor as contradições do discurso hegemônico.

A luta contra o Marco Temporal continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pelos povos indígenas. Darcy menciona sua participação ativa no debate nacional sobre o tema e alerta para as graves consequências caso essa tese seja aprovada: *“Se passar esse Marco Temporal, se valer, alguém vai questionar o Vale do Javari, que é muita terra, está saindo os índios, é uma carta branca para eles, desfazer as terras que já foram demarcadas”*.

No contexto das disputas territoriais, a tese do Marco Temporal reforça um sistema jurídico que ignora a historicidade da ocupação indígena e a resistência contínua dos povos. A aprovação desta medida além de conceder um acesso para o desmantelamento de terras já consolidadas, como a do Vale do Javari, representaria um retrocesso aos avanços democráticos e constitucionais.

Por fim, Darcy se coloca à disposição para continuar contribuindo com a luta indígena, oferecendo acesso a informações sobre a situação das terras indígenas no Amazonas:

Iara, tu que faz parte da história, eu vim aqui na FUNAI Brasília conseguir todas as terras indígenas do estado do Amazonas, se tu precisar, como que elas estão, terra indígena, está homologada, registrada, está declarado.

A disposição de Darcy em usar os instrumentos do próprio Estado para fortalecer a luta indígena representa uma tática de contra-hegemonia, na qual os povos originários se apropriam das ferramentas do opressor para denunciar a violência fundiária. Esse ato reitera o protagonismo indígena ao utilizar o conhecimento técnico sobre a situação fundiária para contrapor a lógica que historicamente tratou a Amazônia como um vazio demográfico a ser explorado.

3.3 Entrevista com Jorge Marubo

O entrevistado, Jorge Oliveira Duarte Marubo, é liderança indígena do povo Marubo, com atuação vinculada às mobilizações políticas e institucionais no Vale do Javari. Participou da organização do movimento indígena regional por meio do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), tendo exercido funções de representação e coordenação ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. A partir de 2006, passou a atuar no campo da política de saúde indígena, integrando instâncias de controle social e gestão, como o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), o Fórum dos Presidentes de CONDISI e o Conselho Nacional de Saúde, assumindo posteriormente a chefia do Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari (DSEI-Vale do Javari). Sua trajetória expressa a articulação entre protagonismo indígena e ocupação de espaços institucionais na defesa de direitos coletivos

A entrevista com Jorge Marubo traz uma nova perspectiva sobre a luta indígena no Vale do Javari, que explora a sua experiência tanto no movimento quanto na gestão administrativa voltada para os povos indígenas. A conversa iniciada com o agradecimento à sua participação e no reforço ao propósito acadêmico da pesquisa. Jorge aceitou prontamente o convite e, em seguida, começou a relatar sua trajetória, desde a infância até sua atuação como liderança indígena.

Jorge Marubo inicia a sua fala destacando sua origem e as circunstâncias que o levaram a se aproximar do movimento indígena. Ele menciona seu pai, Sebastião Marubo, e lembra da infância na aldeia, localizada na cabeceira do rio Curuçá. No entanto, sua trajetória tomou um rumo diferente quando, ainda jovem, foi levado à cidade para estudar: *“Eu cresci lá, quando eu tinha meus 13 anos, eu saí da aldeia, eu fui trazido pelos pescadores para estudar na cidade”*. A inserção de Jorge no contexto urbano, ainda na juventude, simboliza a complexa adaptação dos povos indígenas ao “mundo dos brancos”. Tal percurso evidencia o protagonismo indígena em usar sistemas alheios, como a educação, para fortalecer a resistência e a defesa do território indígena.

Seu envolvimento com o movimento indígena começou de maneira inesperada. Mesmo morando na cidade para estudar, ele foi escolhido para integrar a coordenação do CIVAJA, entidade que posteriormente se tornaria a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA. O momento decisivo ocorreu durante a primeira Assembleia Indígena do Vale do Javari, realizada na aldeia Liberdade, em 1995: *“Mesmo eu estudando aqui na cidade, teve a primeira Assembleia Indígena do Vale de Javari que aconteceu na aldeia Liberdade, aí foram*

eleitos a coordenação da CIVAJA”⁴. Sua ascensão inesperada à liderança, ocorrida enquanto estudante, evidencia a capacidade de adaptação e inovação dos povos do Javari, que se organizam para além das barreiras geográficas e culturais.

Sem experiência prévia, Jorge foi nomeado tesoureiro do CIVAJA e precisou lidar com desafios administrativos e políticos desde cedo: *“Eu tive que enfrentar, mesmo sem minha experiência. Eu saí cedo da aldeia, não tinha engajado ainda no movimento indígena, não tinha experiência, mas aqui o povo me escolheu”*. O peso da responsabilidade que ele assumiu e o seu comprometimento com a causa demonstram que a luta indígena não se restringe à terra, mas à preservação de sua própria existência cultural. Essa fase inicial de sua atuação ocorreu entre 1995 e 2002, período em que participou de encontros, seminários e conferências, ampliando sua compreensão sobre os direitos dos povos indígenas e a mobilização política necessária para garanti-los.

A evolução de Jorge dentro do movimento foi progressiva e consolidada por sua dedicação. Entre 2003 e 2005, assumiu a coordenação da CIVAJA, uma das maiores organizações indígenas da região. Ele enfatiza o papel da entidade na defesa do território: *“A gente fez a frente e conquistamos muitas coisas”*. Jorge reforça que a articulação política da CIVAJA é um contraponto direto ao discurso que tenta marginalizar as lideranças indígenas e deslegitimar a luta pela demarcação. A conquista de direitos fundamentais, portanto, não é apenas um feito administrativo, mas um resultado da capacidade de resistência contra as narrativas que tentam justificar a violência e o atraso na proteção territorial.

Além da militância territorial, Jorge ampliou sua atuação para a área da saúde indígena. Entre 2006 e 2015, ocupou o cargo de presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena. A partir de 2015, assumiu um posto ainda mais estratégico, tornando-se coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Vale do Javari. Esse papel demandou dele uma adaptação às exigências administrativas, algo que ele aprendeu na prática: *“Eu tive que aprender na marra as técnicas administrativas, a gestão administrativa como um todo”*. O depoimento de Jorge expõe como a luta indígena se expande para novos campos, que não apenas se adapta às adversidade, mas também demonstra a capacidade de o movimento indígena operar dentro das estruturas do Estado para fortalecer a defesa de seus direitos.

⁴ Entrevista concedida por Jorge Oliveira Duarte Marubo à autora, realizada via Videoconferência, em 25 de janeiro de 2025, com gravação em vídeo, mediante consentimento do entrevistado.

Jorge Marubo dá continuidade à sua trajetória enfatizando sua longa experiência na gestão da saúde indígena. Ele relembra como seu envolvimento com o setor começou de forma prática e intuitiva, aprendendo a administrar políticas de saúde mesmo sem uma formação técnica específica: *“Eu já acompanhava a gestão da saúde indígena há muito tempo, então, com o tempo, o cara vai aprendendo, mesmo não tendo formação técnica, mas eu fui aprendendo”*.

O depoimento de Jorge Marubo, ao destacar sua trajetória de aprendizado autodidata, ilustra a forma como as lideranças do Vale do Javari ressignificam as estruturas e instituições do "mundo dos brancos" para fortalecer a luta de suas comunidades. Sua liderança representa um ato de autonomia que subverte o paradigma de que os povos indígenas não seriam capazes de gerir seus próprios assuntos ou de desenvolver habilidades para suprir as omissões do Estado na garantia de serviços essenciais, como a saúde dos povos do Vale do Javari.

Sua atuação no DSEI do Vale do Javari foi um marco em sua trajetória, tendo permanecido na gestão por seis anos e nove meses. Durante esse período, Jorge não apenas administrou as demandas locais da saúde indígena, mas também expandiu sua atuação para esferas políticas mais amplas. Ele ocupou a presidência do Fórum dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, órgão que desempenha um papel essencial na implementação das políticas públicas de saúde indígena em todo o Brasil. Esse cargo permitiu que ele atuasse diretamente com a SESAI, em Brasília, reforçando a importância da articulação nacional para garantir a efetividade das políticas voltadas aos povos indígenas.

Além disso, Jorge exerceu o papel de conselheiro nacional de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, representando os povos indígenas no segmento usuário. Sua presença nesse espaço foi estratégica, pois possibilitou que ele defendesse as demandas indígenas dentro do sistema público de saúde, buscando melhorias e o fortalecimento das políticas sanitárias voltadas às comunidades tradicionais: *“Nesse mesmo período, eu fui conselheiro nacional de saúde do SUS, representando o segmento usuário dos povos indígenas do Brasil”*. A atuação de Jorge em esferas de poder como o DSEI e o SUS não se restringe a uma simples habilidade de articulação, mas representa um desdobramento da longa história de resistência indígena. Essa mobilização, que vai além das fronteiras do território, evidencia que a autonomia indígena se manifesta não apenas na proteção territorial, mas na ocupação e transformação das estruturas de poder do Estado.

Atualmente, Jorge atua como presidente da Associação do Médio Rio Curuçá, entidade que representa sua base de origem. Ele explica que essa decisão foi tomada por consenso entre

os membros da comunidade: *“Quando eu saí do distrito, eu fui escolhido por comum acordo, por unanimidade, para eu ficar na presidência da associação da nossa base”*. A eleição de Jorge para a presidência da associação evidencia que a verdadeira autonomia política não depende apenas de um título burocrático, mas da validação e do reconhecimento da própria comunidade, que o envia como um representante legítimo de sua resistência e de sua luta contínua.

Um dos projetos mais importantes que ele está desenvolvendo no momento é o monitoramento territorial, em parceria com o Programa Floresta+ Amazônia, iniciativa das Nações Unidas voltada à preservação ambiental. Esse trabalho é realizado em conjunto com o CTI e tem como objetivo fortalecer a vigilância territorial das terras indígenas do Médio Rio Curuçá. Jorge ainda ressalta a importância desse projeto para a proteção do território e a autonomia dos povos indígenas na gestão ambiental: *“Agora a gente está com o projeto de monitoramento territorial, com o programa Floresta Mais Amazônia, desenvolvimento para as Nações Unidas, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista”*.

Seu relato demonstra que, mesmo após anos atuando na luta pela saúde indígena, sua preocupação central continua sendo a defesa do território e o fortalecimento das bases comunitárias. Ele encerra essa parte da entrevista ressaltando seu compromisso com esses projetos e a necessidade de manter iniciativas que garantam a sustentabilidade das terras indígenas: *“Então, atualmente, eu estou atuando nisso. Gerenciando esses pequenos projetos que estão funcionando no monitoramento e vigilância territorial da nossa região, da nossa sub-região”*.

A fala de Jorge ressoa com o entendimento, já exposto nos capítulos anteriores, de que a violência e os conflitos são produtos de uma omissão estrutural do Estado. Ao direcionar seus esforços para o monitoramento territorial, ele demonstra que a proteção da saúde e da cultura são indissociáveis da luta contra a invasão e reforça a visão de que a floresta é um território de vida e não de exploração econômica.

Sua experiência demonstra a complexidade da atuação indígena em diferentes frentes, seja no campo da saúde, da organização política ou da gestão ambiental, e é através disso que se evidencia como os indígenas vêm ocupando espaços estratégicos para garantir que suas necessidades sejam atendidas e que seus territórios sejam protegidos contra ameaças externas. Ao longo da entrevista, fica claro que a sua liderança não apenas se consolidou ao longo dos anos, mas também continua evoluindo, sempre pautada no compromisso com o bem-estar das comunidades do Vale do Javari.

Jorge Marubo também faz um importante resgate histórico sobre o processo de demarcação do Vale do Javari, reforçando sua importância como a segunda maior terra indígena do Brasil, com aproximadamente 8,5 milhões de hectares. Além de sua extensão territorial, ele destaca um aspecto crucial que diferencia essa terra indígena de outras no mundo: *“onde também vive o maior número de índios isolados do planeta, do mundo”*. O destaque do Vale do Javari como refúgio para povos isolados não é apenas uma constatação demográfica, mas um fato que reforça o complexo desafio de conciliar a autonomia indígena com a tutela colonial do Estado brasileiro.

A preocupação com a conservação da floresta é evidente em sua fala. Jorge reforça que, apesar das ameaças crescentes, como desmatamento, mudanças climáticas e queimadas, o Vale do Javari ainda se mantém preservado: *“Graças a Deus que até hoje, com todo o desmatamento, mudanças climáticas, aquecimento global, queimados que estão acontecendo, graças a Deus o Vale do Javari continua intacto, salvando o mundo inteiro”*. Com essa fala, Jorge enfatiza que essa preservação, que beneficia toda a humanidade, é um ato de resistência contra a inércia e omissão do Estado. Mais que isso, ao afirmar que o território permanece intacto, Jorge Marubo não celebra apenas um fato demográfico, mas denuncia, de forma implícita, a contradição do Estado que falha em fiscalizar e proteger as terras, deixando que a responsabilidade da conservação recaia sobre os povos indígenas, que pagam com suas vidas para defender o que é, na prática, um patrimônio global.

O processo de demarcação do Vale do Javari, segundo Jorge, foi oficialmente concluído entre 2001 e 2002, quando o território foi registrado e homologado no sistema de imóveis da União. No entanto, ele deixa claro que essa conquista não ocorreu de maneira simples ou rápida, mas foi resultado de uma luta incansável dos povos indígenas. Jorge faz questão de mencionar os pioneiros desse movimento, destacando o papel fundamental de Darcy Marubo e Clóvis Marubo, que foram responsáveis por articular a primeira grande mobilização indígena em defesa do território: *“Eles perceberam, aprenderam que nós tínhamos que se unir, se organizar e defender nossos direitos, principalmente pela demarcação”*.

Ao mobilizarem as comunidades, esses líderes não apenas formalizaram uma demanda, mas também contra-argumentaram o discurso que retratava os indígenas como entraves ao desenvolvimento. O trabalho de conscientização nas aldeias representa o reconhecimento de que a luta pela terra é, sobretudo, um processo político interno, fortalecido pela união interétnica e pelo conhecimento da própria realidade.

A união entre os povos indígenas foi um passo essencial para fortalecer a luta pela demarcação. Inicialmente, o movimento envolvia os Marubo, Mayoruna, Matis e Kanamari, e, posteriormente, com o reconhecimento de novos grupos, os Korubo e os Jundiapá também passaram a integrar esse processo. Jorge enfatiza que reunir essas diferentes etnias em prol de um objetivo comum foi um grande desafio, mas que essa articulação foi essencial para pressionar o governo e garantir que o território fosse reconhecido como terra indígena.

O caminho para a demarcação não foi fácil, pois houve forte resistência por parte de grupos econômicos que se beneficiavam da exploração predatória da floresta. Ele recorda que a principal atividade econômica da região do Alto Solimões, abrangendo os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, era a extração de madeira de lei:

Durante esse processo de nossa luta, nós enfrentamos muitas... Muita gente contrária à demarcação da terra indígena do Vale do Javari, porque na época, quando nós começamos a lutar pelo nosso território, aqui na região do Alto Solimões, a maior economia, a principal economia da região era a extração de madeira.

Ao vocalizar que a luta pela terra era contrária aos interesses regionais, esses grupos reforçavam a narrativa de que a demarcação seria um obstáculo ao progresso. A apropriação dos interesses econômicos como justificativa para o avanço sobre o território indígena é um reflexo da colonialidade que se mantém até os dias de hoje, perpetuando o ciclo de violência e opressão contra os direitos dos povos indígenas.

Jorge Marubo reforça que a luta pela demarcação do Vale do Javari não foi apenas um embate legal, mas também um enfrentamento político e social contra forças que tentavam impedir esse avanço. Seu relato mostra como a organização indígena foi determinante para a conquista da terra, enfrentando ameaças e resistências externas. A partir dessa parte da entrevista, fica claro que a demarcação do Vale do Javari pode ser analisada como um caso clássico de conflito territorial, onde a disputa pela terra envolve diferentes atores (Estado, povos indígenas, grileiros, madeireiros etc.) com interesses e lógicas de poder antagônicas. O relato de Marubo sublinha as múltiplas dimensões desse processo, em que a conquista territorial está diretamente ligada na manutenção de suas tradições, línguas e modos de vida, além de ser um ato de resistência contra a assimilação e a invisibilidade.

Jorge Marubo aprofunda seu relato sobre os desafios enfrentados no processo de demarcação do Vale do Javari, evidenciando os inúmeros conflitos com madeireiros, seringueiros, traficantes e políticos locais, que tentaram impedir o reconhecimento do território indígena. A exploração ilegal de recursos naturais dentro da terra indígena era uma das principais ameaças, especialmente porque as madeiras de lei, como mogno e cedro, já haviam

sido devastadas fora do território: *“As madeiras de lei, como mogno e cedro, só tinham dentro do nosso território, porque fora do território já não tem mais. E aí os madeireiros entravam para tirar, roubavam nossas madeiras”*. Para além de confronto direto com poderosos interesses econômicos, o depoimento de Jorge Marubo salienta a natureza intrínseca da violência na política indigenista brasileira. A presença de madeireiros e traficantes enfatizadas em seu discurso, ainda encontra respaldo na retórica de políticos que, como o ex-governador Gilberto Mestrinho, ameaçaram utilizar a força para impedir a demarcação.

Além da extração ilegal de madeira, a presença de madeireiros trouxe consigo outros impactos negativos, como a introdução de bebidas alcoólicas e doenças sexualmente transmissíveis nas aldeias: *“Chegavam lá, levavam bebidas alcoólicas, faziam festa, ficavam com as meninas, levando doenças sexualmente transmissíveis, tudo isso”*. A prática recorrente de assédio às mulheres indígenas, ligada à introdução de vícios e doenças, aprofunda a crítica sobre a ineficácia da política indigenista brasileira. O assédio, como efeito colateral da exploração de recursos e do tráfico, reforça as narrativas racistas que desumanizam os povos indígenas e os tornam alvos da mesma lógica de extermínio utilizada para justificar a exploração da Amazônia.

A luta contra essas invasões foi árdua e ocorreu em diversos pontos do território, atingindo os rios Curuçá, Javari, Itacoai e Ituí, onde seringueiros e madeireiros estabeleceram ocupações conhecidas como “colocações” – pontos de exploração onde a madeira era extraída de forma intensiva. Jorge ressalta a coragem necessária para enfrentar essas forças e impedir que o território fosse tomado: *“Isso foi travado com muita coragem na nossa luta”*. Tal enfrentamento, marcado por ameaças de morte, revela a dimensão mais brutal de um processo histórico contínuo de violência. A coragem das lideranças indígenas em enfrentar as ameaças físicas e os interesses econômicos é uma prova de que as lideranças precisam combater as ameaças físicas ao mesmo tempo que desconstróem os discursos que justificam a exploração e a violência.

Outro fator de grande preocupação era a presença de traficantes de drogas dentro do território indígena. Durante o processo de demarcação, a Polícia Federal identificou e desativou nove pistas clandestinas de pouso, utilizadas para o tráfico de drogas. Jorge explica como a presença dessas atividades ilegais colocou em risco a segurança das comunidades indígenas: *“Além desses seringueiros e dos madeireiros que eu falei, também existia aqui dentro do nosso território a presença dos traficantes de droga. E durante a demarcação, isso foi desfeito”*.

Tal remoção, na verdade, ressalta a falência de um modelo de política indigenista que, historicamente, cede espaço a interesses econômicos ilegais, como o tráfico de drogas. O êxito da demarcação dependeu, nesse caso, de uma intervenção direta que deveria ser parte de uma política contínua e não de um ato isolado. Não há como negar que a retirada desses grupos foi um passo essencial, assim como não há como deixar de expor que a tutela do Estado, ainda presente, só é exercida em momentos de crise, fato que legitima o constante estado de conflito no território.

O movimento indígena também enfrentou forte resistência por parte de políticos locais, que organizaram mobilizações contra a demarcação. Jorge relembra um episódio em que políticos de Tabatinga e Atalaia do Norte tentaram invadir a Frente de Proteção Etnoambiental do Ituí: *“Os políticos locais, o prefeito de Tabatinga, vereadores de Atalaia, todos juntaram para invadir, que hoje ainda continua a Frente de Proteção Etnoambiental do Ituí”*.

O ato de invadir a Frente de Proteção Etnoambiental não apenas revelou as tensões políticas e econômicas geradas pela demarcação, mas também explicitou a continuidade da lógica colonial discutida anteriormente. Não fosse o suficiente, o episódio narrado por Jorge não se restringe à disputa fundiária, mas também representa uma barreira à visão de mundo desses atores políticos, que enxerga a Amazônia apenas como uma plataforma de exploração econômica.

A tentativa de impedir a demarcação não se limitou ao território indígena. Na cidade, madeireiros, seringueiros, pescadores e traficantes organizaram ataques contra prédios públicos, ameaçando queimar a sede da FUNAI: *“Na época também, os madeireiros e os políticos locais, seringueiros, pescadores, traficantes, eles também tentaram queimar, selvagem, na época, a FUNAI”*. O cenário de violência obrigou a intervenção de forças federais, como a Polícia Federal e o Exército, para conter os ataques e garantir a continuidade do processo de demarcação. Esses ataques organizados por setores econômicos contra a sede da FUNAI refletem uma tentativa de validar o discurso de que os povos indígenas e as instituições de proteção são obstáculos a serem combatidos.

Apesar dos desafios, a luta dos povos indígenas foi reconhecida e obteve apoio de instituições indigenistas governamentais e não governamentais. Jorge menciona o suporte de órgãos como FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e o CIMI, que desempenharam um papel fundamental na defesa dos direitos indígenas e na repercussão do caso em nível internacional. Um dos episódios que impulsionou essa mobilização foi a atuação da Petrobras dentro do território indígena, realizando pesquisas para extração de petróleo. Jorge relata um dos

momentos mais chocantes dessa intervenção: *“Passaram Petrobras dentro do nosso território, fazendo pesquisa de petróleo, quando eles jogaram dinamite, detonaram dinamite nas aldeias dos indígenas isolados”*.

A intervenção da Petrobras no território indígena é um exemplo de como a lógica de tutela se manifesta no plano econômico, onde a vida dos povos originários é subordinada aos interesses de exploração. O evento, mais do que um incidente isolado, demonstrou que a disputa territorial não se limitava a discursos políticos, mas se manifestava por meio de atos de agressão contra a vida e o território.

A campanha internacional promovida pelo CIMI foi importante para sensibilizar autoridades e garantir que a terra indígena fosse reconhecida oficialmente. Jorge enfatiza que o processo de demarcação só foi concluído graças à parceria entre o governo brasileiro e o governo alemão, por meio do Programa de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Graças a essa cooperação, os recursos necessários para a demarcação física foram obtidos, garantindo que os limites da terra fossem delimitados de forma clara: *“Aconteceu a demarcação na época porque, na época, o governo alemão fez a parceria com o governo brasileiro através de um programa chamado PPTAL”*. Conforme os conflitos interétnicos detalhados, o apoio do KfW agiu como um substituto para a responsabilidade estatal, fornecendo munição discursiva para os adversários que, ao associarem a causa a uma suposta agenda internacional, reforçavam a lógica colonial de controle.

A participação indígena foi um elemento central na execução da demarcação física. Jorge destaca que os próprios indígenas foram responsáveis por abrir picadas, limpar caminhos e colocar marcos nos limites do território: *“A demarcação física mesmo, picada de caminhos, limpar caminhos, colocar marcos, tudo isso foi feito com o apoio dos indígenas e com o apoio dessas instituições e com o apoio financeiro do governo alemão em parceria com o governo brasileiro”*.

Perceba que ao reforçar a autodeterminação indígena, o modelo de demarcação se depara com o paradoxo da dependência externa: a necessidade de financiamento internacional para suprir a omissão estatal revela a fragilidade do processo, que, mesmo com a participação direta dos indígenas na execução física, permaneceu vulnerável a narrativas externas que buscavam minar a legitimidade do movimento.

A fala de Jorge Marubo revela não apenas os desafios enfrentados na demarcação do Vale do Javari, mas também a importância da resistência indígena diante de forças econômicas e políticas contrárias aos seus direitos. O processo foi marcado por conflitos, ameaças e

violência, mas, graças à organização do movimento indígena e ao apoio de instituições nacionais e internacionais, a demarcação foi concretizada. Seu relato demonstra que a luta pela terra não foi apenas um embate jurídico, mas uma batalha pela sobrevivência dos povos indígenas e pela preservação da floresta amazônica.

Jorge Marubo ainda aprofunda sua análise sobre o processo de demarcação do Vale do Javari, esclarecendo como foi possível sua realização e os desafios que ainda ameaçam os povos indígenas. Ele diferencia as etapas do processo, explicando que, embora o relatório antropológico tenha sido conduzido pela FUNAI e pelo governo brasileiro, a demarcação física do território só foi possível graças ao apoio financeiro do governo alemão *“Agora, durante a demarcação física, nós tivemos apoio do governo alemão através desse programa chamado PPTAL”*. O esclarecimento de Jorge Marubo demonstra que a conquista da demarcação física só foi viável devido a uma intervenção externa. Tal dependência, portanto, não é um mero detalhe logístico, mas uma evidência contundente da omissão estatal e da persistência de um pensamento colonial, que historicamente negligencia o direito territorial indígena.

Ao ser questionado sobre sua avaliação do processo de demarcação, Jorge reconhece que a luta foi dura e cheia de desafios, mas reforça que ainda há grandes ameaças ao território indígena, principalmente no atual cenário político, que ele caracteriza como anti-indígena: *“Mas hoje nós temos um desafio muito grande diante de um cenário político atual anti-indígena, que é o Congresso Nacional hoje”*. Segundo ele, a maior parte dos parlamentares está comprometida com grandes mineradoras, multinacionais, agronegócio e criadores de soja, interesses que se opõem aos direitos territoriais dos povos indígenas.

Jorge destaca que esse tipo de enfrentamento não é recente, visto que, ao longo de muitos anos, vários segmentos da sociedade têm buscado impedir ou modificar demarcações. Ele cita o exemplo da Raposa Serra do Sol, cuja demarcação provocou uma gerou forte resistência, já que implicava na retirada de agricultores e pecuaristas. O conflito resultou na criação de um instrumento jurídico que viabilizou a revisão da demarcação de terras indígenas. Tal precedente foi, então, um dos principais fundamentos para a justificação da Lei do Marco Temporal, que coloca em risco a reversão de territórios já demarcados, como o Vale do Javari: *“E isso foi indo, foi indo, chegou como um exemplo e alguns políticos, muitos políticos contrários à indígena criaram a Lei de Marco Temporal, já ampliando esse condicionante da demarcação da Raposa Serra do Sol”*.

O que é mais alarmante é como esse conflito, que deveria ter sido uma exceção, se tornou um instrumento que agora ameaça à integridade de todas as demarcações. A Lei do

Marco Temporal não surgiu do nada; ela é o resultado direto de um esforço político e econômico para deslegitimar a luta pelo território. O Vale do Javari é a materialização desse perigo, mostrando que a luta não é apenas por terras a serem demarcadas, mas por aquelas que já deveriam estar seguras.

Jorge ainda reforça que o Marco Temporal é uma ameaça real e crescente, visto que sua aprovação pelo Congresso Nacional no ano anterior, apesar do veto presidencial, demonstrou a força de sua tramitação. A derrubada do veto, que a tornou lei, abriu caminho para a possibilidade de que os territórios indígenas já demarcados fossem revistos, reduzidos ou cancelados, o que veio a beneficiar economicamente os grupos interessados na expansão de atividades extrativistas ou agrícolas sobre o território indígenas: *“Essa lei, hoje, atualmente, está vigente, porque ano passado foi votado, aprovado pelo Congresso Nacional”*.

Além disso, Jorge denuncia uma nova estratégia sendo articulada dentro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Gilmar Mendes, que busca transformar a questão fundiária indígena em um problema de negociação financeira:

O ministro Marcos Gilmar Mendes, ele criou uma mesa de conciliação dentro do Congresso Nacional. O que é uma mesa de conciliação? Não, nós não vamos brigar, vamos dialogar entre parentes, mas dialogar não é para chegar ao entendimento e dizer que os indígenas têm direito, não.

Para Jorge, esse modelo de "conciliação" não é um meio de garantir direitos, mas sim uma forma de comprar terras indígenas e expulsar seus ocupantes legítimos. Ele também alerta para o fato de que esse modelo já está sendo implementado, citando um exemplo no Mato Grosso do Sul, onde R\$ 146 milhões foram pagos a fazendeiros para retirarem indígenas de suas terras: *“Foi premiado o Mato do Assassino do Índio, de lá, foi premiado com R\$146 milhões, que vai ser pago pelo governo brasileiro com dinheiro público, para eles saírem da terra”*.

Ao invés de garantir direitos, o modelo financeiro de "conciliação" reflete o discurso hostil que tentava deslegitimar a luta indígena, conforme visto nas ameaças de líderes políticos. Essa prática inverte a ordem jurídica, colocando a recompensa pecuniária aos invasores à frente do direito constitucional dos povos indígenas sobre a terra, o que fragiliza a autonomia conquistada e abre margem para novas invasões.

Apesar de o Vale do Javari estar homologado e registrado na União, ele reforça que as ameaças não cessaram. A possibilidade de questionamento da demarcação coloca em risco as comunidades indígenas isoladas, que não possuem meios para se defender juridicamente:

O desafio não acabou, apesar de o território do Vale do Javari já estar demarcado, homologado, registrado no Cartório Imóvel da União, mas tem esse risco, esse

desafio, que não nos deixa em paz, a gente se preocupa, porque temos parentes isolados que não sabem se defender.

A fala de Jorge destaca a contradição entre o avanço da luta indígena e o retrocesso promovido por forças políticas e econômicas que desejam explorar os últimos recursos naturais preservados dentro das terras indígenas. Ele menciona que a floresta fora das terras indígenas já foi amplamente devastada, e por isso o interesse agora recai sobre os territórios protegidos: *“Hoje, alguns recursos da natureza que restam, só têm nos territórios indígenas. Então, eles estão de olho nessas riquezas da natureza para beneficiar meia dúzia dos ricos no Brasil”*.

A permanência do interesse econômico sobre as áreas demarcadas reitera a lógica predatória que historicamente motivou o avanço sobre o território e os conflitos interétnicos. Desse modo, a luta indígena não se restringe à sua sobrevivência cultural e territorial, mas se reafirma como a vanguarda na proteção ambiental, que desafia a premissa colonial de que a exploração econômica é a única via para o desenvolvimento.

Para Jorge, a luta pela autonomia indígena e pela proteção dos territórios continua e é mais urgente do que nunca. Ele finaliza alertando que a batalha contra os interesses capitalistas e políticos ainda está em curso, e que o Vale do Javari, mesmo demarcado, não está totalmente seguro. Seu relato revela que a defesa das terras indígenas no Brasil não é um processo concluído, mas sim uma resistência constante contra forças externas que buscam explorar os últimos territórios preservados.

As falas de Darcy e Jorge Marubo se aprofundam em uma crítica sobre como a luta de sua geração precisa se transformar para continuar. Eles representam a força da memória coletiva, que não apenas resgata a história, mas também orienta nossas ações políticas e reafirma nossa identidade diante dos desafios impostos. Enquanto o relato de Darcy revela uma história de persistência notável - a criação do CIVAJA, a superação de conflitos interétnicos, as viagens a Brasília para pressionar o governo e a articulação de apoio internacional - a entrevista com Jorge Marubo transcende os registros oficiais e burocráticos do Estado ao oferecer um relato vivo e complexo da luta pelo território. Sua trajetória, que vai da infância na aldeia até a atuação em cargos estratégicos como o da gestão de saúde indígena e a presidência da UNIVAJA, transforma a história da demarcação em uma epopeia de resistência contínua e que reafirma o protagonismo indígena na proteção territorial e na preservação de um legado que beneficia não apenas os povos do Javari, mas toda a humanidade.

As vozes de Darcy e Jorge expressam o desejo de que a nova geração, formada no ensino superior, assuma um novo protagonismo. Para eles, a batalha não é mais apenas contra o invasor, mas também contra as estruturas de poder que se manifestam através do direito, da

política e da academia. É aqui que esta autora reconhece que o direito, muitas vezes atua sob uma lógica colonial e assimilacionista. Para descolonizar essa lógica, é preciso dominar seus instrumentos e compreender as falhas e as contradições do sistema a partir de dentro. É essa nova fase da luta que emerge um paradoxo fundamental na reflexão desta autora: a relação entre a memória ancestral e a produção acadêmica. A geração de Darcy e Jorge lutou para que o território fosse reconhecido e protegido; a nova geração, representada por esta autora, assume agora a missão de lutar para que a memória, a cultura e a autodeterminação sejam também compreendidas e respeitadas.

A crítica que reside aqui é, assim, uma ponte entre o passado e o futuro: a de honrar a resistência que garantiu a existência do povo Marubo e, ao mesmo tempo, que tem o poder de capacitar a próxima geração com as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir que suas vozes continuem a ser ouvidas e valorizadas, tanto na aldeia quanto nas instâncias de poder.

CONCLUSÃO

A longa história de demarcação, descrita em documentos é a visão do mundo dos não-indígenas, que remete a reuniões de trabalho em 1980 e de propostas com diferentes tamanhos de área e perímetro, como se a terra fosse apenas uma medida. A Portaria nº 1.791/E, de 1984, que sugeriu uma interdição de 8.338.000 hectares, e o Decreto nº 22, de 1991, que criou uma Comissão de Análise, ignoraram a voz e a anuência das nossas comunidades.

O estudo não só apontou para a atuação de organizações como a UNI e a COIAB, como também personificou essa luta nas figuras de Jorge e Darcy Marubo, usando a história oral para documentar suas estratégias de resistência. Mostrou também que a demarcação foi um processo de enfrentamento direto, onde as lideranças indígenas tiveram que se articular com a FUNAI e com movimentos internacionais para pressionar o Estado a cumprir sua obrigação constitucional, reforçando que o apoio de aliados externos foi uma estratégia fundamental para o sucesso da demarcação.

O capítulo “Contexto histórico, territorial e político do Vale do Javari” abordou que a luta pela demarcação da Terra Indígena não foi uma concessão do Estado, mas sim um processo político autônomo e de longa data, impulsionado pela própria agência dos povos originários. A narrativa da época subverteu a visão oficial e expôs instituições estatais, como a FUNAI, que muitas vezes atuou de forma contraditória, fragilizando a autonomia indígena ao invés de protegê-la. Nesse primeiro momento, também foi revelado que o processo de demarcação tornou moroso diante de uma burocracia excludente, que perpetuou a lógica colonial de tutela, adiando o acesso à terra de quem era de direito. Nesse sentido, a conquista da terra foi resultado da resiliência e articulação política dos povos indígenas, que souberam buscar alianças e utilizar as ferramentas do próprio sistema jurídico para contestar a omissão e garantir a efetivação de seus direitos.

Em um segundo momento, observou-se que a luta pela demarcação do Vale do Javari é vista como uma articulação política, marcada por mobilizações autônomas, como CIVAJA. Lideranças como Darcy Duarte Comapa adaptaram-se para dialogar com o “mundo dos brancos”, usando documentos ocidentais para um propósito político, como a denúncia da violência para sensibilizar aliados externos e legitimar suas reivindicações. A violência direta, como as mortes de Raimundo Sobral foi, assim, o resultado de um processo histórico de disputa territorial e omissão do Estado.

Diante desse contexto, concluiu-se que a luta pela demarcação do Vale do Javari não se resume a um processo administrativo, mas é uma batalha pela reparação histórica e pela preservação da existência cultural indígena, um campo de disputa onde o direito à terra é o resultado de um processo contínuo de resistência, memória e autodeterminação. Indo além, que a memória histórica dos massacres e invasões serve como um instrumento político e elemento central de resistência, que existe para mostrar que a violência não é um evento passado, mas um processo contínuo que se reinventa para justificar a destruição e o extermínio. É, portanto, na disputa de narrativas que a nossa luta pela terra se manifesta, pois enquanto o Estado tenta impor sua memória oficial centrada em um processo administrativo, nós, povos do Vale do Javari, fortalecemos uma memória subterrânea, que surge a partir dos relatos de nossas lideranças.

Por fim, no último capítulo “Vozes do Javari”, constatou-se que a violência secular do contato com a sociedade não-indígena impõe o registro da memória como um ato de resistência. A luta, segundo as lideranças Darcy e Jorge Marubo, evoluiu de uma resistência no território físico para uma batalha nos campos jurídico, político e acadêmico. O financiamento externo, a demora na demarcação e a criminalização da luta, por exemplo, foram analisados não como meros entraves, mas como mecanismos de controle que se atualizam em cada nova fase da batalha.

A persistência da lógica colonial de tutela, onde o Estado, por meio de burocracia e omissão, atua para fragilizar a autonomia indígena revelou que a demarcação do Vale do Javari é um resultado do protagonismo ativo dos povos, e não uma concessão estatal, como evidenciado pela autonomia na organização interétnica e na própria autodemarcação. Ainda, foi evidenciado por essas vozes que a verdadeira batalha agora se dá pela educação, soberania cultural e pela capacidade de se defender de narrativas deslegitimadoras, como a do Marco Temporal. O surgimento de advogados e profissionais indígenas, então, é a prova de que o movimento está se adaptando, utilizando as ferramentas do próprio sistema que os oprimiu para garantir que suas vozes e direitos sejam ouvidos e respeitados de forma contundente.

Diante desse contexto, a hipótese central de que a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari não foi um ato espontâneo do Estado, mas sim o resultado direto da pressão e mobilização de lideranças e organizações indígenas, foi plenamente confirmada pelo contexto da pesquisa. Mais que um estudo de caso paradigmático, a história contada a partir das vozes e experiências dos próprios protagonistas, confirmam que a demarcação foi, acima de tudo, um ato de resistência e afirmação da soberania intelectual e cultural dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. Polícia Federal tenta impedir confronto entre Korubos e ribeirinhos. *Manaus, AM*, 27 jul. 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/policia-federal-tenta-impedir-confronto-entre-korubos-e-ribeirinhos>. Acesso em: 12 jan. 2025.

A CRÍTICA. Coiab diz que missionários são inimigos dos indígenas. **Acervo ISA – Instituto Socioambiental**, São Paulo, 16 mar. 1994a. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/coiab-diz-que-missionarios-sao-inimigos-dos-indigenas>. Acesso em: 31 ago. 2025.

A CRÍTICA. Índios marubos pedem distrito. **Acervo ISA – Instituto Socioambiental**. Manaus, 02 fev. 1994b. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-marubos-pedem-distrito>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ADAMS, Tony; BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. Autoethnography: an overview. *Historical Social Research*, v. 36, p. 273-290, 2011.

AGUIAR, Denison Melo de Mediação em conflito fundiário urbano envolvendo povos indígenas na Amazônia: estudo de caso no Parque das Tribos, Manaus, AM: Editora Expert, 2025. 487 p. ISBN 978-65-6006-147-7.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônida**. Editora Garamond, 2018.

BRASIL. **Portaria nº 818/1998**. Homologação da Terra Indígena Vale do Javari como Área de Proteção Etnoambiental. 1998. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.791/E, de 24 de outubro de 1984**. Criação do Grupo de Estudo Javari. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991**. Institui a Comissão Especial de Análise para as terras indígenas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1991/D022.html. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre os procedimentos de demarcação das terras indígenas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1996/D1775.html. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910**. Criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1919/D8072.htm. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.193, de 30 de abril de 2021.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Vale do Javari, localizada nos Municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai, Estado do Amazonas. Disponível em: <https://jurishand.com/decreto-9193-de-30-abril-2001>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.371, de 10 de julho de 1967.** Criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1960-1969/lei5371.htm. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Introdução à análise do discurso. 3a ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASILIENSE, Ronaldo. Calha Norte ganha força no governo Itamar. **Acervo ISA – Instituto Socioambiental.** Brasília, 2 nov. 1992, p. 4. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/50509_20191002_102312.PDF. Acesso em: 31 ago. 2025.

CABRAL, Rafael Lamera Giesta; MORAIS, Vitória Larissa Dantas de. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: tensões sobre desenvolvimento e violação de direitos humanos. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 106–122, 2020. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v11i1.1218. Disponível em: <https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1218>. Acesso em: 1 set. 2025.

CALHEIROS, Renan, Ministério da Justiça. Portaria nº 818, de 11 de dezembro de 1998. Declara de posse permanente indígena a Terra Indígena Vale do Javari, Estado do Amazonas. Portaria Documento 0FD00066. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 239-E, p. 3-4, 15 dez. 1998. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/portaria-n-818-de-111298-declara-de-posse-permanente-indigena-ti-vale-do-javari>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAMPANHA Javari: informações suplementares. [S. l.]: CEDI P. I. B., 1985. 1 p. Documento 0FD00028. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/campanha-javari-informacoes-suplementares>. Acesso em: 31 mai. 2025.

CAMPANHA Javari. *Povos Indígenas do Vale do Javari – Pela sobrevivência dos povos indígenas do Vale do Javari.* [S. l.], 1986. 60 p. (Caderno) Documento 0FD00022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pela-sobrevivencia-dos-povos-indigenas-do-vale-do-javari>. Acesso em: 31 mai. 2025.

CARAMORI, Iana. Presidente da Funai diz que Bruno Pereira e Dom Phillips deveriam ter pedido autorização para viagem na Amazônia. **G1 DF**, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/09/presidente-da-funai-diz-que-bruno-pereira-e-dom-phillips-deveriam-ter-pedido-autorizacao-para-viagem-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CAVUSCENS, Silvio. **Informativo Campanha Javari**. Manaus, AM: CEDI - P.I.B, 1986. 4 p. Documento 0FD00025. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/informativo-campanha-javari>. Acesso em: 31 mai. 2025.

COMAPA, Darcy Duarth. **Carta aberta do coordenador do Conselho Indígena do Vale do Javari**. Atalaia do Norte-AM: Civaja, 1994. 4 p. (Carta Aberta). Documento 0FD00049. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/carta-aberta-do-coordenador-do-conselho-indigena-do-vale-do-javari>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Deputado tenta sustar demarcação de terra. **Acervo ISA – Instituto Socioambiental**, Brasília - DF, 25 dez. 1991, 12 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/deputado-tenta-sustar-demarcacao-de-terra>. Acesso em: 25 mai. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Pressão Militar na FUNAI. **Acervo ISA – Instituto Socioambiental**. Brasília, DF, 30 set. 1997. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/pressao-militar-na-funai>. Acesso em: 31 ago. 2025.

COUTINHO, Walter. **Gente Valente: uma coletânea Matsés. Histórias indígenas no Vale do Javari (1866-1974)**. 2017. 495 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/31293>. Acesso em: 20 ago. 2025.

COUTINHO JÚNIOR, Walter Alves. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Vale do Javari**: resumo. Relatório final. Documento 0FD00050, Brasília, DF: DOU, 1998. p. 26-28. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-identificacao-e-delimitacao-da-terra-indigena-vale-do-javari-resumo>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CRUZ, Andrezinho Fernandes; BRUNO, Ana Carla dos Santos; SILVA, Raimundo Nonato Pereira da. **COIAB - Trajetória e luta de uma Organização Indígena**. JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, Manaus: INPA, 2007. Disponível em: <https://ri-api.inpa.gov.br/server/api/core/bitstreams/5e5daf83-2874-4861-8dc2-e117ff5687d6/content>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CUNHA, M. (org.), História dos índios no Brasil. **São Paulo, FAPESP/SMC/Companhia das Letras**, p. 37-52, 1992.

ENCONTRO SOBRE DEMARCAÇÃO, MADEIRA E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS DO VALE DO JAVARI. **Reivindicações das lideranças indígenas do Vale do Javari**. Atalaia do Norte, AM, 1993a. 4 p. (Manifesto). Documento 0FD00059. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/reivindicacoes-das-liderancas-indigenas-do-vale-do-javari>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ENCONTRO SOBRE DEMARCAÇÃO, MADEIRA E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS DO VALE DO JAVARI. **Relatório**. Atalaia do Norte, AM: [s. n.], 1993b. 18 p. Documento 0FD00053. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-45>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Índios vão às urnas em Manaus. **Acervo ISA – Instituto Socioambiental**. São Paulo, 21 abr. 1993. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-vao-urnas-em-manaus>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Editora Humanitas, 2006.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Portaria nº 212/1969. 1969**. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Ordem de Serviço nº 26. 07 out. 1969**. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Processo FUNAI/BSB/1074/80**. Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari. 1998. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório sobre povos indígenas de recente contato e isolados**. 2009. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório sobre povos isolados no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório sobre povos indígenas de recente contato e isolados**. 2009. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Portaria nº 818/1998**. Homologação da Terra Indígena Vale do Javari como Área de Proteção Etnoambiental. 1998. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). *Procedimentos de demarcação de terras indígenas*. Brasília: FUNAI, 2022. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos, 1946 Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

G1 Amazonas. **Bruno Pereira e Dom Phillips**: a cronologia do caso, desde o início da viagem. Rio de Janeiro, 15 jun. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/15/bruno-pereira-e-dom-phillips-a-cronologia-do-caso-desde-o-inicio-da-viagem.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2025.

GUZMÁN, Décio de Alencar . A colonização nas Amazônia: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. Revista Estudos Amazônicos, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 103-139, 2008. Disponível em: <https://ia600802.us.archive.org/4/items/5III22008DecioGuzman/5%20-%20III%20-%202%20-%202008%20-%20Decio%20Guzman.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOLANDA, Maicon Douglas et al. (Orgs.) História Oral na Amazônia: experiências e possibilidades [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. 516 p. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/82439354-5c34-4f2f-b513-6b5c49a4a211/content>. Acesso em 30 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2025.

JORNAL DE BRASÍLIA. CIMI repudia a criação do Calha Norte. Class.: 48, Brasília, DF, 1º nov. 1986. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/cimi-repudia-criacao-do-calha-norte>. Acesso em: 5 set. 2025.

KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. **Terra Livre**, n. 6, 1989.

LADEIRA, Maria Elisa (ed.) Os Marubo e os bichos de casco do rio Ituí: Série estudos socioambientais. Brasília: Centro de Trabalho Indigenista – CTI/Programa Javari, 2020. 104 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/os-marubo-e-os-bichos-de-casco-do-rio-itui>. Acesso em: 31 ago. 2025.

LIMA, Raimundo Pio de Carvalho. **Relatório de inspeção ao longo dos rios Javari, Curuçá, Itaquai e Ituí**. Ordem de Serviço nº 26, de 07 de outubro de 1969. Disponível em: <https://www.funai.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2025.

MARUBO, Josileno Estevão. Ocupações urbanas indígenas: observações sobre o caso dos indígenas do Vale do Javari em Atalaia do Norte (Amazonas, Brasil). **Espaço Ameríndio**, v. 17, n. 1, p. 406-419, 2023. MELATTI, Julio Cezar. **índios do Brasil**. edusp, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/131050>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. Memórias e narrativas: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020. 192p.

MELO, Ana de. O manejo do mundo: articulações dos povos indígenas no Vale no Javari (1990-2013). 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13181>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MELO, Joaquim Rodrigues.de. **A política indigenista no Amazonas e o serviço de proteção aos índios: 1910-1932**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2303/1/Disserta%20a7%20c3%20a3o%20-%20Joaquim%20Rodrigues%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MONTAGNER MELATTI, Delvair; MELATTI, Júlio Cezar. **Relatório sobre os índios Marubo**. Brasília: UnB, 1975. 162 p. (Relatório). Documento: MBD00001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-sobre-os-indios-marubo>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NEVES, Lino João de Oliveira. JAVARI, TERRA DE ISOLADOS. O CIMI e os povos indígenas livres. In: LOEBENS, Guenter Francisco; NEVES, Lino João de Oliveira (org.). **Povos Indígenas Livres/Isolados na Amazônia e Grande Chaco**. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2024. p. 26-30. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2025/03/VIRTUAL-Livro-Guenter-Povos-Livres-Isolados-Dez2024.pdf#page=26>. Acesso em: 31 ago. 2025.

NORA, Pierre; CUESTA, Josefina. La aventura de Les lieux de mémoire. *Ayer*, n. 32, p. 17-34, 1998.

OLIVEIRA, Andreici Marcela Araujo de. Movimento social indígena e participação política: a contribuição da COIAB na formação de lideranças. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012, 89 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4982>. Acesso em: 25 jun. 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 1-28.

OLIVEIRA, Lilian Débora Lima de. **Estado e Políticas Públicas no Vale do Javari: Os Kanamari e o Programa Bolsa Família**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5852/5/Disserta%20C3%A7%20C3%A3o%20-%20Lilian%20D.%20L.%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

REIS, Rodrigo Oliveira Braga. **Política indígena no Vale do Javari: a luta pelo território e a conquista da cidade**. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Reis-28/publication/381880432_POLITICA_INDIGENA_NO_VALE_DO_JAVARI_a_luta_pelo_territorio_e_a_conquista_da_cidade/links/66833ee1714e0b03153ae19e/POLITICA-INDIGENA-NO-VALE-DO-JAVARI-a-luta-pelo-territorio-e-a-co. Acesso em: 31 ago. 2025.

STEINER, Leonardo Ulrich; PALOSCHI, Roque. O CIMI e os povos indígenas livres. In: LOEBENS, Guenter Francisco; NEVES, Lino João de Oliveira (org.). **Povos Indígenas Livres/Isolados na Amazônia e Grande Chaco**. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2024. p. 26-30. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2025/03/VIRTUAL-Livro-Guenter-Povos-Livres-Isolados-Dez2024.pdf#page=26>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Atlas Brasil 2013**. 2013. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PINTO, Renan Freitas (Org.). **Amazônia: apontamentos de história oral**. Manaus: Editora PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. Letra e voz, 2010.

REIS, Rodrigo Oliveira Braga. **Política indígena no Vale do Javari: a luta pelo território e a conquista da cidade**. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Reis-28/publication/381880432_POLITICA_INDIGENA_NO_VALE_DO_JAVARI_a_luta_pelo_territorio_e_a_conquista_da_cidade/links/66833ee1714e0b03153ae19e/POLITICA-INDIGENA-NO-VALE-DO-JAVARI-a-luta-pelo-territorio-e-a-co. Acesso em: 31 ago. 2025.

ROCHA, Rafael Ale. Os aruã: políticas indígenas e políticas indigenistas na amazônia portuguesa (século XVII). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 72–93, 2018. DOI: 10.14295/rbhcs.v10i19.464. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10770>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ROCHA, Rafael Ale. O principal Antônio da Costa Marapirão: políticas indígenas e políticas indigenistas na Amazônia Portuguesa (século XVII). In: **Dossiê: Povos indígenas na América portuguesa entre os séculos XVI e XIX: contatos interétnicos, agenciamentos e novas territorializações**. História, [S. l.], v. 40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021008>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. **O Brasil Imperial (1808-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, v. 1, p. 175-206, 2009.

SANTOS, Tiago Fonseca dos Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egidio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980). Tese (Doutorado em História - Cultura e Representações). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. 338 f. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/10543/6/TESE_TiagoSantos_PPGH. Acesso em: 31 ago. 2025.

SILVA, Bernardo Natividade Vargas da. Territorialidade Korubo no Vale do Javari – AM/ Bernardo Natividade Vargas da Silva. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2017. 162p. Disponível em:

<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6132/5/Disserta%20a7%20a3o%20Bernardo%20Vargas%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025

SILVA, Maurício. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). **Revista Triângulo**, v. 10, n. 2, p. 186-189, 2017.

SOUZA, Carlos Frederico Marés de; PRIOSTE, Fernando. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 2903-2926, 2017.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. (Coleção Cátedra L'oréal).

TAKAKI, Nara Hiroko. Por uma autoetnografia/autocrítica reflexiva. **INTERLETRAS**, V. 8, Edição número 31, abril/setembro. p. 1-20. DOI: 10.29327/214648.8.31-17, 2019.

TOFOLI, Ana Lúcia Farah de. As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1243>. Acesso em: 01 jan. 2025.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Povos indígenas do Brasil: um olhar sobre a política indigenista oficial da colônia à República. **REVISTA INCELÊNCIAS**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/incelencias/article/view/283>. Acesso em: 22 agosto de 2024.